



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 31, QUINTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (PRB-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PR-RJ)

1º Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3ª Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (PRB-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PR-RJ)

1º Secretária

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2ª Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputada Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diário

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 877/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de junho de 2019 5

Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 e 26 de junho de 2019 7

1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 878/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de junho de 2019 14

Ata da 2ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2019 19

1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de junho de 2019 21

Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2019 29

Ata da 3ª Reunião, realizada em 2 de julho de 2019 30

Ata da 4ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2019 31

Ata da 5ª Reunião, realizada em 5 de agosto de 2019 32

Ata da 6ª Reunião, realizada em 6 de agosto de 2019 33

1.4 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 e 18 de junho de 2019 49

Ata da 2ª Reunião, realizada em 26 de junho de 2019 63

Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 e 11 de julho de 2019 65

1.5 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882/2019



Ata da 1ª Reunião, realizada em 26 de junho de 2019	86
Ata da 2ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2019	90
Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de julho de 2019	91
Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de julho de 2019	92
Ata da 5ª Reunião, realizada em 6, 7 e 8 de agosto de 2019	93
1.6 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 884/2019	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2019	125
1.7 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 885/2019	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2019	127
Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de agosto de 2019	131
Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de agosto de 2019	132





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 877, DE 2019. DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Gurgel e Magda Mofatto, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 877, de 2019, com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Major Olimpio, Juíza Selma, Weverton, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Pedro Lucas Fernandes, Eduardo Braide, Vicentinho Júnior, André Figueiredo, Léo Moraes, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Marco Bertaiolli, Luis Miranda, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Alessandro Molon, José Medeiros, Hercílio Coelho Diniz, Tadeu Alencar, Pedro Lupion, Eduardo Cury, Acir Gurgacz, José Nelto, Aline Gurgel, Pr. Marco Feliciano, Marcelo Ramos, José Rocha, Flávio Bolsonaro, Bia Kicis, Marcelo Calero, Lafayette de Andrada, Otto Alencar, Emanuel Pinheiro Neto, Jarbas Vasconcelos, Felipe Rigoni, Edio Lopes, Paulo Paim, Fausto Pinato, Tiago Dimas, Dr. Leonardo, Jerônimo Goergen, Hildo Rocha e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Elmano Férrer, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Rodrigo Pacheco, Arthur Lira, André de Paula, Baleia Rossi, Carlos Sampaio, Elmar Nascimento, Afonso Florence, Milton Vieira e Daniel Coelho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e de Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Gurgel e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Senador Elmano Férrer e o Deputado Vicentinho Júnior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. É aprovada a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Gurgel

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 877, de 2019.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/12>





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Magda Mofatto. PL - GO) – Boa tarde, senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 877, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, que estabelece o rodízio na direção das Comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Havendo acordo...

Comunico que há acordo de lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Gurgel.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito Presidente o Deputado Gurgel para presidir esta Comissão especial.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Deputado Gurgel, parabenizando-o.

O SR. PRESIDENTE (Gurgel. PSL - RJ) – Boa tarde a todos.

Designo como Relator o Senador Elmano Férrer e como Relator revisor o Deputado Vicentinho Júnior, que, se quiser compor a mesa conosco, será uma honra.

Quero agradecer. Para mim é uma honra presidir uma Comissão especial como esta, composta por Senadores e Deputados, não digo com mais experiência do que eu porque não tenho experiência nenhuma, mas com gabarito, com capacidade, que nos espelham e nos fazem desejar ser um Deputado melhor a cada dia.

Vou me dedicar ao máximo para que a gente possa conduzir os trabalhos com imparcialidade, pensando sempre no melhor para o Brasil. Que o Brasil seja sempre colocado em primeiro lugar em nossas decisões e em nossas ações aqui. Pelo povo e para o povo.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 877, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE JUNHO DE 2019, NO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Gurgel, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 877, de 2019, com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Izalci Lucas, Elmano Férrer, Major Olímpio, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Irajá, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Vicentinho Júnior, Herculano Passos, Magda Mofatto, Márcio Labre, Léo Moraes, Luis Tibé, Manuel Marcos, Da Vitoria, Confúcio Moura, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Luis Miranda, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Pr. Marco Feliciano, Marcelo Ramos, Bia Kicis e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Parlamentares Weverton, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Jean Paul Prates, Arthur Lira, André de Paula, Carlos Sampaio, Elmar Nascimento, André Figueiredo, Afonso Florence, Milton Vieira e Daniel Coelho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 877, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para dispor sobre a dispensa de retenção de tributos federais na aquisição de passagens aéreas pelos órgãos ou pelas entidades da administração pública federal." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Apresentado o Relatório do Senador Elmano Férrer. Concedida vista coletiva da matéria. Às quinze horas e trinta minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Gurgel, a reunião é reaberta. Apresentadas Complementações de Voto. Aprovado o Relatório do Senador Elmano Férrer, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 877, de 2019, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com emendas do Relator e as Emendas nºs 6 e 9, rejeitadas as demais apresentadas na Comissão Mista, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a deliberação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Gurgel

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 877, de 2019.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/25>

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/26>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Gurgel. PSL - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 877, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Senador Elmano Férrer, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Já em comum acordo com o nosso Relator, Senador Elmano Férrer, nosso sempre querido e estimado velhinho trabalhador, eu gostaria de pedir vista do texto para nós podermos discutir um pouco mais, e, como falamos ali agora há pouco, amanhã, às 10h, nos reuniremos com os técnicos do TCU, do Planejamento, do Serpro e dos envolvidos na discussão.

Aqui mesmo, ao nosso lado aqui, Senador Elmano, está a Deputada Magda Mofatto, do Estado de Goiás, que diz que foi apresentada uma emenda do Deputado Glaustin Fokus que interessa ao Estado de Goiás. Então, a própria Deputada quer, inclusive, fazer uma defesa técnica do porquê de esse incentivo a Goiás estar nessa emenda ao texto da MP 877.

Então, eu peço vista para nós podermos, em 24h, discutir um pouco melhor essa questão.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – De minha parte, não há problema. Vamos ouvir as partes interessadas e aperfeiçoar o meu relatório, que já estava pronto. Então, Presidente, de nossa parte, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Gurgel. PSL - RJ) – Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria pelo prazo de 24h. (*Pausa.*)

O senhor quer ler o voto, Senador?

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Não.

(Interrupção do som.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – ... fazer modificações, não é? Não vou... O voto, só depois. Vou ler o relatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Eu posso dar como lido esse relatório e depois eu profiro o meu voto com a complementação na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gurgel. PSL - RJ) – Considerando que já está publicado o relatório, alguém tem objeção? (*Pausa.*)

Dado como lido então.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 26 de junho, às 14h30.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 27 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 31 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Gurgel. PSL - RJ) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 877, de 2019.

A Presidência comunica que ontem, dia 25 de junho, o Senador Elmano Férrer apresentou o seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Passo a palavra ao Relator, Senador Elmano Férrer, para as suas considerações.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Como Relator.) – Boa tarde a todos.

Tivemos uma reunião de alto nível hoje pela manhã. Inclusive dela participaram os representantes das empresas de viagem, os agentes de viagem, e também houve entendimento com a Infraero.

Nisso aqui já consta um aditivo ao nosso relatório, que ficou nos seguintes termos:

"Fica dispensada a retenção dos tributos na fonte de que trata o *caput* sobre os pagamentos relativos à taxa de embarque.". Isso aqui é para atender um pleito da Infraero.

E estamos aguardando a Deputada Bia, com relação à questão ou às questões relacionadas às agências de viagem. Mas acho que vamos ter que aguardar um pouquinho a chegada dela, que me parece já estar a caminho.

Mais ou menos, vai ficar nestes termos:

"A dispensa de retenção de tributos mencionados no §9º poderá, nos termos de regulamento, ser aplicada exclusivamente à parcela referente aos valores dos bilhetes aéreos, pagos por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, emitidos por agências de viagens e operadores de turismo que prestam serviços para órgãos ou entidades da administração pública federal."

Em complementação ao voto apresentado, a fim de aprimorar o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 877, de 2019, acato as modificações sugeridas pelo nobre Parlamentar...

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – Desculpe-me ser mal-educado, mas não foi esse o acordo, até porque no acordo não consta a questão de um regulamento, até porque esse regulamento sequer existe.

O texto firmado, objeto de um acordo de uma reunião de quase 3 horas de que participamos agora há pouco, vou ler aqui – inclusive foi este o texto que peguei das mãos da assessoria do Governo, da qual eu faço parte –, vou ler para não haver nenhum tipo de dúvida.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – É bom. Por mim, pode ler.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – Por gentileza.

"A dispensa de retenção de tributos mencionada no §9º poderá ser aplicada exclusivamente à parcela referente aos valores dos bilhetes aéreos, pagos por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, emitidos por agências de viagens e operadores de turismo que prestam serviços para órgãos ou entidades da administração pública federal."

Foi desse texto aqui alterado...

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Quer dizer que só há essa: "nos termos do regulamento".





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – O problema do regulamento é que esse regulamento sequer existe e, para existir, Presidente, terá de haver audiências públicas, reuniões, que podem durar anos, dois anos, três anos, *ad aeternum*.

Então, é uma simples palavra que muda todo o sentido do texto nosso e de um acordo firmado agora há pouco, em uma reunião que fizemos maravilhosamente pela manhã.

Então, eu peço que seja retirada essa questão do regulamento, porque não foi acordo e não está neste texto proposto.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Não há problema, eu acolho a sugestão de V. Exa.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – Era só isso, para ficar bem claro.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Fica, de já, retirado este termo, aliás: "...nos termos do regulamento."

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – Exato.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Ou seja, deverá ficar:

A dispensa de retenção de tributos mencionados no §9º poderá ser aplicada exclusivamente à parcela referente aos valores dos bilhetes aéreos pagos por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, emitidos por agências de viagens e operadores de turismo que prestam serviços para órgãos ou entidades da administração pública federal.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – É isso aí, Sr. Presidente.

Esse foi o acordo.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Pronto!

Agora nós temos que colocar aqui a iniciativa parlamentar. Eu posso colocar o nome de V. Exa. ou o nome da Bia.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – O que o senhor achar melhor, Sr. Presidente. Acho que o da Comissão, pois foi um acordo firmado pela Comissão, por todos. Não é isso, Presidente?

Acho que da Comissão.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Ótimo.

E o voto fica assim:

Ante o exposto, o voto é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 877, de 2019, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda do Relator e das Emendas nºs 6 e 9, aqui de dois outros Deputados, rejeitadas as demais apresentadas na Comissão Mista, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir apresentado, com as alterações acordadas.

E aqui vem o texto, que não tem nenhuma alteração.

O voto é pela aprovação da medida provisória com esse acordo feito na reunião de hoje pela manhã.

Presidente, o relatório foi dado como lido ontem. Então, compete a V. Exa. prosseguir a reunião.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (PL - TO) – Eu só quero parabenizar, Presidente, o Relator, que foi colega de meu pai por um bom tempo nesta Casa e sabe que sou de uma família de aviadores: avô, pai, tios, a família como um todo. E tudo que envolve ação em questões aéreas, a CBA, que está aqui nesta Casa para ser pautada em Plenário pelo nosso Presidente Davi Alcolumbre, da qual o senhor participou junto ao Senador José Maranhão, eu sempre me faço muito curioso.

E hoje se começa a fazer um jogo mais claro. Aqui se trouxe uma discussão, Presidente, com a narrativa de que, se não fosse dessa forma, o Governo tomaria prejuízo. Eu nunca vi uma relação comercial em que um cliente, podendo ter várias opções de busca de preços, de condições de pagamento e de se buscar o melhor mercado, que isso fosse prejudicial a ele.

E o que acontecia aqui era isto: jogava-se um jogo em que, dentro do campo, só estavam as empresas aéreas. Eu sofro muito na minha região, no Norte do Brasil. Como cliente que sou, toda semana, para estar indo e vindo, os preços são altíssimos e há poucas opções de voo porque o mercado está sendo monopolizado. Essa é a verdade.

Dias atrás o Governo votou a MP 863 para fazer a abertura de capital para justamente dar competitividade. E hoje o espírito desse texto, produto desse acordo firmado mais cedo, é dar isonomia e competitividade para que o Governo Federal, a partir de agora – votado e aqui aprovado, com fé em Deus, e no Plenário da Câmara e do Congresso –, possa escolher o momento de uma compra: se compra da companhia aérea, através da sua empresa, que o Serpro gerencia e tem os seus investimentos e custos, ou com uma agência de viagem. O melhor preço, a melhor condição, busca-se a compra.

Então, quero agradecer a sua grandeza, porque sei que o senhor veio ontem com o seu voto, o seu relatório já feito, e, convencido tecnicamente pelas áreas da Economia, Planejamento, TCU, enfim, o senhor, com muita grandeza, com muita humildade, abriu o relatório a essa alteração, a esse acordo.

E ao Presidente Gurgel quero agradecer porque é um debate que se trava aqui desde 2014. E, hoje, começa-se a ver esse debate vir à luz do dia, para a claridade, de forma republicana, para que o Governo, do qual todos nós fazemos parte, pois somos contribuintes, tenha mais opções de buscar, como aqui falei, melhores condições de compra e de pagamento dessas minhas passagens aéreas.

Muito obrigado a cada um dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Gurgel. PSL - RJ) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório com as alterações propostas pelo Relator.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Iniciada às 15 horas e 27 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 31 minutos do dia 25/06/2019. Reaberta às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 09 minutos do dia 26/06/2019.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 878, DE 2019. DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e treze minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Weverton e Pedro Lucas Fernandes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 878, de 2019, com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Jarbas Vasconcelos, Major Olímpio, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Eduardo Braide, Joaquim Passarinho, André Figueiredo, Tadeu Alencar, Aline Gurgel, Pr. Marco Feliciano, Marcelo Calero, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Luis Miranda, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Felipe Rigoni, José Medeiros, Paulo Paim, Pedro Lupion, Acir Gurgacz, José Rocha, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Dr. Leonardo e Hildo Rocha. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e de Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Weverton e designado Relator o Deputado Pedro Lucas Fernandes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos. É aprovada a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 878, de 2019.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/12>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lucas Fernandes. PTB - MA) – Boa tarde a todos!

Vamos dar prosseguimento à MP 878.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 878, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1/2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio da direção das Comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Weverton Rocha.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito Presidente o Senador Weverton, a quem convido para presidir a sessão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Primeiro, quero agradecer a todos os membros da Comissão da Medida Provisória 878, que, democraticamente, me designaram Presidente. Espero poder cumprir com a tarefa de ajudar a aprovar essa importante matéria que vai, com certeza, ajudar na estruturação do Iphan, que é um órgão que atende a todo o País. Nós sabemos o quanto está defasado, principalmente na questão do quadro de funcionários, que precisam ter uma transição totalmente segura. Eu tenho certeza de que esta Comissão vai ajudar na boa discussão dessa matéria.

Designo como Relator desta medida provisória o Deputado Pedro Lucas Fernandes, a quem convido para se sentar ao lado. (*Pausa.*)

Já vou passar a palavra ao Pedro Lucas Fernandes, e ele vai passar para vocês o que a gente mais ou menos combinou para podermos vencer todas as barreiras que poderão, porventura, vir a atrapalhar a aprovação desta medida provisória.

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (PTB - MA) – Obrigado, Senador Weverton, Presidente.

Comunico ao Plenário da Comissão que a medida provisória tem um prazo definido: no dia 28 de junho ela encerra. E, nesse prazo, foi apresentada apenas uma emenda do Deputado Marcelo Calero, se não estou enganado. A gente tem de correr contra o tempo, e eu gostaria da compreensão de todos os Senadores, das Senadoras, dos Deputados e das Deputadas para que a gente possa fazer o relatório o mais rapidamente possível.

Conversando informalmente com o Presidente, Senador Weverton, sugeri que, na próxima semana, a gente poderia fazer a apresentação do relatório. Aí, a gente faria o debate, Senador, e, se houver outra sugestão, a gente poderia acatar ou não com base no relatório que vou apresentar na próxima semana.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – O Deputado Florence pediu a palavra.

V. Exa. ainda...

Eu gostaria de pedir a todos os colaboradores que estão nesta sala da Comissão que ajudassem com as conversas paralelas para ter um bom andamento o trabalho.

Pessoal, silêncio, por favor! Eu não vou assoviar, eu prometo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Quero saudar o Presidente, Senador Weverton, parabenizar pelo seu trabalho em geral e por essas atribuições.

Da nossa parte, não há nenhuma objeção à tentativa de celeridade em função da exiguidade de prazo disponível do ponto de vista regimental. Correu o prazo, e o Governo não instalou a Comissão. Isso não pode preterir... O fato de haver só um número reduzido de emendas, não quer dizer que o Relator não deva...

Há sobre a mesa um requerimento de audiência com o convite do Sr. João Luiz Silva Ferreira, ex-Ministro; da Sra. Kátia Bogéa, Presidente do Instituto Histórico e Artístico Nacional, e do Leonardo Barreto, Presidente da Associação dos Trabalhadores do Patrimônio Histórico, Asphan. São três pessoas, é de autoria da Deputada Margarida Salomão, que tem uma longa trajetória de trabalho na área. Considero, Presidente, que o fato de termos esse prazo exíguo não deve impedir que haja pelo menos uma audiência onde possa haver uma auscultação da sociedade civil e de gestores. Eventualmente, se se quiser convidar mais alguém... Pelo menos uma audiência pública, não é obstrução. A inexistência de número muito expressivo de emendas não quer dizer que não deva haver o mínimo de debate em interlocução com agentes do setor.

Então, gostaria de fazer esse apelo. Infelizmente, hoje já sendo quarta, para convidá-los formalmente para amanhã talvez seja muito em cima. Mas, nada impede que no início da semana que vem façamos a audiência e, no transcurso subsequente, já que há... Porque, se há apenas uma emenda – o Senador Weverton sabe disso –, o Relator dispõe da prerrogativa de um texto próprio, de uma autoria.

Então, a auscultação não se deslegitima pelo número pequeno de emendas, acho que dá para compatibilizar.

Faço esse apelo a V. Exas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Eu vou consultar os membros da Comissão, mas eu quero fazer aqui um apelo a V. Exa.

Como nós estamos com o prazo, como foi colocado, e não é culpa de nenhum membro desta Comissão... Só que nós estamos falando aqui de uma questão pontual dessa medida provisória.

Aqui, ela trata pontualmente – entrando aqui no mérito, só para os colegas membros da Comissão entenderem –, ela trata exclusivamente sobre a prorrogação dos contratos temporários de pessoal do Iphan, ponto.

Se nós não aprovarmos essa medida provisória, nós não vamos ter tempo hábil para fazer a transição desse pessoal que está lá. Eu lhe pergunto: não seria de bom tamanho, já que nós estamos na luta contra o tempo e esse interesse não é de governo... V. Exa. Sabe que sou membro de bancada de oposição, então, a gente não está discutindo aqui quem é a favor ou contra governo, mas, como é uma matéria de Estado –, nós poderíamos fazer esse seminário no mesmo dia da apresentação desse relatório, porque ele é um relatório simples.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Qual é a proposta de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Na terça-feira, 14h, traria esses convidados, colheria as sugestões deles e o Relator se coloca à disposição de, se precisar melhorar ou colocar alguma outra questão no texto, ele colocaria, sem problema nenhum. Mas...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A audiência não poderia ser terça de manhã? Porque veja, é no mínimo indelicado com os convidados e com o Relator dizer que será no mesmo horário. Supõe-se que o Relator levará em consideração as ponderações.

Então, se eles aceitarem o convite para terça, pela manhã, eu garantirei estar presente, mesmo – digamos – não sendo membro da Comissão. E nós...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – V. Exa. não é membro da Comissão?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sou o Vice-Líder da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Mas aí, o requerimento...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O requerimento é da Deputada Margarida, que não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Não, mas aí não foi apresentado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Você vai prejudicar?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Vou prejudicar e vamos marcar. Está prejudicado...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Mas eu estava contando...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Meu querido amigo, Deputado Florence...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Senador, o senhor acabou de dizer... O senhor está se comportando como membro do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Mas é preciso dizer o seguinte: é para o Governo aprender a escolher os presidentes, que aí andam as coisas. *(Risos.)*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Eu queria...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Estou mantendo o apelo. Estou mantendo o apelo: acho que não pretere os interesses do Parlamento de aprovar, sendo um tema de Estado – estou concordando. Acho que, mesmo que não estivesse protocolado, a minha atribuição, como Vice-Líder da oposição é representar os Parlamentares da oposição – estou honrado de indiretamente estar representando V. Exa. também –, mas quero dizer que é inteiramente exequível fazer a audiência pela manhã. O Relator terá avançado no seu relatório e, à tarde, ele apresenta o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Eu queria, em homenagem à nossa Presidente nacional do Iphan, que é maranhense, a Presidente Kátia Bogéa, e ao tema que realmente nós sabemos que em uma semana pode cair...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pelo início, estou achando que acatou minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – ... então, eu gostaria de pedir desculpas a V. Exa., me perdoe, mas eu preciso indeferir a sua sugestão, vou prejudicá-la. Não foi dado entrada no pedido e gostaria de, se não houver mais nenhum inscrito, deixar já convocada para a próxima terça-feira, às 14h, a apresentação do relatório.

Deputado Eduardo Braide.

O SR. EDUARDO BRAIDE (PMN - MA) – Presidente, eu quero concordar com a celeridade com que essa medida provisória precisa ser votada, já contando com a disposição do Relator da matéria.

Essa medida provisória prevê a prorrogação do contrato de 143 profissionais que prestam serviço ao Iphan em programas importantíssimos, como é o caso do PAC Cidades Históricas, e nós não podemos correr o risco de ver esse trabalho interrompido. Até na parte de licenciamento ambiental são esses profissionais que estão à frente: são arquitetos, engenheiros, diversos profissionais especializados. Portanto, nós não podemos perder a oportunidade de ter a experiência desses profissionais, até em homenagem ao belíssimo trabalho que o Iphan faz em todo o nosso País, e de forma especial no nosso Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Então, fica convocada para a próxima terça-feira, às 14h.

Quero propor a aprovação da ata desta reunião.

Todos os Parlamentares que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aprovada.

Até terça-feira, às 14h.

(Iniciada às 15 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 878, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Weverton, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 878, de 2019, com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Simone Tebet, Jarbas Vasconcelos, Major Olímpio, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Pedro Lucas Fernandes, Eduardo Braide, Joaquim Passarinho, Margarida Salomão, Toninho Wandscheer, Beto Pereira, Marcelo Calero, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Marco Bertaiolli, Angelo Coronel, Luis Miranda, Luis Carlos Heinze, Hercílio Coelho Diniz, Izalci Lucas e Alessandro Vieira. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 878, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Pedro Lucas Fernandes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Deputado Pedro Lucas Fernandes, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira; e, no mérito, pela integral aprovação da Medida Provisória nº 878, de 2019, com seu texto original. Conclui também pela inconstitucionalidade, pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira, e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. É aprovada a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 878, de 2019.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/18>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 878, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Pedro Lucas Fernandes, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (PTB - MA. Para proferir relatório.) – Boa tarde a todos e a todas. Eu peço ao Presidente só que me dispense da leitura do relatório e fique apenas no voto. Se V. Exa. permitir e o Plenário permitir...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Está permitido.

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (PTB - MA) – Voto do Relator.

Diante do exposto, voto:

1- pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira; e, no mérito, pela integral aprovação da Medida Provisória nº 878, de 2019, com seu texto original;

2- pela inconstitucionalidade; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira; e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1.

É esse o voto do Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT - MA) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 59 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e trinta minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Edio Lopes e Domingos Sávio, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019, com a presença dos Parlamentares Major Olímpio, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Weverton, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Angelo Coronel, Irajá, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Pedro Lucas Fernandes, Carlos Zarattini, Bia Kicis, Joice Hasselmann, André Figueiredo, Marcelo Ramos, Tadeu Alencar, Lafayette de Andrada, Eduardo Cury, Pedro Lupion, José Nelto, Hildo Rocha, Marcos do Val, Luis Miranda, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Felipe Rigoni, José Medeiros, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Pr. Marco Feliciano, Arolde de Oliveira, José Rocha, Juíza Selma e Dr. Leonardo. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e de Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Edio Lopes e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Senador Otto Alencar e o Deputado José Nelto. Aprovados os Requerimentos nº 1, do Deputado Carlos Zarattini, e nº 1, do Senador Otto Alencar, para realização de audiência pública. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Edio Lopes

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/12>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 879, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, que estabelece rodízio na direção das Comissões das medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Deputado Edio Lopes... Ficarão na responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, na responsabilidade do Senado da República.

Houve um acordo.

Eu quero fazer aqui apenas um registro. Pelo que eu acabei de ler, que é justamente o rodízio, caberia ao PSDB, e eu cheguei a ser indicado pelo meu Líder e até comunicado pela assessoria da Casa de que estaríamos hoje compondo a Presidência. Ocorre que havia também um acordo para que o PR, hoje PL, que havia relatado uma medida provisória semelhante e que perdeu vigência, por questão de prazo, relatada pelo nobre colega Deputado Edio Lopes, solicitou que construíssemos um entendimento para que pudessemos ter o PL presidindo esta Comissão, na pessoa do Deputado Edio Lopes. E eu não relutei em concordar, embora, claro, continuarei como membro efetivo, onde espero poder, numa construção de entendimento com o Deputado Edio, com o Senador Otto Alencar, defender os interesses de Minas Gerais e em especial também os interesses da Cemig, uma vez que fomos duramente prejudicados, na época, ainda em 2012, quando da edição da Medida Provisória nº 579, que mexeu no setor elétrico e, no caso da Cemig, foi uma verdadeira tragédia, e se não tivermos adequações em tempo, essa tragédia pode se prolongar trazendo prejuízos para uma importante companhia, com repercussão em toda a organização do sistema elétrico nacional.

Espero que com bom senso, com entendimento, a gente construa, o mais breve possível, algo que seja bom para o País. Aqui nós devemos fazer isso com muita transparência, com muita clareza, para que de fato ganhe o povo brasileiro. Eu não tenho dúvida de que, com a Presidência do Deputado Edio Lopes, nós teremos esse trabalho. Até pela experiência que já acumulou o Deputado Edio, eu fico feliz de poder abrir mão para uma pessoa tão qualificada como V. Exa. E comunico, portanto, que, de acordo com o entendimento das Lideranças para a eleição da Mesa, foi indicado o Deputado Edio Lopes.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito o Deputado Edio Lopes e o convido para assumir a Presidência desta Comissão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados, nós, cumprindo o rito e o acordo firmado entre as Lideranças, como Presidente desta Comissão que vai analisar a Medida Provisória nº 879, designamos, neste momento, o Senador Otto Alencar para assumir a relatoria desta medida. E, na oportunidade, convido S. Exa. para tomar assento à mesa.

Enquanto aguardamos a vinda do Sr. Senador Otto Alencar, Relator, eu quero me dirigir ao Plenário, em especial ao Deputado Sávio, e dizer que as palavras que V. Exa. acabou de proferir aqui muito me honram e muito engrandecem este Congresso Nacional. V. Exa., ao abrir mão da Presidência desta importantíssima Comissão em meu favor, acaba de me fazer contrair uma dívida com o Parlamento e, de maneira pontual, com V. Exa., da qual não poderei me arredar. Então, Deputado Sávio, muito obrigado e vamos trabalhar em conjunto e buscar o melhor desta matéria de que trata essa medida provisória.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – A seguir, eu designo como Relator revisor o Deputado José Nelto. Eu o convido para...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Pela ordem, Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Eu só queria registrar, Sr. Presidente, em primeiro lugar, que o senhor tem o nosso total apoio para a Presidência desta Comissão, bem como o Senador Otto Alencar, da mesma forma, tem o apoio da Bancada do PT, mas eu queria registrar que não está havendo acordo com a oposição para designação das Presidências e relatorias. A Liderança do Governo não está respeitando aquilo que foi combinado, que é a proporcionalidade nas relatorias e presidências. Então, eu quero informar aos senhores, deixar claro aqui, informar, inclusive à Liderança do Governo, que da nossa parte, após esta designação desta Presidência e relatoria, nós vamos obstruir todas as medidas provisórias nas Comissões até que se restabeleça o acordo combinado de proporcionalidade, porque não é possível o que vem acontecendo. Então, aqui não vai afetar nada a nossa posição, mas quero informar aqui à Liderança do Governo que vamos proceder dessa forma daqui em diante.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, como Vice-Líder do Governo, quero dizer que desconheço, porque, em todas as reuniões para distribuição, tenho participado, tem sido observada a questão da proporcionalidade. Mas, Deputado, vamos, então, conversar, ver o que está havendo. Eu acho que não há a menor necessidade de obstrução. Eu acho que, com uma boa conversa, tudo se resolve. Se tiver havido alguma falha, isso pode ser corrigido, mas, que eu saiba, esse sistema de proporcionalidade tem, sim, sido observado. Mas uma boa conversa vai resolver, sem obstrução, porque nós temos muitos temas importantíssimos para serem tratados. Quero contar com a sensibilidade de todos.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Na mesa dos trabalhos, requerimento assinado pelo Senador Otto Alencar, Relator desta Comissão nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a MPV 879/2019, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Exmo. Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia
2. Sr. André Pepitone de Nóbrega, Diretor-Geral da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica
3. Sr. Wilson Ferreira Junior, Diretor Presidente da Eletrobras.

É o requerimento e colocamos em discussão.

Passo a palavra inicialmente, se for o desejo, ao autor do requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para encaminhar.) – Agradeço, Sr. Presidente, aos Deputados e Senadores que concordaram com a minha indicação.

Esse requerimento é exatamente para discutir com profundidade uma questão que vem se arrastando, há muito tempo, sobre essas dificuldades que enfrenta o setor elétrico no Brasil. Nós queremos ouvir e discutir com profundidade para chegarmos a termo. Então, no meu requerimento, propondo a vinda do Ministro Bento Albuquerque, com quem já conversei sobre esse tema; conversei também com o Dr. André Pepitone, que é o Diretor-Geral da Aneel; não conversei ainda com o Dr. Wilson Ferreira Junior.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, essas autoridades podem contribuir muito para o debate até para se encontrar a realidade do que aconteceu ao longo desses anos e dificultou algumas empresas de energia elétrica por dificuldades do setor elétrico que se arrastam há muito tempo. É um setor complexo, com várias vertentes de produção de energia. Esse equilíbrio é muito difícil. Então, esses senhores podem muito bem dar uma contribuição muito grande nessa discussão.

Queria propor que, na próxima terça-feira, no dia 25 de junho, pudéssemos fazer essa audiência pública. Proporia o horário de 9h, que seria um horário razoável, ou, então, a hora que V. Exa. achar melhor, os Senadores ou os Deputados acharem melhor, para fazer esta audiência pública. E já estariam aqui os convidados para que nós pudéssemos indagá-los, perguntar sobre toda essa trajetória que nós vivemos, há muito tempo, no setor elétrico que precisa ser colocada a limpo em todos os sentidos.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Temos um requerimento também no mesmo sentido para a realização de uma audiência pública. E nosso requerimento consta também o Ministro Bento e o Sr. André Pepitone, da Aneel. E nós acrescentamos aí o Sr. Edney Martins, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Amazonas, e a Sra. Fabíola Latino Antezana, da Federação Nacional dos Urbanitários. Nós gostaríamos de eventualmente fazer apenas uma audiência ou talvez duas, a critério da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Eu consulto o Plenário se nós poderíamos votar apensados os dois requerimentos já que grande parte das solicitações estão contempladas nas duas proposições. *(Pausa.)*

Não havendo nenhuma objeção...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Deputado Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Eu não vejo nenhuma objeção.

Cumprimento o nosso nobre Relator, Senador Otto, demais pares desta Comissão.

Nós entendemos extremamente importante a audiência pública. Acredito que, também pelo tempo exíguo, se consolidarmos em uma só, todos ganham com isso. Nesse sentido, eu também pretendia, até pela condição a que aspirava inicialmente, chamar uma audiência pública. Sugiro que nós possamos, se houver também concordância do nobre colega Zarattini, ter o entendimento de que seja uma única audiência contemplando os convidados que ele sugere. Eu gostaria apenas de ter oportunidade de acrescentar uma indicação para compor esta audiência pública e, assim, V. Exa., Presidente, conduziria o convite aos interessados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Bem, nós vamos fazer uma proposta no seguinte sentido. Como é comum não termos na mesma assentada um Ministro de Estado e outras autoridades, ainda que importantes, nós proporemos o seguinte: na primeira assentada, na primeira parte – nós dividiríamos essa audiência pública em duas partes –, nós ouviríamos o Sr. Ministro de Estado Almirante Bento e, na sequência, nós ouviríamos os demais convidados. Se não houver objeção do Deputado Zarattini...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Eu só sugeriria colocar na primeira o Ministro e o Presidente da Aneel. Depois, na segunda, os demais.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Os demais.

Há acordo?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Há acordo.

Nessa segunda eu gostaria de ter um representante, a ser convidado, da Cemig, de Minas Gerais.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Acrescemos, então, um representante da Cemig cujo nome o Deputado Sávio trará...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – A princípio, o Presidente, Dr. Belini, mas é natural que possa ser alguém delegado por ele.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Seria, inicialmente, o Dr. Belini, Presidente, resguardando a este a possibilidade de indicar um representante.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Poderá indicar alguém da representação que eles têm aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – O.k.?

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação os dois requerimentos apensados na forma como foi combinado.

Os Deputados e Senadores e as Senadoras e Deputadas que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos apensados.

Já fica estabelecida a audiência pública para o dia 25. Será no dia 25, em horário a ser definido pela assessoria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Propõe o Sr. Relator às 9 horas.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Ah, sim! Perdão, acho que são as traições da idade! Com a palavra o meu ilustre Líder.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – O senhor está muito jovem, Presidente Edio Lopes.

Presidente, eu trabalhei muito no Colégio de Líderes para que a Medida 855 caducasse. Foi uma vitória, mas agora vejo que ela está sendo reeditada novamente pelo Governo.

Ela autoriza a União a realizar pagamentos de até 3,5 bilhões à Eletrobras. Os recursos, segundo o Ministério de Minas e Energia, sairão dos cofres do Tesouro Nacional. O valor representa um reembolso por gastos já feitos pela Eletrobras para gerar energia em regiões isoladas do País – no caso aqui, Amazonas e também Boa Vista.

Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros desta Comissão que aprecia a medida provisória, eu posso falar com muita propriedade sobre o que aconteceu no meu Estado, o Estado de Goiás. Lá, a empresa Celg, uma companhia estatal, foi privatizada e, para ser privatizada, o Governo Federal gastou simplesmente quase 6 bilhões e, depois, o Governo do Estado de Goiás ainda deu isenção de ICMS por 30 anos! Essa empresa Celg, que hoje se chama Enel, é a pior empresa do Brasil, presta o pior serviço para a população! Não temos energia no Estado de Goiás depois que a empresa foi privatizada; a metade dos trabalhadores foi demitida; a tarifa mínima, que era de R\$13, pulou para R\$50! E ainda mais: falta energia. Lá, se você quiser falar com um operador da companhia Enel, é melhor ligar para o Trump ou para o Papa. Tranquilamente você será atendido.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, estarei trabalhando duro nessa medida provisória como revisor para alertar o País do crime que foi cometido pelos governos passados no processo de privatizações. O País gera ondas – é o país das ondas! A primeira onda: "Vamos privatizar o setor energético". Começam as privatizações. E grande parte... E ainda mais: eu quero deixar registrado nos anais desta Casa a privatização da companhia energética de Goiás.

Até eu gostaria que o Ministério Público e a Polícia Federal pudessem prender os responsáveis pela privatização, porque, segundo... Há um contrato de gaveta... Esse processo foi costurado no Governo Temer com o ex-Governador de Goiás Marconi Perillo, uma privatização criminosa contra o povo goiano e essa companhia energética.

Então, é hora de repensar. É muito fácil: você sai de uma empresa estatal, entrega para a iniciativa privada... "Está tudo bem, a iniciativa privada resolve tudo." Mas olhem o preço que está pagando o povo goiano! Acredito que esse contrato tenha caducidade. Dentro de dois anos, se a empresa não investir, e não tem investido...

E há outro fato grave que eu quero deixar registrado aqui nesta Comissão que analisa a medida provisória. Vejam bem, eu pedi ao Banco Central e ao Ministério da Economia que enviassem informação para a Câmara dos Deputados, não para o Deputado José Nelto, se essa empresa enviou dividendos para o exterior. Não recebemos... Pelo contrário, recebemos o "não". E fiquei sabendo que ela já enviou dividendos para o exterior.

Por isto eu convidarei o Presidente do Banco Central – se não vier por convite, será convocado –, porque não vou aceitar o consumidor ser penalizado, empresas serem fechadas no Estado de Goiás, empresas levarem prejuízos enormes.

Então, é hora de repensar esse processo de privatização das energéticas, das empresas de companhia energética.

Já concluindo, peço paciência, Presidente, porque a situação é muito grave. Se deixa de ser estatal, entregam para a iniciativa privada, aí, você vai ver o preço de energia que vai pagar, a chantagem. O empresariado de Goiás está sendo chantageado pela empresa Enel, uma empresa corrupta, de empresários corruptos, malandros, que não merecem a confiança do povo goiano e do povo brasileiro. E ninguém faz nada, o Presidente da República, o Governador. O Governador de Goiás já andou pelos quatro cantos do País. Ninguém consegue colocar a mão nessa empresa. Mas nós vamos, sim, botar essa empresa para fora do Estado de Goiás, fazer com que o consumidor que paga conta seja respeitado.

Por isso o processo de privatização deveria ser o seguinte: ter uma empresa estatal e uma empresa privada, é a concorrência. Nós não queremos uma economia liberal no Brasil? Agora, deixa de ser estatal e entregam para a iniciativa privada. Aí você vai saber o tamanho da conta de energia que vai chegar.

Esse processo criminoso está acontecendo no Brasil agora, nesta Casa aqui também, com as empresas de saneamento. É o mesmo processo. A Europa fez o contrário: a Alemanha está reestatizando porque o povo não está conseguindo pagar água nem energia.

Sr. Presidente, desculpe o desabafo, mas eu trabalharei duramente aqui para que a gente possa colocar em pratos limpos essa questão de 3,5 milhões do Tesouro para socorrer as empresas. Nada contra. Pelo contrário: amo Boa Vista, o povo maranhense, o povo amazonense, sei de seu valor. Mas é hora de moralizar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu ouvi com muita atenção as colocações do Deputado e quero dizer a ele que, na minha relatoria, não caberá nada do que aconteceu em Goiás. Se





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

aconteceu em Goiás, lamento dizer a V. Exa. que houve ambição tanto do Governo, para o lado do Executivo, mais ainda pela Assembleia Legislativa. Os Deputados estavam lá. V. Exa. foi Deputado?

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Eu estava.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas não resolveu. Quem tem que resolver é a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Aqui nós vamos discutir a Medida Provisória 879. Eu estou chamando para uma audiência pública os atores todos do setor elétrico. Já tive acesso à auditoria que foi feita pelo Tribunal de Contas da União e quero alertar V. Exa., dizendo que, sob a minha relatoria, não acontecerão os fatos que aconteceram em Goiás, se é que V. Exa. tem razão e tem provas para acusar as pessoas. Portanto, coloco-me a seu inteiro dispor para fazer uma coisa com muita transparência, como foram todos os meus 33 anos de vida na Bahia, ocupando todos os cargos, inclusive, de Governador, Vice-Governador, Secretário de Estado três vezes, sem saber o que é uma denúncia no Ministério Público ou responder a processo.

Sob a minha relatoria, a honra e a dignidade vão prevalecer. Se não prevaleceram em Goiás, lamento que a Assembleia não tenha tido altivez para assim fazê-lo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR. *Fora do microfone.*) – Questão...

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – De ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Questão de ordem, Deputado José Nelto.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, não há nenhuma dúvida quanto ao relatório e à idoneidade de V. Exa., que eu já conheço...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. colocou de uma forma aqui como se fosse haver. E, como eu sou veemente na defesa da minha honra, eu coloco logo a minha ficha muito clara para as pessoas me conhecerem direito.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Não, não... Quero deixar bem claro aqui, Senador. Nada contra. Eu estou dizendo o que aconteceu no Estado de Goiás. Eu era Deputado, Líder da oposição, e tudo o que eu denunciei aqui eu denunciei da tribuna da Assembleia do Estado de Goiás, mas lamentavelmente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Que é o Colegiado correto para investigar isso.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Mas lamentavelmente... Há a CPI agora, neste momento, lá, Senador, mas o fato aconteceu... Mas a maracutaia aconteceu mesmo foi aqui em Brasília, Sr. Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Colegiado não é em Brasília; é em Goiás.

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Não, não, não! A Assembleia autorizou, Sr. Relator, mas, diferentemente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se a Assembleia autorizou...

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Os acordos foram feitos aqui no Palácio do Planalto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas a Assembleia, o Colegiado...

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Srs. Parlamentares...

O SR. JOSÉ NELTO (PODEMOS - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Colegiado é a Assembleia Legislativa, não é aqui, de maneira nenhuma!

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Esta Presidência entende que a discussão nesta reta final está um pouco alheia ao objeto desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes, porém, convocando reunião deliberativa e de audiência pública para o próximo dia 25.

(Iniciada às 15 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 56 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Deputado Edio Lopes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Luiz do Carmo, Alvaro Dias, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Irajá, Zenaide Maia, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Rodrigo Pacheco, José Ricardo, Bia Kicis, Luis Tibê, José Nelto, Vanderlan Cardoso, Luis Miranda, Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho, Manuel Marcos, Paulo Paim, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Léo Moraes, Juíza Selma, Nelsinho Trad e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Roberto Rocha, Major Olimpio, Weverton, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Arthur Lira, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Danrlei de Deus Hinterholz, Tadeu Alencar, Capitão Alberto Neto, Domingos Sávio, Elmar Nascimento e Joenia Wapichana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, de 2019. **Participantes:** André Patrus Ayres Pimenta, Assessor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Edney Martins, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas - STIU/AM; Lidiane Delesderrier Gonçalves, Superintendente de Desestatização e Estruturação de Projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Marisete Fátima Dadald Pereira, Secretária Executiva do Ministério de Minas e Energia - MME. Marcos do Nascimento Pereira, Ex-Coordenador Geral da Diretoria de Distribuição da Eletrobrás. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Edio Lopes

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/25>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia dois de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Edio Lopes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Lasier Martins, Major Olímpio, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Angelo Coronel, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Jaqueline Cassol, Lucio Mosquini, Mário Negromonte Jr., José Ricardo, Joice Hasselmann, Capitão Alberto Neto, Lafayette de Andrada, Domingos Sávio, Eduardo Cury, Pedro Lupion, José Nelto, Joenia Wapichana, Paulo Paim, Esperidião Amin, Pr. Marco Feliciano, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Dário Berger, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Mecias de Jesus e Jarbas Vasconcelos. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação de Requerimentos. **Resultado:** Aprovados os Requerimentos nº 3, do Deputado Edio Lopes; nº 4, do Deputado José Nelto; e nº 5, dos Deputado Carlos Zarattini e José Ricardo e do Senador Paulo Rocha, propondo a realização de audiências públicas para debater a matéria. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Edio Lopes

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/02>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Edio Lopes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019, com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Luiz do Carmo, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Bia Kicis, Marcelo Ramos, Domingos Sávio, Pedro Lupion, José Nelto, Dário Berger, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Marcos do Val, Luis Miranda, Camilo Capiberibe, Alexis Fonteyne, Luis Carlos Heinze, José Medeiros, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Geninho Zuliani, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Pr. Marco Feliciano, Juíza Selma, Hugo Leal e João Roma. Deixam de comparecer os Parlamentares Roberto Rocha, Weverton, Otto Alencar, Omar Aziz, Jean Paul Prates, Jaqueline Cassol, Lucio Mosquini, Carlos Zarattini, Danrlei de Deus Hinterholz, Luis Tibé, Tadeu Alencar, Silas Câmara, Elmar Nascimento e Joenia Wapichana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, de 2019. **Participantes:** Jonas Eduardo Coletto Trachynski, Diretor Técnico da Companhia Energética de Roraima; Tarcísio Estefano Rosa, Diretor-Presidente da Amazonas Energia e Fabíola Latino Antezana, Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Edio Lopes

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/09>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e cinco minutos do dia cinco de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Edio Lopes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019, com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Bia Kicis, Silas Câmara, Paulo Paim e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, de 2019. **Participantes:** Elvira Baracuhhy Cavalcanti Presta, Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras; André Pepitone da Nóbrega, Diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Francisco Fernandes de Oliveira, Presidente da Companhia Energética de Roraima - CERR; Rodolfo Fernandes da Silva Torres, Diretor-presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA; Haílton Madureira de Almeida, Assessor da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia; Orsine Oliveira, Presidente do Conselho de Administração da Oliveira Energia e Tarcísio Estefano Rosa, Diretor-Presidente da Amazonas Energia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Edio Lopes

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/05>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 879, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia seis de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Edio Lopes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Luiz do Carmo, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Otto Alencar, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Jaqueline Cassol, Lucio Mosquini, Carlos Zarattini, Joice Hasselmann, Marcelo Ramos, Silas Câmara, Domingos Sávio, Elmar Nascimento, Pedro Lupion, José Nelto, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Esperidião Amin, Pr. Marco Feliciano, João Roma, Dário Berger, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Elmano Férrer e Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 879, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** aprovado, por unanimidade, o relatório do Senador Eduardo Braga, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 879, de 2019, bem como pelo atendimento da técnica legislativa e dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 879, de 2019, com acatamento integral das Emendas nºs 3 e 20 e parcial das Emendas nº 4, 15, 24, 29, 31, 34, 35, 42, 53 e 54, e rejeição das demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com os ajustes redacionais proferidos oralmente pelo relator. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 4ª, 5ª e 6ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Edio Lopes

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 879, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/06>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 879, de 2019.

Informamos às Sras. e Srs. Parlamentares que o relatório está disponível nos meios eletrônicos desta Comissão.

Passo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, antes de dar início à leitura do relatório, Sr. Presidente, eu peço permissão de V. Exa., primeiro, para dizer aos Srs. Parlamentares e às Sras. Parlamentares que assumi a relatoria desta matéria faltando apenas três dias para o encerramento do primeiro semestre legislativo deste ano. Logo no primeiro dia desta Legislatura, tratamos de dar início às negociações junto ao Governo e junto aos Parlamentares que apresentaram emendas a fim de poder construir um relatório que tivesse como premissa, primeiro, o Brasil e os brasileiros, que são os usuários do sistema elétrico brasileiro e que têm uma tarifa das mais caras do mundo, seja na área produtiva, seja na área residencial, e, por outro lado, a busca por corresponder à atratividade necessária para o setor elétrico, no sentido de que possamos ter mais investimentos, o que, seguramente, em médio prazo, assegurará a redução da tarifa, enquanto, no curtíssimo prazo, representará geração de renda, de emprego, de investimentos e de crescimento do nosso PIB, que é um desafio que todos nós temos enfrentado. Além disso, vai reparar situações regionais extremamente importantes para o Brasil.

Vou ao relatório.

Vem à análise desta Comissão Mista a Medida Provisória (MPV) nº 879, de 24 de abril 2019, que "altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009". Em consonância com o art. 62, §9º, da Constituição Federal, cabe a esta Comissão Mista examinar a medida provisória em referência e emitir parecer prévio à apreciação por cada uma das Casas Legislativas.

A MPV nº 879, de 2019, tem três artigos.

O primeiro artigo trata, inicialmente, da ampliação do período de reconhecimento de custos e do prazo para que as distribuidoras de energia elétrica que atendiam os sistemas isolados sejam reembolsadas pelo Orçamento Geral da União (OGU) das despesas por elas incorridas com aquisição de combustível e que não lhes foram pagas pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) em virtude de glosas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) relacionadas às exigências de eficiência econômica e energética previstas na Lei nº 12.111, de 2009.

Acerca da medida em questão, o Poder Executivo, por intermédio da Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 00013/2019/MME/ME, de 22 de abril de 2019, assinada pelos Ministros de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Estado de Minas e Energia e da Economia, alega que o pagamento pelo OGU das despesas associadas às ineficiências no fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados é o reconhecimento "de uma operação deficitária na prestação de um serviço público de distribuição, cuja obrigação constitucional é da União, daí atribuir-se ao Orçamento Geral da União essa competência e não ao consumidor de energia elétrica", penalizando ainda mais a tarifa.

Outro tema tratado pelo primeiro artigo é o reconhecimento de custos no atendimento dos sistemas isolados associados ao transporte e à margem de distribuição na aquisição de gás natural para fins de geração de energia elétrica e que foram glosados pela Aneel também em virtude das exigências de eficiência econômica e energética. A despesa será assumida pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e poderá ser paga em até dez anos. Diferente do caso anterior, não há exigência de aportes de OGU, ou seja, o ônus será transferido para as quotas de CDE e, em consequência, para as tarifas de energia.

Sobre essa medida, o Poder Executivo pondera na EMI já citada que ela "garante a viabilidade da infraestrutura dutoviária", preserva "o direito ao reembolso de CCC", permite "que o consumidor ou as empresas não venham a arcar com a ineficiência de uma infraestrutura parcialmente ociosa daqui para frente", e que as economias de escala do gasoduto justificam "uma instalação com sobre capacidade projetada para utilização futura".

O segundo artigo da MPV cria uma exceção ao arranjo legal relacionado ao atendimento aos sistemas isolados, esculpido na Lei nº 12.111, de 2009, para permitir o reembolso da CCC às termelétricas que atendem os sistemas isolados com outorgas prorrogadas, desde que observada a seguinte condicionante: as prorrogações de outorgas devem estar associadas ao aproveitamento ótimo de termoeletricas a gás natural que tenham entrado em operação ou convertido combustível líquido para gás natural, a partir de 2010, como alternativa à substituição da energia vendida por essas termoeletricas.

O Poder Executivo afirma na EMI que acompanha a MPV, que a modificação estabelecida no art. 2º faz parte da solução que permitirá garantir a ocupação plena do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, preservando a segurança jurídica da repactuação de dívidas entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Finalmente, o terceiro artigo trata da cláusula de vigência, qual seja, a data de publicação da MPV.

No que tange à urgência das medidas propostas, o Poder Executivo, por intermédio da EMI, assevera que "o reconhecimento dos recursos aqui tratados são condições necessárias para preservar a situação financeira das concessões de distribuição licitadas nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 2013, bem como para preservar o atendimento à Região Norte por meio do fornecimento e aproveitamento ótimo do gás natural do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus no período contratual vigente".





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A MPV recebeu, no prazo regimental, Sr. Presidente, 54 emendas.

Para fins de instrução da MPV, foram realizadas três audiências públicas, a primeira no dia 25 de junho de 2019, a segunda no dia 9 de julho de 2019 e, finalmente, a terceira, da qual participei já como Relator, no dia 5 de agosto de 2019, oportunidade em que foram ouvidos representantes do Ministério de Minas e Energia, da Aneel, da Eletrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas, da Companhia Energética de Roraima (CERR), da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), da Companhia de Energia do Amazonas, da Oliveira Energia, e do Coletivo Nacional dos Eletricistas.

Eu pediria a permissão de V. Exa., Sr. Presidente, e dos Srs. Parlamentares, como o relatório está publicado, para ir diretamente à questão da análise das emendas e do texto apresentado, havendo, portanto, desta feita, economicidade de tempo, tendo em vista que o relatório está publicado.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Não havendo nenhuma contrariedade do Plenário, nós acatamos o requerimento verbal de V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Então vamos à questão II.3, que trata do mérito.

Como abordado no relatório, a Medida Provisória nº 879, de 2019, reconhece custos incorridos por empresas de distribuição de energia elétrica no atendimento aos consumidores de energia elétrica localizados em sistemas isolados e que não foram repassados às tarifas de fornecimento ou aos fundos do setor elétrico que subsidiam a energia elétrica destinada a essas áreas. Ademais, a medida provisória permite que CCC reembolse as usinas termelétricas com prorrogações de outorga decorrentes do aproveitamento ótimo de termelétricas a gás natural que tenham entrado em operação ou convertido combustível líquido para gás natural, a partir de 2010, como alternativa à substituição da energia vendida por essas termelétricas.

Eu, mais uma vez, por economia de tempo, passo, portanto, à análise das emendas já no próximo item. Nós começamos a tratar disso, no relatório, a partir da p.7. Na p.7, nós começamos.

O primeiro ajuste que fazemos está relacionado à inclusão do §17 no art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002. O texto original da medida provisória menciona que o valor a ser pago pela CDE correspondente à parcela total de transporte e da margem de distribuição referente aos contratos de fornecimento de gás natural firmados até a data de publicação da Lei nº 12.111, de 2009, para fins de geração de energia elétrica relativos à infraestrutura utilizada desde a data de início de sua vigência até 30 de junho de 2017, será corrigido pela taxa Selic. Entretanto, a própria medida provisória não prevê a taxa Selic para o pagamento dos reembolsos das despesas comprovadas com aquisição de combustível, incorridas até 30 de junho de 2017, pelas concessionárias titulares das concessões de que trata o art. 4º-A da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que tenham sido comprovadas, porém não reembolsadas, por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o §12 do art. 3º da Lei nº 12.111, de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

2009. Pelo contrário, a MPV apenas estabelece, nesse segundo caso, que os valores correspondentes serão atualizados monetariamente, ou seja, pelo IPCA. Assim, de forma coerente, deve-se adotar a mesma regra para o primeiro caso, ou seja, nós não penalizaremos os consumidores brasileiros com taxa Selic e manteremos o mesmo critério para os dois recursos, o recurso de fonte do Orçamento Geral da União e o recurso de fonte da tarifa da energia elétrica, criando, portanto, uma neutralidade da atualização monetária.

Há, ainda, aperfeiçoamentos provenientes de emendas apresentadas à medida provisória.

A Emenda nº 3, ao reabrir o prazo para que Estados, Municípios e o Distrito Federal privatizem suas empresas de energia elétrica nos termos da Lei nº 12.783, de 2013, soluciona um conflito judicial, uma vez que, por exemplo, a privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) nos termos dessa lei está ocorrendo por via judicial, uma vez que o Poder Executivo somente regulamentou a matéria em 21 de setembro de 2017, por meio do Decreto nº 9.158, tornando impraticável o cumprimento dos prazos inicialmente fixados, qual seja, 28 de fevereiro de 2018 para a licitação e 30 de junho de 2018 para a transferência do controle. Nesse contexto, diante da regulamentação por parte do Poder Executivo, é correto ampliar esses prazos, como faz a Emenda nº 3.

De forma a complementar a Emenda nº 3, é preciso incluir dispositivo na Lei nº 12.783, de 2013, os procedimentos a serem adotados em caso de não observância dos novos prazos. Sem isso, há risco de deterioração das condições de fornecimento de energia elétrica, com claros prejuízos à população e aos usuários do Estado do Amapá. Os ajustes em questão consistem em possibilitar que a Aneel contrate um prestador de serviço temporário até que a entrada do novo prestador selecionado por meio da licitação da concessão seja concretizada. Cabe ressaltar que o arranjo ora proposto é praticamente idêntico ao previsto na MP nº 856, de 13 de novembro de 2018, e que seria aplicado às distribuidoras da Eletrobras se não tivessem sido privatizadas.

A Emenda nº 4 estabelece novo marco inicial para o início do prazo das outorgas de autorização de empreendimentos hidrelétricos, qual seja: data declaração da operação comercial da primeira unidade geradora. Contudo, ela o faz apenas para os empreendimentos que estavam em operação na data de publicação da MP nº 879, de 2019, e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação. A emenda corrige, assim, uma distorção que afeta negativamente as hidrelétricas de menor porte. O texto exige apenas ajustes de técnica legislativa.

No mesmo espírito da Emenda nº 4, que estimula uma fonte de geração de energia elétrica renovável, é oportuno reverter o cenário de aproveitamento tímido das pequenas hidrelétricas na nossa matriz de energia elétrica. Nos últimos anos, constatamos o sucesso das fontes solar e eólica.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aqui vale a pena ressaltar um desequilíbrio tributário gigantesco que existe entre as fontes renováveis de energia elétrica. Em recente estudo publicado pela Associação Brasileira de PCHs, ficou nítida a diferença tributária entre as pequenas hidrelétricas e os parques eólicos e os parques de energia solar, chegando, em média, a três vezes o valor de tributação, penalizando, portanto, uma das nossas maiores matrizes energéticas, que é exatamente a energia hidrelétrica. Portanto, acho que nós teremos de nos debruçar sobre esse tema tributário em outra oportunidade, mas breve, porque nós estamos diante de um desequilíbrio tributário entre três fontes similares de energia elétrica.

O mesmo espírito, portanto, nos últimos anos, constatamos o sucesso das fontes solar e eólica, a partir de políticas públicas de incentivos, inclusive tributários, exitosas. É preciso fazer o mesmo com as pequenas hidrelétricas. Nesse contexto, propomos utilizar a segunda etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, conhecido como Proinfa, para garantir que essa fonte renovável atinja 10% da capacidade instalada brasileira – nos dias de hoje, isso representaria proximamente 17 mil megawatts – de geração de energia elétrica no prazo de 25 anos.

Isso faria com que tivéssemos um aproveitamento da nossa capacidade hidrelétrica de pequeno porte próximo dos centros de carga, gerando, portanto, emprego e renda, diminuindo as perdas técnicas nas altas tensões no Brasil e melhorando o ambiente para a redução da tarifa de energia elétrica.

Acerca dessa proposta de incentivo às hidrelétricas de menor porte, vale ressaltar as diretrizes a serem observadas pela segunda etapa do Proinfa: contratação por meio de leilão, diversificação regional na contratação de energia elétrica e isonomia entre os ambientes de contratação regulada e livre no rateio dos custos e da energia elétrica contratada, o que minimiza qualquer impacto na tarifa para o consumidor.

As Emendas nºs 15 e 53 modificam as regras de prorrogação das usinas hidrelétricas alcançadas pela Lei nº 12.783, de 2013. Em resumo, em lugar da prorrogação no regime de cotas para o mercado regulado, estabelecem como contrapartida à prorrogação a destinação de recursos para o Tesouro Nacional e – aí está a inovação – para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), ou seja, usando a outorga onerosa ou o nome que se queira dar para que possa diminuir o subsídio existente na tarifa de energia elétrica, que acaba penalizando o consumidor. Trata-se de usar a otimização da outorga para reduzir o custo de tarifa de energia elétrica para o consumidor, que, afinal, é o beneficiário principal do sistema elétrico brasileiro. De fato, as emendas contribuem para aperfeiçoar a legislação do setor elétrico, com o cuidado de destinar boa parte da chamada renda hidráulica para o consumidor de energia elétrica. Todavia, são necessários alguns ajustes, quais sejam: (i) aplicar condições semelhantes às licitações das usinas; (ii) garantir a neutralidade tarifária no ato de prorrogação, sem que se transfira para o consumidor, portanto, o impacto da prorrogação no novo ambiente de custo de megawatt/hora gerado pelas hidrelétricas.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Sem que sejam aplicadas as mesmas condições da prorrogação para a licitação, a eventual decisão do Poder Executivo pela licitação não geraria, por exemplo, novos recursos para a CDE. Ademais, permaneceria a restrição de que 70% da energia elétrica gerada seja destinada ao mercado regulado. Por sua vez, é preciso garantir que o novo arranjo será neutro em termos tarifários – quero enfatizar: é preciso garantir que seja neutro em termos tarifários –, já que o consumidor de energia elétrica não pode ser penalizado.

A Emenda nº 20, ao reabrir o prazo para a devolução, sem ônus, de concessões de UHE licitadas segundo o critério de maior pagamento pelo uso do bem público (UBP), resolve um conflito jurídico, uma vez que há ações na Justiça contra a cobrança de UBP de usinas licitadas e que não conseguiram sequer a licença prévia. Eliminamos assim um passivo judicial que gera custos para os empreendedores e para a União.

As Emendas nºs 24, 31 e 42 reduzem de 60 para 36 meses da data final da concessão o prazo para que as empresas solicitem a prorrogação da outorga nos termos da Lei nº 12.783, de 2013. O mesmo é proposto pela Emenda nº 34, com a diferença que essa última estabelece prazos para que o Poder Executivo informe ao concessionário de geração a remuneração que perceberá em caso de prorrogação. A Emenda nº 54 também reduz o prazo em questão de 60 para 24 meses e reduz de 210 dias para 180 dias o prazo para a assinatura do contrato ou aditivo contratual. Essas emendas contribuem para que as empresas tenham mais tempo para tomarem decisão de tamanha relevância ao mesmo tempo em que não comprometem os procedimentos para eventual licitação da concessão por parte do Poder Executivo. Assim, cabe a redução de 60 para 36 meses, estabelecida pelas Emendas nºs 24, 31, 34 e 42.

Alinhado com as emendas acima, devem ser revogados os arts. 12 e 13 da Lei 12.783, de 2013. Esses dispositivos permitem que o Poder Executivo antecipe os efeitos da prorrogação das concessões. Entretanto, o ocorrido com as subsidiárias da Eletrobras mostra o dano que essa prerrogativa pode provocar. Essas empresas incorreram em perdas bilionárias em virtude da antecipação dos efeitos exigida pelo Poder Executivo, desestabilizando todo o setor elétrico brasileiro. Dessa forma, a antecipação dos efeitos é uma opção que não deve mais vigorar.

Boa tarde, Deputado!

A Emenda nº 29 afasta a aplicação, para empreendimentos do setor elétrico, de restrições concernentes à aquisição de imóveis rurais para pessoas jurídicas estrangeiras. Tem como objetivo atrair mais investimentos para o setor elétrico e, portanto, possui mérito inquestionável, uma vez que as limitações existentes dificultam a expansão da oferta de energia elétrica por meio de investimentos estrangeiros. Entretanto, são necessários ajustes no texto original da emenda. E o ajuste é feito para colocar isso no exato tamanho da necessidade do parque gerador, para que não se distorça a autorização legislativa. A autorização legislativa não serve, por exemplo, para que determinada empresa compre cem mil hectares de terra, use mil hectares para a produção de energia elétrica e 99 mil





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

hectares para a produção agrícola. Ela tem, exclusivamente, autorização em área, de acordo com o projeto aprovado pela EPE, vencedor do leilão e que seria pertinente, portanto, à função específica. Isso mantém o arranjo econômico, porque hoje milhares de pessoas no interior do Nordeste se beneficiam pelo pagamento de aluguel, porque as eólicas e parques solares estão hoje criando um novo mecanismo na microeconomia de regiões carentes do País.

A Emenda nº 35 altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei de Concessões, para prever um prazo de carência para compartilhar as receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados de novos arranjos tecnológicos com a modicidade tarifária. Essa matéria afeta diretamente o setor elétrico. Trata-se de um ajuste pertinente, porque é preciso, de fato, estimular que as concessionárias de serviço público modernizem seus serviços e busquem novas formas de reduzir as suas tarifas. Entretanto, são necessários ajustes no texto sugerido, uma vez que o prazo de carência deve ser definido pelo órgão regulador, a partir das situações concretas. Ademais, a nova regra não deve ser aplicada apenas para novos arranjos tecnológicos. Basta verificar o conflito atual em torno do compartilhamento de postes, que requer mais incentivos para as empresas.

No que tange às demais emendas, há obstáculos que impedem que sejam aceitas.

As Emendas nºs 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 45 e 48, como não podem alcançar as privatizações que já ocorreram, por ser ato jurídico anterior à publicação da MP, porque incorreriam na inconstitucionalidade de violar um ato jurídico perfeito, perderam o objeto. Portanto, deixo de relatar sobre elas. São emendas que não teriam eficácia caso fossem assimiladas neste relatório.

As Emendas nºs 2, 5, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 33, 36, 38, 39, 41, 43, 44, 46 e 47 devem ser discutidas no âmbito de uma mudança mais ampla do setor elétrico. Com isso, evita-se o risco de haver impactos indesejáveis sem a chance de ajustes que possam mitigá-lo. Ademais, cria-se a possibilidade de identificar medidas complementares que garantam eficácia e efetividade das medidas propostas.

A Emenda nº 16 é objeto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 209, de 2015, que já foi aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados e deverá ser apreciado pelo Senado Federal. É melhor que seja tratada na referida proposição para que ela não seja desidratada. E ela já está com regime de urgência aprovado pelo Plenário do Senado da República.

A Emenda nº 37 perdeu o objeto, uma vez que caberia na MPV nº 855, de 2018, rejeitada tacitamente pela Câmara dos Deputados. Não há mais possibilidade de o termo de referência mencionado pela emenda ser firmado. Ademais, aqueles já firmados não podem ser modificados por serem atos jurídicos perfeitos, de acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal.

A Emenda nº 40 versa sobre matéria que é objeto do PLS nº 260, de 2017, aprovado no Senado Federal em abril deste ano e que será apreciado pela Câmara no futuro próximo. É melhor que seja





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

tratada na referida proposição para que ela não seja desidratada e seja debatida com mais tranquilidade.

As Emendas nºs 49 e 52 reabrem o conflito existente em torno da ocupação do gasoduto e desconsideram que o contrato para a sua construção, com direito a reembolso da CCC, foi assinado antes da Lei nº 12.111, de 2009, e da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, quando não havia exigência de parâmetros de eficiência econômica e energética para o fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados, ou seja, as emendas podem ter o seu objetivo prejudicado e acabar fragilizando juridicamente a intenção desta medida provisória.

A Emenda nº 50 torna incerto o reconhecimento dos custos previsto na MPV nº 879, de 2019, uma vez que não é possível afirmar se e quando a Eletrobras será privatizada.

A Emenda nº 51 é injurídica uma vez que a MPV nº 879, de 2019, não afasta a observância dos parâmetros de eficiência no reembolso da CCC às termelétricas com outras outorgas prorrogadas, como destacado anteriormente.

Voto.

Sr. Presidente, eu quero ser bastante sucinto porque o relatório está distribuído e já foi amplamente discutido com os Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. Eu apenas quero fazer o enunciado do voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 879, de 2016, bem como pelo atendimento da técnica legislativa e dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária. No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 879, de 2015, com o acatamento integral das Emendas nºs 3 e 20 e parcial das Emendas nºs 4, 15, 24, 29, 31, 34, 35, 42, 53 e 54 e a rejeição das demais, na forma que já explicamos anteriormente.

Eu também gostaria da permissão, Sr. Presidente, de não ler o projeto de lei porque ele está publicado. Os Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras estão cientes dos termos.

Eu gostaria, portanto, Sr. Presidente, de ir à conclusão do voto para pedir vênias a todos os Parlamentares porque buscamos, num esforço de entendimento com os Parlamentares das bancadas tanto da Câmara quanto do Senado, aprovar, repito, um texto que tivesse como meta e como base, primeiro, no médio e longo prazo, manter a atratividade econômica no setor elétrico, fazendo com que nós possamos ter investimentos que gerem emprego, renda, modicidade tarifária, neutralidade na tarifa para podermos resolver conflitos que estavam e estão prejudicando o setor. E o PLS 209, que já foi votado na Câmara e agora será aprovado, se assim os Senadores e as Senadoras compreenderem, também resolverá outro grande passivo, que é o GSF no mercado livre.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Creio que estamos criando aqui condições atrativas para energias, que é uma vocação natural do Brasil, que é a vocação hídrica da nossa matriz energética, e, ao mesmo tempo, criando atratividades e resolvendo problemas do setor isolado, onde o Estado de Roraima, Estado de V. Exa., o Estado do Amazonas, Estado do Deputado Silas e meu, e Estados dos demais Senadores e Senadoras das Regiões Norte e Nordeste, onde temos ainda situações de isolamento, estão também tendo a sua equação.

Nós buscamos compreender as demandas do setor, compreender as demandas das emendas parlamentares e apresentamos um texto que busca atender aos brasileiros, garantindo um sistema elétrico e um setor elétrico mais eficiente, mais eficaz, que, portanto, possa sinalizar uma redução de tarifa no médio prazo e uma melhoria na prestação de serviço elétrico para o Brasil.

Há alguns pequenos equívocos que precisam ser solucionados. Por exemplo, está escrito "60", mas não escreveram "dias". Eu queria apenas a vênica dos Srs. Parlamentares para que, caso o texto seja aprovado, nós façamos apenas... Eu tive muito pouco tempo para elaborar esse relatório, e houve algumas omissões, como a da palavra "dias". Ficou escrito "60", mas a palavra "dias" não está escrita. Em outro caso, está posto o número "180", mas a palavra "dias" também não está escrita. Apenas quero deixar registrada em ata essa manifestação.

Agradeço, mais uma vez, Sr. Presidente, a V. Exa. e a todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Feita a leitura do relatório, nós passamos ao expediente.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Pedro Lupion.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Deputado Edio Lopes; Senador Eduardo Braga, nosso Relator; Deputados e Deputadas; Senadores e Senadoras; aqueles que acompanham esta Comissão hoje, falo aqui como Presidente da Frente Parlamentar das Pequenas Centrais Hidrelétricas. Esse é um tema que está muito em voga hoje no País. O Ministro Eduardo Braga acaba de falar disto: da nossa vocação para a energia hídrica e principalmente do incentivo que nós temos que dar para esse setor.

Nesse ponto, Presidente, eu gostaria de fazer um elogio pessoal ao Relator. Todas as vezes em que levantamos demandas em relação ao setor no que se refere ao texto da MP 879, elas foram amplamente debatidas e discutidas com esse Relator e também com Relator anterior, Senador Otto, para tratar justamente do desenvolvimento desse setor e desse segmento no País, que gera muitos empregos, que fomenta muita economia em diversos Estados. Principalmente, é uma energia limpa, renovável, que nós temos em abundância no País e que ainda é, infelizmente, pouco explorada, a exemplo do que V. Exa. acaba de dizer em relação à política tributária, das energias renováveis, solar e





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

eólica, com diversos benefícios. Na energia hídrica das CGHs e PCHs, há praticamente 49% de incidência de tributos, ou seja, é algo que a torna quase inviável.

Aqueles que se dedicam a esse segmento e a esse tipo de investimento sabem das dificuldades de se enfrentar a legislação brasileira. Ao invés de nós Parlamentares ajudarmos o Brasil a se desenvolver criando leis que simplifiquem a vida do empreendedor, a vida do cidadão, nós muitas vezes queremos leis que criam mais dificuldades ainda. E essa MP e o relatório de V. Exa. vão justamente no sentido de simplificar e, principalmente, dar oportunidade para que essa matriz seja valorizada no País.

Em relação ao projeto de conversão, o art. 3º, inciso III, fala da seguinte maneira:

Art. 3º

.....
.....

III - na segunda etapa do Programa, o seu desenvolvimento será realizado até que as centrais hidrelétricas com potência inferior a 50.000kW (cinquenta mil quilowatts) correspondam, no prazo de 25 (vinte e cinco) anos, contados da entrada em vigor deste dispositivo, a 10% (dez por cento), no mínimo, da capacidade instalada brasileira de geração de energia elétrica.

Nosso pedido, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, era que a gente tratasse desse número como 20%. É um pedido de setor, pedido de segmento.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Qual é o artigo?

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – É o art. 3º do projeto de lei de conversão, à p.13 do relatório.

O nosso pedido do setor de energia, inclusive, conta com muito apoio e muita dedicação do Deputado Pedro Uczai. Sem dúvida alguma, ele é um dos Parlamentares que mais entende desse setor e foi quem fundou essa frente que hoje presido. Fiz questão de que ele estivesse junto comigo nessa frente parlamentar, pelo seu conhecimento. Ele tem mais de três livros publicados já sobre esse tema. Inclusive, ele é do seu Partido, Deputado Zarattini. O Deputado Pedro Uczai participou muito da elaboração dessa proposta ao Relator. E a proposta foi acatada em termos daquilo que é possível ser feito. Sem dúvida alguma, isso vai gerar um atendimento a esse segmento e uma vitória importante para o setor de energia hídrica brasileira.

Eu, como Vice-Líder do Governo e também como Vice-Líder do Democratas, meu Partido, declaro apoio ao seu relatório. Trabalharemos nesse sentido para que ele seja aprovado o mais rápido possível nos plenários, para que essa MP tenha a sua vigência urgente urgentíssima, para desenvolver as energias limpas no Brasil.

Obrigado, Sr. Relator. Parabéns pelo relatório!





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, prezado Deputado Edio Lopes; Sr. Relator, prezado Senador Eduardo Braga; eu, na mesma linha do nobre colega Pedro Lupion, início cumprimentando V. Exa. Fomos extremamente felizes de poder contar com a experiência de V. Exa., com uma trajetória extremamente brilhante na vida pública, tendo sido Ministro das Minas e Energia, sendo, portanto, profundo conhecedor da matéria, para poder relatar esse assunto e nos ajudar a não apenas tratar daquilo que a MP 879 se propunha. Fica evidente que é matéria absolutamente necessária de ser solucionada, uma vez que sabemos da grande dificuldade em que ficaram todas essas fornecedoras de energia, especialmente as da Região Norte do País, diante da absoluta incapacidade de suportar todos os prejuízos que advieram, como foi bem mencionado no relatório de V. Exa., de falhas do próprio Poder Público. E não poderia se tentar repassar ao consumidor pura e simplesmente todos esses problemas, haja vista que sabemos que os consumidores, em especial os da Região Norte, já pagam as contas mais altas do Brasil. Isso não nos poupa, nós que estamos nas Regiões Sul, Centro-Oeste, Sudeste, que também ainda pagamos contas de energia excessivamente altas.

É por isso que a medida provisória representa sempre uma oportunidade de, num processo de construção pelo Executivo – aí, sim, reside a verdadeira democracia –, o autor, legitimamente, com a prerrogativa constitucional da iniciativa, fazer o aperfeiçoamento da legislação, mas recebendo a contribuição do Congresso Nacional. Isso é fundamental. E aí é preciso um Relator com autoridade política e com o conhecimento técnico de V. Exa. para que aquilo que temos de contribuição a dar seja valorizado e respeitado.

Eu quero, nas minhas considerações iniciais, falar da forma extremamente cavalheira, da forma extremamente democrática com que V. Exa. nos recebeu. Creio que isso se deu, pelo que percebi do seu relatório, com todos, indiferentemente de partido, se da oposição ou da situação, até mesmo com aqueles que se posicionam de forma mais... Eu não diria que seja uma forma alheia ao Governo porque não se pode estar alheio a um governo: você tem que estar ou na situação ou na oposição e, ainda que independente, comprometido com o Brasil. Então, hoje, eu me coloco como aquele Deputado que atua de forma independente, mas absolutamente comprometido com os interesses do Brasil. Votei e ajudei a votar matérias quando o Brasil era governado pelo PT, sendo declaradamente oposição ao Governo, e não terei nenhuma dificuldade de apoiar as matérias necessárias ao País apresentadas pelo Presidente Bolsonaro, porque acredito, sim, que o Governo do Presidente Bolsonaro busca solucionar os problemas graves que nós temos no Brasil. E essa minha convicção me faz ter a compreensão de que nós não temos de ficar nos atendo a pequenas querelas, a pequenas diferenças. Nós temos é que nos unir nas grandes causas.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Eu estou absolutamente unido ao Governo do Presidente Bolsonaro nas grandes causas. E aqui está uma grande causa: resolver, inclusive, boa parte dos equívocos da Medida Provisória 579, que resultou na lei que gerou todos esses problemas, na legislação que gerou boa parte desses problemas, que V. Exa. ajuda a corrigir aqui.

Eu concluo dizendo que, além das PCHs, V. Exa. acolhe as sugestões do nobre Deputado Pedro Lupion e acrescenta sua experiência, equilibrando, dosando de forma adequada essa sua decisão absolutamente equilibrada de tratar da mesma forma não só aquilo com que o Poder Público vai com recursos orçamentários contribuir, como também o cidadão, na questão da Selic. Ali acho que V. Exa. foi cirúrgico, tratou de maneira justa, usando um único indicador de correção. Mas, em especial, quando reabre a questão das renovações de concessão, isso pode alcançar várias empresas públicas que prestam relevantes serviços para o País, como a Cemig e outras. Se elas não tiverem pelo menos a possibilidade de renovar as suas concessões de maneira adequada, poderemos ver o Brasil tirar a concessão de uma usina hidrelétrica de uma estatal brasileira para entregar para uma estatal de outro país. Ora, nenhuma xenofobia com a aplicação dos recursos externos aqui, mas energia elétrica e geração em especial têm, sim, um componente de segurança nacional, de defesa dos interesses e da soberania nacional.

Então, ao dar pelo menos a oportunidade de que haja, de maneira equilibrada, e não da maneira draconiana que pretendia a MP 579, mas de maneira equilibrada, a renovação de uma concessão ou dar pelo menos a preferência para o concessionário público ter a sua manutenção em igualdade de concessão com o vencedor de uma licitação, acho que esse é um grande serviço que V. Exa. presta ao País.

Eu deixo aqui registrado o entendimento de que, nesta medida provisória, nós não apenas estamos devolvendo ao Governo a aprovação daquilo que já era, no meu entendimento, consenso, que é resolver o problema relativo às contas do óleo diesel e do gás, as pendências, os grandes passivos bilionários que ficaram nessas empresas, mas também damos ao País um aperfeiçoamento da legislação do setor elétrico brasileiro, para evitar que continue tendo efeitos perniciosos a MP 579.

Em especial, vislumbro que três usinas que a Cemig tem, nos próximos anos, para encerrar as suas concessões... Pode haver pelo menos a oportunidade de essa eficiente empresa mineira preservar as suas concessões em condições que atendam o interesse do consumidor. Isto é importante: que o valor da outorga seja, em boa parte, destinado à conta, à modicidade tarifária, para ser mais direto ao cidadão, para diminuir o valor da conta de energia elétrica.

Então, parabéns a V. Exa! Eu me sinto contemplado na medida em que V. Exa., com modificações, atendeu a nossa Emenda nº 15 para permitir a renovação de concessões de usinas hidrelétricas.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Prosseguindo na discussão da matéria, nós passamos a palavra ao ilustre Deputado Carlos Zarattini, observando antes que, a qualquer momento, a Câmara poderá entrar no expediente da Ordem do Dia. Portanto, bom seria que nós abreviássemos, para que fosse possível a votação, ainda nesta tarde, do relatório do eminente Relator.

Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para discutir.) – Bem rapidamente, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Relator, o Senador Eduardo Braga, e dizer aqui da nossa preocupação. Eu já manifestei aqui, por várias vezes, em primeiro lugar, o nosso posicionamento em relação aos processos de privatização no Brasil, que, muitas vezes, são lesivos aos interesses da população e que nós sempre questionamos. Mas também quero manifestar a nossa inconformidade com os custos, os valores que são pagos de energia elétrica pela população dos Estados do Norte do País. São custos altíssimos que impedem o desenvolvimento daquela região. E nós vamos sempre manter aqui uma batalha no sentido dessa redução de custos.

Nesse sentido é que nós estranhamos até, Sr. Presidente, o fato de que essa medida provisória, na verdade, é uma segunda reedição. É a terceira vez que se publica uma medida provisória com esse objetivo. Nas duas vezes anteriores, essa medida provisória, por falta de interesse do Governo de ser votada no Plenário da Câmara, acabou sendo indiretamente rejeitada. Portanto, nós achamos que é necessário concluir esse processo.

Nós ficamos muito preocupados, porque são questões que acontecem no setor elétrico, Senador... O senhor foi Ministro, o senhor sabe. Agora nós estamos vendo o caso de Itaipu. O que aconteceu em Itaipu? Um acordo secreto quase leva à queda do Presidente do Paraguai. E a situação no Paraguai é terrível, envolvendo, inclusive, um Senador suplente desta Casa que teria atuado de forma a entrar com uma empresa comercializadora no Paraguai com um nome, aliás, sugestivo: Leros. Vamos levar um "leros"!

Então, nós achamos fundamental resolver esse problema, da mesma forma como é importante, Senador Eduardo Braga – o senhor conhece bem o setor elétrico –, abriremos imediatamente uma discussão sobre a situação de Itaipu. Já está prevista até 2023 a renovação do acordo. E essa situação que estamos vivendo hoje demonstra a fragilidade do acordo atual e o que realmente está nos preocupando e preocupando todo o povo brasileiro.

Nós agradecemos por essa abertura.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Não havendo mais Deputados inscritos para a discussão, eu solicito...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente, eu serei bem rápido.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu já até consultei a assessoria do nobre Relator, mas insistem aqui com uma preocupação relativa ao item que dá prazos muito exíguos, no art. 8º, §1º, incisos I e II. Há um pouco de dúvida com relação a isso, mas eu acredito que, se não houver dúvida da assessoria... A minha assessoria não soube compreender muito bem.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Só quero esclarecer: este caso é um caso específico da CERR. Ao estabelecer essa questão, a gente está forçando o Governo a executar a liquidação de um crédito que está previsto nesta MP, mas que, lamentavelmente, está sujeito a uma questão orçamentária e financeira até 2021.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Mas esse artigo não pode ser usado para outras situações?

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Não, não! É específico.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – É isso que eu estou perguntando à assessoria. Não pode extrapolar?

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – É a única situação que existe no Brasil.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – O §1º...

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – É a única situação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – É apenas para tentar ajudar o Estado de Roraima, aliás, o do Amapá, a resolver essa situação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Eu ainda solicito ao ilustre Sr. Relator, o Senador Eduardo Braga, para se manifestar quanto à intervenção do Deputado Pedro Lupion, na questão de 25 anos e 20 anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – Eu creio que essa é uma questão em que nós construímos uma solução a várias mãos, não foi uma solução construída por este Relator, mas, sim, por vários Parlamentares, discutindo isso com o Ministério de Minas e Energia.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – O que ressaltai foi a prontificação de V. Exa. em acatar a sugestão, nos termos que foi possível, até porque nós do Democratas não acataríamos a sugestão do Ministério de Minas e Energia que retirava essa possibilidade dos anos, parabenizando-o pelo relatório, declarando apoio ao Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Edio Lopes. PL - RR) – Sem haver mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das Atas da 4ª Reunião, da 5ª Reunião e da presente reunião.

Os Parlamentares que concordarem com a aprovação das atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 12 E 18 DE JUNHO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIOS Nº 2 E 6.

Às quinze horas e dois minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Jerônimo Goergen, Vitor Lippi e Dário Berger, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 881, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Simone Tebet, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Irajá, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Hercílio Coelho Diniz, Emanuel Pinheiro Neto, Fausto Pinato, Margarida Salomão, Felício Laterça, Marco Bertaiolli, Alessandro Molon, Tadeu Alencar, Eduardo Cury, Luis Miranda, André Figueiredo, José Medeiros, Léo Moraes, Tiago Dimas, José Rocha, Flávio Bolsonaro, Bia Kicis, Dr. Leonardo, Marcos do Val, Hildo Rocha, José Nunes, Major Olimpio, Felipe Rigoni, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Pedro Lupion e Pr. Marco Feliciano. Deixam de comparecer os Parlamentares Roberto Rocha, Alvaro Dias, Humberto Costa, Dr. Jaziel, Jhonatan de Jesus, Hélio Leite e Dagoberto Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e quatro minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, data em que é reaberta no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, às quinze horas e vinte e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Eleição. Finalidade:** Eleição de Presidente e de Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Dário Berger e o Deputado Marco Bertaiolli, e designados Relator e Relatora-Revisora, respectivamente, o Deputado Jerônimo Goergen e a Senadora Soraya Thronicke. São aprovados parcialmente os Requerimentos nºs 1, 2 e 3, para realização de Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 881, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/12><http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/18>

O SR. PRESIDENTE (Vitor Lippi. PSDB - SP) – Senhoras e senhores, por favor, vou pedir a atenção de todos para nós iniciarmos a nossa reunião.

Eu declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 881, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Como houve acordo, eu comunico que houve um acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Dário Berger e para Vice-Presidente o Deputado Marco Bertaiolli.

Consulto o Plenário se podemos fazer eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Todos estão de acordo.

Se os Parlamentares, portanto, concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eu declaro, portanto, eleito como Presidente o Senador Dário Berger.

Vamos lá. Aplausos ao nosso Senador! *(Palmas.)*

Parabéns, Senador.

E como Vice-Presidente o Deputado Marco Bertaiolli.

Vamos aplaudir também, não é, Marco? Parabéns! *(Palmas.)*

Eu passo, então... Estou aqui, neste momento, por ser o mais idoso da sala... *(Risos.)*

Eu passo, então, a Presidência da Comissão ao Sr. Senador Dário Berger, desejando que essa análise da medida provisória, que essa contribuição do Senado e da Câmara possa ser a mais relevante para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Bem, de antemão, quero chamar o Vice-Presidente da Comissão para fazer parte da Mesa dos trabalhos, Deputado Marco Bertaiolli.

Convido também o eminente Relator, Deputado Jerônimo Goergen, para fazer parte da Mesa. *(Palmas.)*

E designo também como Relator Revisor a Senadora Soraya Thronicke. *(Palmas.)*

Proponho ainda...

Há, sobre a mesa, requerimento do Deputado Jerônimo Goergen propondo o Plano de Trabalho. Vou passar a palavra, então, ao Deputado, para expor o seu relatório.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, nossa Relatora revisora, Senadora Soraya, quero saudá-los e saudar os demais membros desta Comissão.

Eu queria propor aqui, conforme ajustamos preliminarmente, Senador... Essa é uma medida provisória que está com exiguidade no tempo de trâmite dela. Ela precisa ser votada na Comissão até o dia 3 de julho, portanto, dentro de 15 dias, para que saia da Câmara já votada até o dia 10 de setembro, quando nós vamos ter a votação final que dê tempo de, ainda em 30 dias, ser votada no Senado. Esse é o acordo que pretende virar inclusive uma emenda constitucional, aqui dentro do Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, dessa forma, Senador, Sras. e Srs. Deputados, eu penso que nós teremos útil apenas a semana que vem, antes que eu entregue o relatório. A ideia está sendo preparada para entregá-lo no dia 2; impreterivelmente, entregá-lo no dia 2, com pedido de vista coletivo eventualmente, para que a gente tenha condição de votar no dia 3.

Eu penso que, ao fazermos as audiências públicas previstas para hoje, duas, e duas para o dia 25, nós vamos consumir a única semana inteira útil que temos para construir, com os Deputados, a discussão das emendas, enfim. Portanto, eu queria propor, se V. Exas. assim entenderem, que a gente use a semana que vem para conversar com todos os Deputados e Senadores individualmente, e também com as entidades que os senhores queiram trazer para contribuir com suas sugestões. E que a gente atenda de maneira informal, aqui na Comissão, ao invés de ser uma audiência pública quando haverá discursos, todo mundo vai falar e nós podemos correr o risco de daqui a pouco perder o trabalho.

Ontem, o Deputado Tiago Dimas acompanhou a reunião em São Paulo, onde eu fiquei impressionado, porque lá estavam atores do Judiciário, do meio econômico, enfim, todos tendo uma grande expectativa em cima desse trabalho, dessa medida provisória. Então, se V. Exas. assim concordarem, a gente poderia não marcar nenhuma audiência pública ou unificar todas as quatro numa, e aí, então, chamarmos na quarta-feira todo mundo junto que pudesse falar, diminuindo o tempo de cada um e fazendo um trabalho... O que não implica que também eu possa ouvi-los ao mesmo tempo. Então, quem sabe... Mas não pegar os dois dias, porque, senão, como é que eu vou conseguir fazer o relatório de maneira adequada e ouvindo as sugestões dos senhores?

Eu me preocupo muito. Quero deixar claro aqui, Presidente, que isso veio do Governo. Quero, em nome do Geanluca, saudar os membros do Ministério da Economia. O Governo está aberto e me deu total condição para que a gente construa um texto que seja um entendimento da Câmara e do Senado, portanto, do Congresso Nacional, no que diz respeito à contribuição para melhorar essa lei que eu considero que é um oxigênio para a microeconomia, para a geração de emprego e renda do nosso País.

Quero fazer inclusive um apelo se me permitirem. Não sei se tem alguém do PDT aqui. Mas pedir o apoio do Presidente, do Vice-Presidente, da Senadora. O PDT, ontem, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade nessa medida provisória, alegando que não há pressa para resolver o que tem aí na medida. E do nosso ponto de vista, o que tem aí é uma enorme burocracia que precisa ser retirada para gerar emprego. Se para gerar emprego não há pressa, eu gostaria de fazer um apelo aqui, e depois até nós trabalharmos junto ao PDT. Essa ADIn não é contra o Bolsonaro, o Jerônimo, o Dário, é contra uma microeconomia que precisa ser destravada, e essa medida provisória vai ao encontro disso.

Inclusive, eu disse que há aí emendas do próprio PDT que podem ser incluídas no nosso relatório. Portanto, já deixo essa tarefa para o meu Presidente conduzir essa negociação com a Bancada do Partido Democrático Trabalhista.

Estou à disposição.

Faço apenas essa proposição de quem sabe consolidarmos tudo numa única audiência e fazermos as conversas entre nós.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Está em discussão.

Deputada Margarida Salomão.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG. Para discutir.) – Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar a Mesa toda e dizer que nós estamos de acordo com essa proposta do Deputado Jerônimo, achando que nós poderíamos, talvez na próxima quarta, fazer essa macro audiência





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pública, ouvir todas as pessoas cujos nomes foram lembrados, sem prejuízo dessa dinâmica que ele próprio apresentou e que eu considero seja muito produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Continua em discussão.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Senador Dário Berger, é uma satisfação estar aqui com o senhor presidindo esta importante Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Obrigado, Deputado.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para discutir.) – Senadora Soraya, colega Marco, Deputado Jerônimo, Relator.

Fiz questão de integrar, como titular, esta Comissão, porque sei da importância econômica que o nosso País está vivendo. O Deputado Jerônimo foi muito feliz na sua colocação, tanto que a Deputada Margarida já até acompanhou. A sua sugestão foi muito feliz. Você deu duas opções. É a segunda, na verdade, congrega, sem prejuízo de dar andamento nos trabalhos. Deixamos alguém conduzindo. Vamos fazendo as nossas discussões em paralelo, vamos trazendo conhecimento para a Comissão e vamos acertar o passo, porque o Brasil tem pressa de emprego e renda.

Inclusive, eu vejo uma oportunidade, nesta Comissão, nesta medida provisória que se tornará lei, de estancarmos determinados absurdos que são cometidos contra a liberdade econômica.

Então, estamos aqui dispostos, prontos para o trabalho. E conte com o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Eu agradeço o Deputado Felício.

Agora, passo a palavra ao Deputado Tiago Simas.

O SR. TIAGO DIMAS (SD - TO) – Tiago Dimas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Isso.

O SR. TIAGO DIMAS (SD - TO) – Vamos nos conhecendo, não é, Presidente? Teremos tempo hábil.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – É que a letra dos nossos universitários aqui é meio...

O SR. TIAGO DIMAS (SD - TO. Para discutir.) – Mas está ótimo.

Bom, cumprimentar a todos. Só reafirmar que eu estive, ontem, com o Deputado Jerônimo lá em São Paulo, na Fiesp, e realmente há uma expectativa muito forte, isso ficou bastante evidente, dos diversos membros do Judiciário, do setor produtivo nosso. A Fiesp é uma das entidades que representa tão bem essa cadeia da indústria do País de um local tão importante. E há essa expectativa.

Então, eu... Foram duas opções, não é, Jerônimo? Eu acho que a gente só tem que tomar cuidado com as audiências públicas, porque realmente... Para não se tornarem algo moroso ou algo monótono e que não se resolvam as coisas. A forma de trabalho, como o Deputado Jerônimo colocou, de acatar todas as discussões individualmente, se for o caso, ou coletivamente, ao longo da semana que vem e ao longo desses dias, acho que demonstra bem o rito que a gente precisa aqui, que é de celeridade, de uma atenção mais específica e sem muita formalidade, porque isso às vezes acaba... A gente só tem que tomar cuidado para ver se isso não vai atrapalhar. A gente tem que correr contra o tempo, mas ao mesmo tempo fazer algo muito sério e muito competente. Eu tenho certeza de que isso vai acontecer.

Afinal de contas, os membros daqui são de um conhecimento bem relevante, e existem outros diversos pontos que podem perfeitamente ser contemplados com esta medida provisória. E eu tenho certeza de que a gente estará numa condução correta desses trabalhos.

Então, no mais, é isso, viu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Continua em discussão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputado Marco...

Deputado Vitor Lippi, então, primeiro.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para discutir.) – O.k.

Quero cumprimentá-lo mais uma vez, Senador. Cumprimentar também toda a Mesa, em nome do nosso Relator, Deputado Jerônimo.

Eu queria usar a palavra apenas para dizer da responsabilidade de um tema tão oportuno quanto esse. Nós estamos vivendo a maior crise que este País já viveu, com o maior número de desempregados da história, as famílias empobrecidas, os nossos jovens querem ir embora do Brasil, as empresas estão endividadas. E nós sabemos que grande parte dessa responsabilidade é do próprio Governo e das leis que nós temos hoje. Nós não podemos colocar a culpa nos brasileiros. Nós vivemos numa conjuntura cujo Governo e cujo Poder Legislativo têm grande responsabilidade. E nós entendemos que esta é uma grande oportunidade, Sr. Presidente, de nós ajudarmos o Brasil a sair da crise, a modernizar o nosso País.

Todos nós conhecemos bem a mazela da burocracia, a complexidade, o custo Brasil. O Brasil é um dos lugares em que mais morre empresa no mundo, um dos maiores índices de mortalidade de empresa do mundo. De cada dez empresas criadas no Brasil, depois de cinco anos, apenas três sobrevivem. Nós temos um índice de mortalidade de 70%. E cada empresa que morre neste País, Senador, é um pedacinho produtivo do Brasil que morre junto, e é um empreendedor que fica endividado, e é uma oportunidade que a gente perde de gerar riqueza, de gerar emprego neste País.

Então, nós temos que ter responsabilidade com a liberdade econômica e com o empreendedorismo, porque só ela gera emprego, que é o mais importante programa social do nosso País. Então, nós estamos falando aqui de empregos, nós estamos falando aqui de oportunidades para os nossos jovens, nós estamos falando de perspectiva de futuro. E esperamos que possamos utilizar essa oportunidade dessa medida provisória ao máximo. Que possamos fazer diferença no País, que isso possa ser um marco para facilitar a vida daquele que quer investir, que tem a coragem de investir neste País.

Portanto, eu queria aqui deixar a minha grande expectativa, porque a responsabilidade desta oportunidade é muito grande. E a gente espera que a gente possa ser um alento para os brasileiros, em especial para as famílias desempregadas e os jovens deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Nós é que agradecemos ao Deputado Vitor Lippi.

Eu passo a palavra, agora, ao Deputado Marco Bertaiolli.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimentando-o pela indicação e eleição para presidir esta importante Comissão Mista que relata a Medida Provisória nº 881, cumprimento aqui o nosso Relator, o Deputado Federal Jerônimo, a nossa Senadora, que é a Relatora também desta Comissão.

Eu sou o Deputado Marco Bertaiolli, de São Paulo, chegando agora à Câmara Federal, depois de ter sido Prefeito da minha cidade, Mogi das Cruzes, durante oito anos. Sinto-me muito honrado de ter sido indicado pelo meu Partido, o PSD, para compor esta Comissão, que eu tenho na mais alta conta em função de que é uma medida provisória que desobriga, desonera, desburocratiza, simplifica quem quer trabalhar neste Brasil.

Hoje participava de um debate, agora há pouco, na TV Câmara, dizendo dos pontos importantes dessa medida provisória e um dos itens elencados foi exatamente o que o PDT arguiu junto ao STF, que deveria ser por um projeto e não por uma medida provisória, em função da urgência. Mas, como disse aqui





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que o Felício, nosso Deputado Federal, o Brasil tem pressa. Gerar emprego: não existe nada mais importante no nosso País hoje do que deixar as pessoas empreenderem. E aqui, nesta medida provisória, Presidente, vale aquela máxima que nós aprendemos há muitos anos: se o Governo não puder ajudar os empreendedores brasileiros, que, por favor, não atrapalhe. E aqui é o que nós estamos fazendo, tirando o Governo de atrapalhar quem quer gerar o seu próprio emprego e gerar a sua renda.

É a primeira vez que eu vejo uma medida provisória... Presidente, é a primeira vez que o Governo Federal edita uma medida provisória, portanto, em caráter de urgência, beneficiando, Senadora, as micro e pequenas empresas deste Brasil. É a primeira vez que isso acontece.

Então, é esse respeito que nós temos que ter por 98% das empresas brasileiras constituídas entre micro e pequenas, é essa valorização que nós temos a oportunidade de dar neste momento. Apenas 2% das empresas brasileiras são de grande porte e não estão contempladas diretamente nesta medida provisória; 98% das empresas estão aqui, e é delas que nós estamos falando. E podemos, com esta medida provisória aprovada, gerar inúmeras outras empresas, porque aqui nós separamos, Deputado Jerônimo, o que é alto risco do que é baixo risco. Uma empresa de baixo risco – quer dizer, uma pessoa que vai, dentro da sua própria casa, trabalhar como cabeleireira, trabalhar como boleira, trabalhar como costureira – não é possível estar subordinada à burocracia do Estado brasileiro. Nós temos é que, como eu disse, se não pudermos ajudar, que o Estado não atrapalhe.

Então, eu me sinto, Presidente, muito honrado em estar representando também as associações comerciais do Brasil nesta Comissão, como Vice-Presidente, do Estado de São Paulo, da Federação das Associações Comerciais. E, por fim, quero me colocar à disposição de todos os colegas Deputados, dos Senadores presentes – como Deputado que aqui estou estreando –, para colaborar naquilo que for possível, necessário e estiver ao meu alcance.

Bom trabalho a todos.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à eminente Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente Dário Berger, Deputado Jerônimo Goergen, Sr. Vice, todos presentes, o Brasil está ansioso pela aprovação desta medida provisória – ansioso –, só que o mais interessante de tudo isso é que nós estamos muito atrasados.

Ano passado, a China comemorou 40 anos – 40 anos – de abertura de mercado, de liberdade. Há 40 anos, eles fizeram um projeto de abertura de mercado, de liberdade, e nós estamos aqui iniciando a nossa caminhada, porque nós só temos projetos de Governo e não projetos de Estado. Está na hora de nos juntarmos todos, da mesma forma da reforma da previdência, que não é do Governo Bolsonaro, é uma necessidade do povo brasileiro.

Então, está na hora de nos unirmos para libertar o Brasil dessas amarras. Nós somos um dos povos mais empreendedores que existem e estamos amarrados. É impressionante isto: quão atrasado está o Brasil! E depende só de uma lei, depende de muito pouco, depende de boa vontade e de amor pelo povo brasileiro. Então, não é a oposição, não é a situação, não é uma questão da direita e não é uma questão da esquerda. Não existe aquela questão de demonizar o empregador.

Gente, não existe empregador sem empregado nem empregado sem empregador; da mesma forma que não existe o agronegócio sem a proteção do meio ambiente. Somos todos um, estamos todos imbuídos de um único propósito. Infelizmente, a gente que anda lá fora vê brasileiros e brasileiras saindo daqui para ter a liberdade de poder trabalhar 15 horas por dia, o tanto que quiserem trabalhar, fazem dinheiro e não





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

podem voltar para o seu País. Está na hora de mantermos os nossos brasileiros aqui, que eles saiam do País apenas para fazer turismo.

Nós temos toda a capacidade do mundo de ser a maior potência econômica. O que é que nos atravanca? A quem interessa amarrar o Brasil dessa forma?

Então, vamos eliminar atravessadores, vamos abrir esse mercado e acabar com a burocracia, deixar o povo brasileiro trabalhar. Então, que não existam também impasses aqui no caminhar, no tramitar.

Por isso, Relator, eu aprovo de pronto o seu Plano de Trabalho. Vamos acelerar, porque o Brasil tem pressa, sim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Continua em discussão o Plano de Trabalho proposto pelo Deputado Jerônimo Goergen.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Pois não.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Eu queria saber se eu posso fazer o encaminhamento de sugestões para a audiência pública de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Em seguida. Primeiro, vamos aprovar o Plano de Trabalho...

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Pois não. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – ... e, em seguida, V. Exa. pode propor.

Bem, não havendo mais quem queira discutir o Plano de Trabalho, eu quero apenas mencionar aqui que me parece, salvo melhor juízo, que os pressupostos de urgência e de relevância da matéria estão perfeitamente assegurados.

Portanto, queria deixar esse parecer preliminar.

Sobretudo porque está configurada também a necessidade da alteração da legislação brasileira hoje no sentido de simplificar métodos, procedimentos, normas, regulamentos, a legislação propriamente dita, seja infralegal, seja ordinária. Para que efetivamente nós possamos incentivar o empreendedorismo, gerando o movimento econômico necessário para que nós possamos, através dessa simplificação, através da reforma – se é que nós precisamos reformar o que precisa ser reformado, simplificar o que precisa ser simplificado –, de maneira a estabelecer na minha opinião – e eu sou da iniciativa privada – um dos preceitos mais elementares da iniciativa privada e do empreendedorismo, que é a segurança jurídica, que hoje nós não temos mais para empreender.

De maneira que temos uma grande oportunidade na mão e, sobretudo, uma grande responsabilidade. Embora o tempo seja curto, mas me parece suficiente para que nós possamos fazer um excelente trabalho, apresentar um relatório adequado e ainda vamos ter tempo para, se for necessário, corrigirmos com destaque no Plenário, seja da Câmara, seja do Senado Federal.

Portanto, eu também me sinto muito honrado e muito feliz por ter sido designado Presidente pelo meu Partido para esta Comissão, para esta medida provisória, certamente e sobretudo porque também sou da iniciativa privada e tenho um relativo conhecimento das atividades produtivas deste País.

De maneira que fico muito satisfeito e muito feliz, sobretudo também porque temos aqui, na direção dos trabalhos e na relatoria, um dos Deputados mais proeminentes da Câmara dos Deputados, que é o Deputado Jerônimo Goergen, cujo passado identifica bem a sua capacidade e a sua predisposição também dessa atividade, aliado ao nosso ex-Prefeito de Mogi das Cruzes que virou Deputado Federal e que também





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

nos honra, e sobretudo com a nossa Revisora, que é nossa Senadora Soraya Thronicke, com nome mais difícil do que o meu, que é Berger. Acho que nós temos condições de fazer um bom trabalho.

Portanto, eu quero oferecer novamente a palavra ao nosso Relator para que, se tiver mais alguma consideração... Senão, vamos aprovar o Plano de Trabalho e, em seguida, vamos ouvir as sugestões dos Parlamentares presentes.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Deputado Tadeu, V. Exa. queria usar a palavra? Da minha parte...

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE. *Fora do microfone.*) – Posso usar depois.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS. Como Relator.) – Presidente, agora, então, eu vou reformular a proposta de Plano de Trabalho, apresento à Secretaria e deixamos combinado, então, na quarta-feira que vem, no período da tarde, audiência pública para tratarmos do todo, que seria dividido em quatro partes. E as sugestões dos colegas seriam encaminhadas à Secretaria. E a gente vai levar em conta a possibilidade de chamá-los.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Concomitantemente com a audiência pública, nós estaríamos, sobretudo V. Exa., que é o Relator, à disposição...

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – ... dos Parlamentares que compõem...

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Já na terça, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Já na terça.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Na terça. Porquê, o que acontece? Como nós temos o Presidente, o Vice, o Relator Revisor e o Relator, então, enquanto um preside aqui, o outro vai tocando e a gente vai, com os membros do Governo, fazendo a composição do texto aqui, no fundo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Perfeitamente.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Depois eu apresento formalmente o protocolo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Então, não havendo mais discussão a respeito do Plano de Trabalho e, havendo consenso, mesmo assim submeto à aprovação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sobre a mesa, o requerimento para realização de audiência pública para debater aspectos da Medida Provisória 881, de 2019. O requerimento é da Deputada Margarida Salomão, do PT de Minas Gerais.

V. Exa. prefere que eu leia o requerimento?

Então, ela requer:

[...] nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal c/c os artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a Medida Provisória nº 881, de 2019, com a participação dos seguintes convidados [ela sugere os convidados]:

[primeiro, a] Sra. Valdete Souto Severo – membro da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA;

[segundo, o] Sr. Walfrido Warde – advogado e [também em terceiro lugar];

[o] Sr. Osny da Silva Filho – Professor de Direito da FGV – SP.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ela faz a justificativa. Evidentemente que exalta aqui os direitos à liberdade econômica, estabelece garantia do livre mercado, simplificação, relevância e urgência dessa matéria, como já foi amplamente discutido aqui.

Portanto, vamos discutir o requerimento da Deputada.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Com a palavra o Relator, Deputado Jerônimo Goergen.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS. Como Relator.) – Deputada Margarida, em razão de termos unificado quatro agendas em uma, se cada um fizer a proposição de três ou quatro nomes, nós vamos passar a madrugada.

Eu ia fazer uma sugestão: cada um ou até... Em vez de formarmos uma mesa, a gente chama alguém do Governo para fazer uma introdução do raciocínio da *mens legis*, da medida aqui, e depois a gente convidaria os seus e os da semana passada aqui e daríamos a eles de três a cinco minutos para fazer um debate como um todo, em vez de formarmos uma mesa de 15 minutos ou 20 minutos para cada um, porque aí nós não vamos produzir também. E eu não gostaria de deixar ninguém fora, eu queria que todos...

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Mas eu... Se o senhor me permite.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Pois não.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Eu sugeriria, então, que viesse a Anamatra. Se vier a Anamatra, para mim está bom.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Está bom. Aí dá para todo mundo.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Sr. Presidente, é possível fazer requerimento verbal?

O SR. TIAGO DIMAS (SD - TO) – Eu só tenho uma sugestão, que a gente já defina os procedimentos de tempo para não acontecer isto: ficar cada um 15 ou 20 minutos. Devemos ter mais dinamicidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Então, por enquanto nós temos... Só para esclarecer aos senhores e às senhoras que, por enquanto, nós temos, em princípio, a aprovação de uma audiência pública. Estamos todos de acordo de que será na próxima quarta-feira. Temos um nome, que seria da Sra. Valdete Souto Severo, que é membro da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho.

Nós poderíamos aqui, Relator. Nós temos o quê? Quatro, cinco ou seis... Aí, quanto maior for o número de participantes, menor será o tempo que nós vamos conceder aos nossos convidados para que a nossa reunião, a nossa audiência pública possa ter solução de continuidade e eficiência.

Então, eu deixo em aberto aqui para que nós possamos completar a lista. De repente, não precisamos nem completar agora, podemos deixar o próprio Relator encarregado de buscar os nomes necessários que são os mais aptos e especialistas nesta matéria para que nos possam trazer subsídio para que nós possamos formar um juízo de valor adequado a uma medida provisória dessa relevância.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Pois não.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – ... apenas a título de contribuição, embora certamente seja lembrada essa instituição, seria muito importante a participação de um representante do Sebrae aqui, que representa a micro e a pequena empresa no Brasil.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Já estava previsto aqui um representante, Deputado Vitor, no cronograma original.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Se V. Exas. me derem a confiança para apresentar o trabalho, eu só vou unificar da semana passada, ampliar aqui com a presença da Anamatra e a gente... Vai dar certo no final.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Relator, pela ordem.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Pois não.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Eu também tenho uma pessoa que conhece muito do tema, da Universidade do Paraná, o Prof. Rodrigo Xavier Leonardo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Sebrae.

E esse é representante de quem, Deputado, por favor?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – O Rodrigo?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – É.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Da universidade do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Universidade?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – É, do Paraná, Universidade Federal do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Universidade Federal do Paraná.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – É um estudioso do tema.

O SR. TIAGO DIMAS (SD - TO) – Acho importante também a gente incluir alguém dos Municípios, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Da Confederação Nacional dos Municípios?

O SR. TIAGO DIMAS (SD - TO) – Poderia ser um representante da Confederação Nacional dos Municípios, porque alguns, inclusive, já estão regulamentando a medida provisória, por entenderem e saberem qual é a dificuldade, quais são os pontos mais favoráveis, aqueles que nem tanto... Das cidades é fundamental.

Então, se alguém...

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Esse não estava previsto. Foi importante...

O SR. TIAGO DIMAS (SD - TO) – Acho que é bem relevante.

E eu tenho uma sugestão também que é a do primeiro Município, coincidentemente lá do meu querido Tocantins, de Araguaína, a regulamentar a MP 881. Então, foi o Município...

A gente pode convidar, de repente, o Secretário da Fazenda ou o próprio Prefeito. Acho que foi o Secretário da Fazenda que determinou. Se for oportuno e interessante, se a CNM... Porque eu acho que tem que ser algo na prática. A gente não precisa ver generalidades. A gente tem que entender a questão na prática.

Fica como sugestão também essa aí, para a apreciação de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – De minha parte, eu não tenho nenhuma objeção.

Alguém me pediu a palavra, o Deputado Tadeu de Alencar.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Obrigado, Presidente Dário Berger.

Quero cumprimentar primeiro, aqui, a V. Exa., como Presidente desta importante Comissão da Medida Provisória 881; cumprimentar o Deputado Jerônimo, Relator dessa matéria, e dizer que conte com o apoio do PSB, dos demais integrantes aqui da Comissão.

Sr. Presidente, eu tenho, de longa data, observado que o Estado brasileiro, além de caro, perdulário, corporativo, no seu sentido negativo, é um Estado essencialmente burocrático. E, como tal, ele tem uma relação autoritária com os brasileiros. Toda vez que alguém precisa se relacionar com o Estado brasileiro, a sensação é a de que você é humilhado nessa relação.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não falo só da parte do setor produtivo, mas falo do ponto de vista de cidadania mesmo. Não é um Estado cidadão. Quando você está tirando as últimas certidões, as primeiras já venceram. Os prazos são artificialmente adulterados e se faz não um conjunto de exigências de uma única vez. Faz-se uma exigência e, quando você cumpre aquela exigência, se faz outra e se faz outra, de modo que um prazo que às vezes é de 30 dias termina se ampliando artificialmente, por conta dessa cultura terrível da burocracia no Brasil.

Então, a primeira palavra aqui que eu queria dizer a V. Exa. é que, como Líder de um partido de oposição... Ninguém é oposição porque deseja estar na oposição, é onde o eleitor nos colocou. E a gente tem absoluta tranquilidade com esse papel, temos feito isso diante de uma série de questões que merecem a crítica do PSB, mas, nessa matéria em especial, eu fiz questão de integrar esta Comissão, junto com o Líder da oposição, o Deputado Alessandro Molon, que também é do meu partido, para que nós pudéssemos contribuir com este debate.

Eu, recentemente, lá no Lide Pernambuco, recebemos o Secretário Nacional de Desburocratização, Paulo Uebel, e eu também disse a ele, como vou dizer aqui, ao longo dos debates que vamos fazer, que nós temos urgência, efetivamente, nesta discussão.

Esse Estado burocrático impõe – além do que falei aqui, do ponto de vista de cidadania – ao setor produtivo brasileiro um conjunto de obrigações que tem um custo na economia. Então, eu acho que é muito importante que essa agenda a gente possa impulsionar.

Não acho aqui que a nossa discussão também deva ser apequenada, limitando excessivamente o espaço de debate. Nós queremos contribuir, queremos aprovar esta medida provisória, com a contribuição de todos os seus integrantes, mas queremos exatamente apresentar ao Brasil, apresentar aos brasileiros, apresentar a esta Casa, que precisa dialogar com uma agenda com a qual a população se identifique.

Eu acho que esta é, de forma primorosa, uma oportunidade que a gente tem de enfrentar um momento desafiador da vida brasileira e que passa naturalmente não por uma simples simplificação, desconectada de um contexto mais amplo.

Você veja a experiência de outros países. A Senadora se referiu aqui à China. Na Índia, por exemplo, uma *startup* tem dez anos para funcionar livremente, independentemente da ação estatal. Depois de dez anos, não, você vai ter lá o Estado, cobrando exatamente daquelas que puderam sobreviver e se instalar e gerar riqueza, gerar empregos. Porque aqui, no Brasil, o que acontece é que a gente mata a empresa antes que ela possa nascer. Então, é preciso realmente fazer um enfrentamento disso, de maneira muito consistente, de maneira responsável.

Há pontos que a gente critica de forma acessória no teor dessa medida provisória, mas fiquem certos aqui o Deputado Jerônimo e V. Exa., como Presidente, que o PSB vai participar desse debate de maneira propositiva. Nós fazemos parte de uma visão dos partidos de oposição de que não apostamos no quanto pior melhor. Acho isso uma coisa atrasada de você imaginar.

No momento em que nós estamos aqui, vamos cumprir com rigor o nosso papel de oposição, mas, nessa matéria, enxergamos que é uma oportunidade de oferecer ao País uma oportunidade de se modernizar, de vencer, pelo menos parcialmente, uma cultura. Enquanto a sociedade, hoje, é digital, o Estado brasileiro é analógico. Então, precisamos dar passos largos na direção de vencer esse Estado burocrático, cartorial, o império do carimbo. Isso é uma coisa que, efetivamente, faz muito mal ao nosso País, e nós queremos contribuir para dar passos importantes na direção de uma sociedade que possa conviver com um Estado mais cidadão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nossa contribuição aqui, portanto, será propositiva e positiva no sentido de fazermos aqui um debate e um conjunto de propostas que possam ser... Não tenho nenhuma dúvida de que este é um debate, uma agenda mais do que positiva, mais do esperada, urgente e indispensável.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Muito bem.

Eu quero cumprimentar o Deputado Tadeu Alencar pela forma sensata e equilibrada com que aborda o tema. Eu acho que são essas manifestações que, dessa forma, vão contribuir substancialmente para que nós possamos ter, ao final, um texto que venha ao encontro dos interesses de todos nós, do interesse do Brasil sobretudo.

Bem, encaminhando aqui, então...

Não sei se há mais algum Deputado que queira se manifestar a respeito da audiência pública. Eu sugiro que nós...

Evidentemente contemplamos, então, a solicitação feita pela Deputada Margarida Salomão, que é a da Anamatra, a representante da Anamatra. Sugeriram aqui os Parlamentares um representante do Sebrae, um representante da Universidade Federal do Paraná, um representante da CNM...

Eu ainda não tenho o nome, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – O Secretário de Fazenda de Araguaína também pode ser, mas eu gostaria de ouvir um especialista nessa questão da legislação, de burocracia, talvez um advogado ou um professor, ou alguém que possa, de maneira mais específica, tratar desse assunto...

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – O Secretário do Ministério da Economia aqui já está proposto. É que aí eu tinha o Plano de Trabalho.

O Dr. Luciano Timm, que é o Secretário Nacional do Consumidor, para falar de Direito do Consumidor, e a Dra. Juliana Rodrigues, para falar sobre Direito Econômico, porque atenderia a essa demanda que V. Exas. estão propondo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Nós não teremos um contador, assim, um contador e advogado, alguém que trate, na prática, das dificuldades do dia a dia dos micro e dos pequenos empresários?

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Eu tinha previsto aqui o Dr. Fábio Ulhoa Coelho, só que ele viaja hoje ao Peru. Então, ele poderia se tivéssemos a audiência hoje. Como não teremos, ele não virá na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Certo.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Mas, pessoal, eu acho que esse é um problema que nós podemos construir sem dificuldades...

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) – Eu gostaria de...

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Pois não.

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) – ... sugerir o nome da Dra. Kátia, do Jurídico da Abras, Associação Brasileira de Supermercados...

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Está aqui já. A Abras já está aqui.

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) – A Kátia?

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – É. A gente mais ou menos pensou no plano antigo...

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) – Qual o nome que está aí? É a Kátia mesmo?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Não. A Abras é que vai designar a pessoa. Poderá ser ela, não é?

O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ (MDB - MG) – Está ótimo, então. Ótimo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Senador, um representante da Contabilidade.

Nós temos aqui uma representante da Associação de Contabilistas? Não? É o quê?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Contador é peça essencial, não é? Eu acho que, de repente, indicar alguma pessoa nessa área...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – De preferência, que fosse um contador e um especialista na matéria, um advogado tributarista, sei lá, alguma coisa do gênero, que o nosso Relator vai ficar encarregado de encontrar, para que a gente possa aqui ampliar o debate.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – O nome indicado está fazendo dez anos de casado e foi passear no Peru, cara... *(Risos.)*

Nós vamos preparar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Então, eu acho que foi amplamente debatido.

Vou colocar em votação esse amplo acordo, dando poderes ao nosso Relator para completar a lista, da maneira que for mais conveniente para a relatoria e para todos nós.

Deputado Tadeu Alencar.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Presidente, quando eu cheguei, já havia começado a reunião. A gente teria uma sugestão a fazer.

Pelo que estou entendendo, então, eu posso me entender diretamente com o Relator...

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Mas já pode fazer isso aqui...

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) – Então, aqui, já, oralmente, é o Prof. Gustavo Binenbojm – não sei se a pronúncia é essa. Ele é professor da UERJ. Ele fez parte do grupo de trabalho que ajudou a preparar o texto anterior à medida provisória. Então, eu já queria também sugerir o nome dele.

Eu vou formalizar, vou fazer um requerimento a V. Exa., mas já anuncio aqui essa sugestão.

Obrigado.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Sr. Presidente, também acho que o Ministro Afif Domingos seria uma pessoa também extraordinariamente oportuna para...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – O Afif... Eu não estava lembrando do "Juntos, venceremos", não é?

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) – Acho que o Afif é um bom nome.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Bem, acho que nós estamos de acordo, então, com os nossos convidados. Quanto às demais dúvidas que surgirem, os nomes, fica o nosso Relator encarregado de encontrar um caminho para que nós possamos fazer a nossa reunião da audiência pública na próxima quarta-feira, às 14h.

Deve ser por aqui. Os Parlamentares vão receber a informação devidamente.

Submeto, então, à aprovação esse amplo acordo, essa discussão com relação à audiência pública.

Os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Proponho ainda a aprovação da ata da presente reunião.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, consulto os Srs. Parlamentares se querem fazer mais alguma intervenção. *(Pausa.)*

Não havendo, declaro por encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 2 minutos e suspensa às 15 horas e 6 minutos do dia 12/06/2019, a reunião é reaberta às 15 horas e 23 minutos e encerrada às 16 horas e 7 minutos do dia 18/06/2019.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Marco Bertaiolli, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 881, de 2019 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Irajá, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Hercílio Coelho Diniz, Fausto Pinato, Felício Laterça, Darci de Matos, João Roma, Eduardo Cury, Luis Miranda, Dagoberto Nogueira, José Medeiros, Tiago Dimas, Marcos do Val, Camilo Capiberibe, Luis Carlos Heinze, Major Olímpio, Jarbas Vasconcelos, Mário Negromonte Jr., Paulo Paim, Chico Rodrigues, Geninho Zuliani, Marcelo Ramos, Pr. Marco Feliciano, Bia Kicis e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Parlamentares Dário Berger, Eduardo Gomes, Roberto Rocha, Oriovisto Guimarães, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jerônimo Goergen, Margarida Salomão, Dr. Jaziel, Alessandro Molon, Jhonatan de Jesus, Vitor Lippi e Hélio Leite. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**
Finalidade: Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881, de 2019. **Participantes:** Paulo Antonio Spencer Uebel, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; Noemia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Mauricio Antonio Ungari da Costa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (representante de: Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS); Maria Beatriz Palatinus Milliet, Diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA; Fernando Boarato Meneguín, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (representante de: Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública); Larissa Moreira Costa, Gerente-Interina da Unidade de Assessoria Jurídica do Sebrae (representante de: Sebrae); Antonio Carlos Negrão, Diretor Jurídico da Federação Brasileira de Bancos (representante de: Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN); Rodrigo Xavier Leonardo, Advogado e Professor da Universidade Federal do Paraná; Fabiano Souza, Secretário de Fazenda do Município de Araguaína - TO; José Levi do Amaral Junior, Procurador Geral da Fazenda Nacional; Eudes Sippel, Consultor da Confederação Nacional dos Municípios (representante de: Confederação Nacional dos Municípios - CNM); João Accioly, Advogado e mestre em Economia; Hércules Benício, Tabelião e Registrador do Distrito Federal. Charles Goulart, Contador. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Marco Bertaiolli

Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 881, de 2019





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/26>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 09 E 11 DE JULHO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 881, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Simone Tebet, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Juíza Selma, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Rodrigo Pacheco, Jerônimo Goergen, Hercílio Coelho Diniz, Emanuel Pinheiro Neto, Margarida Salomão, Enio Verri, Felício Laterça, Heitor Freire, Marco Bertaiolli, Darci de Matos, Dr. Jaziel, João Roma, Vitor Lippi, Hélio Leite, Luis Miranda, Dagoberto Nogueira, José Medeiros, Tiago Dimas, Zé Silva, Bia Kicis, Hugo Leal, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Zé Neto, Marcos do Val, Camilo Capiberibe, Alexis Fonteyne, Luis Carlos Heinze, Major Olimpio, Paulo Paim, Geninho Zuliani, Chico Rodrigues e Pr. Marco Feliciano. Deixam de comparecer os Parlamentares Roberto Rocha, Irajá, Rogério Carvalho, Alessandro Molon e Jhonatan de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Lido o Relatório do Deputado Jerônimo Goergen. Concedida vista coletiva da matéria. Às quatorze horas e quarenta minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia onze de julho de dois mil e dezenove. Às dez horas e vinte e um minutos do dia onze de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 881, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Jerônimo Goergen. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** O Relator, Deputado Jerônimo Goergen, apresenta Complementações de Voto. Apresentados os Requerimentos nºs 5 a 11, de destaque. Apresentado o Requerimento nº 12, de votação em globo da admissibilidade dos destaques. Prejudicado o Requerimento nº 4. Aprovado o Requerimento nº 12 e rejeitados em globo os requerimentos de destaque. O Senador Rogério Carvalho apresenta voto em separado. Aprovado o Relatório do Deputado Jerônimo Goergen, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 881, de 2019; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP nº 881/2019 e das trezentas e uma Emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

orçamentária da MP nº 881/2019 e das trezentas e uma Emendas apresentadas; e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 881, de 2019, e das Emendas de nº 020, 021, 040, 041, 051, 052, 055, 061, 063, 065, 067, 068, 097, 098, 111, 112, 113, 126, 128, 129, 130, 135, 138, 139, 148, 155, 158, 164, 165, 170, 185, 198, 202, 205, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 227, 229, 230, 240, 242, 244, 249, 251, 262, 269, 270, 271, 277, 278, 284, 294, 003, 008, 025, 043, 078, 091, 092, 100, 114, 116, 117, 119, 120, 133, 146, 150, 166, 171, 173, 177, 192, 194, 254 e 260 a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais. Registram voto contrário o Deputado Enio Verri, a Deputada Margarida Salomão e a Senadora Zenaide Maia. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 2ª e 3ª Reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 881, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/09>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/11>

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória 881, de 2019.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Sem mais comentários, passo a palavra ao Relator, Deputado Jerônimo Goergen, para que proceda à leitura do seu relatório.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, essa foi uma tarefa bastante hercúlea que tivemos que fazer, porque foi muito pouco o tempo, e tenho a clareza, até pelo número de emendas que foram apresentadas – 301 emendas – de que é incrível analisar como o Brasil chegou até aqui, com o tamanho da burocracia com que micros, pequenos, médios e grandes empresários têm que conviver.

E nesse sentido, Sr. Senador, eu busquei ouvir, conversar, acolher a maioria possível das emendas dos colegas, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados. De muitas delas a intenção até seria pelo acolhimento, mas acabamos não o fazendo, porque o que temos que ter, ao final, é a lei aprovada sem que ela perca sua característica.

Tivemos pontos polêmicos, como, por exemplo aqui, o que envolve o setor farmacêutico. E sobre esse ponto eu ainda quero conversar com os setores. Eu o excluí do relatório, justamente, Senador Dário, porque há muita polêmica e há a possibilidade de uma construção que se consensue eventualmente sem prejudicar farmácias, supermercados, farmacêuticos. Então, a gente fica com esse ponto e um ou outro ainda pendentes.

Combinei com o Deputado Enio Verri, com quem tenho dialogado muito em nome da oposição, que conversarei com ele sobre três ou quatro pontos que ainda possam vir em voto complementar aqui. E o acordo... Até alguém me perguntou: "Por que não deu acordo para votar?". E eu disse: "Não, deu acordo para votar", justamente deu acordo para votar que faremos a leitura do relatório agora, faremos o pedido de vista coletiva e, na quinta-feira pela manhã – eu solicito a V. Exa. o horário de 9h da manhã na quinta-feira, se for possível, porque muitos acabam tendo que voltar aos seus Estados se a votação transcorrer normalmente; se não transcorrer, a Câmara está convocada até sábado. Então, eu deixaria essa solicitação para assim procedermos.

E passo imediatamente à leitura da conclusão do meu parecer pelos motivos que anteriormente foram expostos. Peço a transcrição aqui do documento inteiro, que é um documento bastante extenso. E vou diretamente ao voto:

I - pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória no 881, de 2019;

II - pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da MP nº 881/2019 e das trezentas e uma emendas apresentadas;

III - pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MP nº 881/2019 e das trezentas e uma emendas apresentadas; e

IV - no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 881, de 2019, e das Emendas de nºs 17, 20, 21, 32, 40, 41, 51, 52, 55, 60, 61, 63, 65, 67, 68, 97, 98, 99, 111, 112, 113, 126, 128, 129, 130, 135, 138, 139, 148, 155, 158, 163, 164, 165, 170, 185, 198, 200, 202, 205, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 227, 229, 230, 233, 234, 240, 242, 244, 246, 248, 249, 251, 262, 268, 269, 270, 271, 277, 278, 282, 284, 285, 286, 294, 003, 008, 012, 025, 027, 029, 031, 033, 037, 039, 042, 043, 059, 062, 078, 091, 092, 100, 101, 114, 116, 117, 119, 120, 124, 125, 133, 145, 146, 150, 151, 153, 166, 171, 173, 177, 186, 189, 192, 194, 208, 211, 224, 225, 232, 235, 238, 250, 252, 254, 260, 279, 290, 300 e 301, a ela apresentadas, na forma do projeto de lei de conversão anexo, e pela rejeição das demais.

Procuramos, como disse, atender o máximo possível de emendas, contemplando os Srs. e as Sras. Parlamentares.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esse é o relatório e o voto, Presidente, que fica para apreciação do Plenário e de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Deputado Hélio Leite.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com certeza essa matéria é uma matéria importante para o nosso País. Muito feliz em perceber o acordo para pedirmos vista coletiva e discutirmos na quinta-feira.

Eu, particularmente, fico preocupado, primeiro, Deputado Jerônimo, com os pequenos farmacêuticos. Há farmácia no interior do Estado – eu sou do Pará –, há farmácia distante, essas farmácias que atendem bairros, atendem agrovilas, atendem locais. Cada vez mais se centraliza a venda de medicamentos em outro estabelecimento. Com isso, nós estamos forçando automaticamente também a abrirem falência as pequenas farmácias do interior.

Além disso, outra preocupação, Presidente, é com a questão do farmacêutico. É um grupo muito grande que também, pelo relatório que já estou analisando, tenho a impressão de que é preciso rever, haja vista que há vários profissionais formados neste País que trabalham há 10, 15, 20, 30 anos, e a minha preocupação é que nós possamos exterminar essa profissão tão importante para este País.

Minha preocupação é essa, mas temos tempo para conversar daqui para quinta-feira. Eu estou pensando em apresentar um destaque para poder organizar. Evidentemente, se o Relator analisar conosco e achar que é importante, para mim, estou contemplado.

Mas eu queria parabenizar pela boa vontade e, acima de tudo, pela maneira como você está tratando cada um de nós aqui, com muita conversa, com muita força de vontade e, acima de tudo, com muita humildade. Parabéns! Espero que nós possamos buscar um documento importante para todas as classes deste País.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS. Como Relator.) – Deputado, eu, inclusive, não coloquei aqui no tema, mas temos dois colegas apresentaram emendas que versam sobre esse assunto. E confesso que foi o tema mais palpitante de toda a discussão. Desde lá, eu conversei muito com todos os atores dessa discussão, acho que há uma possibilidade de uma construção – não sei se teremos o cabo dela, mas há uma possibilidade –, por isso entendi por bem não colocar no relatório neste momento, porque temos agora... E eu vou estar à disposição depois aqui, Presidente Dário, para seguir as conversas.

O fato é o que eu tenho dito para todos os setores: o que nós não podemos é perder o principal desta medida provisória; não podemos é perder o principal desta lei, que é uma das leis, pelo que eu percebo, mais esperadas pelo empreendedor brasileiro. Um item, importante item, não pode colocar fora toda essa construção.

Então, não apresentamos aqui, vamos dialogar e, podendo resolver, será resolvido, obviamente, dentro desse diálogo que estamos tentando fazer. Acatamos muitas emendas dos Srs. e das Sras. Parlamentares, seja da situação, seja da oposição, cumprindo exatamente o papel da relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Nos termos do art. 132, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria.

Declaro, portanto, suspensa a presente reunião, marcando a reabertura dos trabalhos para o dia 11 de julho, quinta-feira, às 10h da manhã.

Está suspensa a reunião.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 39 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 881, de 2019.

Vou pedir que os assessores se acomodem e que, por favor, fiquem o máximo possível em silêncio para que nós possamos exercer o nosso trabalho.

Eu já passo a palavra para V. Exa., só deixe eu terminar de...

Comunico que, no dia 9 de julho, o Deputado Jerônimo Goergen procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, portanto, em seguida, a nossa reunião, a qual está sendo reaberta neste momento.

A princípio, o ritual seria conceder a palavra ao nobre Relator, Jerônimo Goergen, para as suas considerações, mas, como o Senador Rogério Carvalho me pediu a palavra, eu concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Eu queria, considerando o acordo que foi feito entre o Deputado do PT que conversou com o Jerônimo... Há um acordo de procedimento, de não haver obstrução, mas eu queria pedir, desde já, que fosse destacado o art. 28 do PLV, para que a gente pudesse discutir, em separado, depois de votado o texto principal.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – O.k.

Agora, sim, então, concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Jerônimo Goergen, para suas considerações.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger; Sr. Vice-Presidente, Marcos Bertaiolli; e Senadora revisora da relatoria, Senadora Soraya; eu quero dizer que foi uma grande experiência a forma como construímos a discussão dessa medida provisória e conseguimos colocar realmente o interesse da geração de emprego no Brasil acima do patamar ideológico que cada um de nós possa defender.

Eu quero, portanto, dizer que foi uma longa madrugada, Deputado Enio Verri. Estou louco para votar logo essa medida provisória porque eu tenho falado mais com o Enio do que com a minha família. Estou louco para ir para minha casa.

Eu queria cumprimentar, porque realmente nós procuramos, em pouco tempo... Nós tivemos um mês para relatar essa medida provisória, Senador Dário, com a relevância enorme que ela tem. E por tratar realmente da liberdade econômica, que é nada mais do que deixar o empreendedor brasileiro trabalhar e gerar emprego no Brasil, muitos Deputados e muitos Senadores e Senadoras, Senadora Soraya, contribuíram, trouxeram emendas, trouxeram propostas. O primeiro esforço que fizemos foi acolher o máximo possível das demandas. Há temas polêmicos no meio disso. Hoje com a rede social, a gente apanha bastante, Deputado Hélio, mas graças a Deus são temas que vão seguir daqui para a frente.

Eu quero fazer apenas um registro entre eles: um que envolve a venda dos medicamentos isentos de prescrição. Quero aqui homenagear o Deputado Hercílio Coelho, que foi autor da proposta, e o Deputado Laterça, que também trabalhou o tema da saúde e recebeu o apoio do debate do Deputado Hélio Leite, do Deputado Cury, e de outros tantos que vão poder agora... Esse é um acordo que fizemos com o Governo, que o Governo vai instituir por decreto um grupo interministerial para que seja feito o projeto, construído





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

com todos os atores dessa cadeia, para nós não incorrerem em um risco, daqui a pouco, social, ou econômico, ou até, especialmente, de saúde pública. O fato é que o Parlamento ganhou esse avanço. Nós vamos discutir isso, entre outros pontos. Ao longo da madrugada, o que fizemos foi trazer ao realismo constitucional, legal, do nosso relatório. Portanto, fizemos um acordo de procedimento, como disse aqui o Senador.

Quero, em nome do Deputado Enio Verri e da Deputada Margarida Salomão, agradecer a compreensão que a oposição teve, pois farão aqui destaques, mas não inviabilizarão a votação, até porque esse é um dia decisivo para que essa medida provisória possa ser aprovada sem que haja o risco de cair. O Brasil perder essa lei, Senador, é algo que nós não podemos nem estimar. Nós temos que gerar empregos.

Fico muito feliz porque a Secretaria de Política Econômica, no seu estudo, Deputado Alexis, Deputado Dimas, Deputada Bia, apresentou semana passada uma análise de que, nos próximos dez anos, o texto original dessa medida pode ser vetor de criarmos em torno de 3 milhões de empregos, o que, depois, na mesma semana, já foi corrigido, pois pode chegar a 3,7 milhões de empregos, somente com esse ambiente de trabalho que nós estamos mudando. Em um índice internacional de liberdade econômica que mede a liberdade econômica em 180 países, hoje o Brasil ocupa o número 150. É quase um dos últimos. A partir da mudança da lei, nós estamos com a perspectiva de que o Brasil desça cem casas desse *ranking* e que venhamos a ser um dos principais, portanto, no ambiente de trabalho, de geração de emprego e renda.

Eu não tenho nada mais a falar a não ser agradecer aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a toda a equipe que nos assessorou – eu não vou nominar, porque foram muitos integrantes do Governo, muitos integrantes da Câmara que nos deram esse respaldo, do meu próprio gabinete. E quero, portanto, aqui encaminhar a todos... A parte formal está sendo cumprida aqui, eu não tenho nem o que ler, com as alterações que foram combinadas. Dessa forma, eu quero pedir o apoio de V. Exas. para aprovarmos o relatório e darmos ao Brasil uma chance de crescer.

Temos um prazo exíguo – daqui a pouco, começa o Plenário. Queria pedir a colaboração para que a gente fosse também bastante objetivo nesse encaminhamento.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso trabalho está feito e eu espero que a gente tenha aqui a condição de aprovar e transformar uma lei que tenha resultado efetivo para as expectativas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Muito bem.

Quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar o Deputado Jerônimo Goergen pelo seu relatório, pela sua tenacidade, pela sua disposição de discutir essa matéria, que é muito importante para o Brasil e que proporcionou um envolvimento dele praticamente 24 horas por dia para chegar a bom termo num relatório que pudesse buscar o entendimento e, de certa forma, o consenso, o que é muito difícil em função das peculiaridades próprias que tem um projeto dessa natureza.

Como foi batizada mesmo a matéria de medida provisória da liberdade econômica, era preciso ter muito cuidado para que, em vez de nós ampliarmos a liberdade, nós fizéssemos efetivamente o contrário. Então, eu participei, nos últimos dias, de certa forma, ativamente das discussões e pude perceber a complexidade dessa matéria que, de fato, merece a nossa consideração e o nosso respeito ao nosso Relator.

Eu vou colocar em discussão, então, o relatório. O primeiro orador inscrito é o Deputado Alexis Fonteyne, como Líder. Não está aí? *(Pausa.)*

Em seguida, vou passar a palavra ao Deputado Felício Laterça. Também não se encontra? *(Pausa.)*
Deputado Enio Verri.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – V. Exa. tem a palavra.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Muito obrigado.

Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu quero dizer o seguinte: eu não costumo discutir o mesmo problema mais de uma vez, mas infelizmente me parece que nós não estamos tendo o devido comportamento para apreciarmos matéria dessa natureza e dessa importância. Portanto, os assessores que quiserem permanecer no Plenário permaneçam em silêncio, senão vou mandar evacuar do recinto. Assim, nós vamos conseguir discutir a nossa medida provisória.

Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Para discutir.) – Obrigado, Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, Deputado Jerônimo Goergen.

Eu quero de público parabenizar o Relator, o Deputado Jerônimo, pela sua dedicação e pela sua extrema boa vontade em construir um acordo nessa medida provisória. Ele foi de uma elegância, que eu quero tornar pública, muito grande. Inclusive, a última reunião que tivemos foi na Liderança do meu Partido.

Então, parabéns, Deputado, já trabalhamos juntos em outras Comissões. Claro, somos de partidos distintos, temos divergências gigantescas sobre o que é o melhor para o Brasil, mas isso nos une e mostra o respeito que V. Exa. tem pela construção de um projeto.

O segundo aspecto que eu gostaria de trazer para todos os presentes é que, como representante, sou Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores, nós, por formação, não somos liberais, nós defendemos o Estado ampliado e, particularmente, não creio que o liberalismo econômico seja a saída para as grandes crises que vivemos, até porque o liberalismo é um sonho irreal numa sociedade oligopolizada e monopolizada como é a brasileira. Nós não podemos achar que vivemos em uma sociedade de *boutiques*, mercearias e pequenas empresas que concorrem entre si à procura do pleno emprego, porque isso não é verdade, aliás, nem quando Adam Smith escreveu, era real.

Entretanto, há uma parte que eu acho fundamental nesse projeto e julgo que seja a parte principal – eu tive a honra de debater com o Deputado Marco na televisão sobre isso – que é toda aquela parte de incentivo às micro e pequenas empresas. Isso, sem dúvida nenhuma, é um avanço, ajuda muito e dá condições à gestão, principalmente na abertura das empresas.

Ao mesmo tempo, nós não podemos – e aí está a minha grande discordância, até porque não pensar como um liberal não me dá o direito de achar que não pode ser colocado aqui, e o Governo tem essa característica liberal... Portanto, é absolutamente normal que se discuta, que o Governo traga aqui um debate como esse, acho perfeitamente possível – votarei contra, mas acho perfeitamente natural.

Agora, está inserida nessa medida uma terceira reforma trabalhista. Terceira, por quê? Nós tivemos uma primeira reforma trabalhista em que se dizia que, graças a ela, se geraria emprego. Foi uma fraude. Tiraram-se direitos, e os empregos não vieram. A reforma da previdência, que teve seu texto aprovado ontem na Câmara dos Deputados, tem implícita uma outra reforma trabalhista, a criação da carteira verde e amarela, a redução do direito do trabalhador que ganha entre R\$1,3 mil e dois salários mínimos de receber o PIS; na verdade, tiram-se mais direitos. E, por fim, nós temos aí um capítulo inteiro que trata de redução de direitos.

Eu não entendo como a micro e pequena empresa, que todo mundo fala que são fundamentais e que o projeto é a bem delas, vão crescer com uma população desempregada e sem salário. Quem é que vai comprar da micro e pequena empresa? Será que as micro e pequenas empresas vão vender só para o exterior, onde vai haver renda? Porque, no Brasil, não vai.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Outra coisa, você trabalhar, por exemplo, com horário: eu tive a honra de, até os 40 anos de idade, ser diretor de grandes empresas do setor de varejo. Ora, a população compra quando tem dinheiro. Não é o horário que vai fazer a população comprar mais, nobre Presidente. Não adianta o supermercado ou a empresa que vende frango assado trabalharem 24 horas por dia se não houver renda para a população comprar o frango, para comprar o pneu.

Então, me parece que o texto, em que pese a extrema vontade do Deputado Jerônimo, veio enxuto, virou um Frankenstein e, felizmente, enxugou e avançou muito. Eu tenho que reconhecer que foi um avanço, por conta da negociação – seria absolutamente injusto se não fizesse isso –, mas ainda é um texto contraditório, porque ele não enfrenta os oligopólios, ele não enfrenta os monopólios e tira mais direitos ainda.

(Soa a campanha.)

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Eu até me refiro ao nobre Deputado Marco, que é um grande representante das micro e pequenas empresas, com quem tivemos um debate riquíssimo e longo sobre isso, mas é importante perceber o seguinte: você não enfrenta o monopólio, não enfrenta o oligopólio, tira direitos, reduz a capacidade de compra do mercado interno e fala que é uma lei que vai gerar 5 milhões de empregos. Isso me parece um paradoxo.

Nós do Partido dos Trabalhadores temos um acordo – porque achamos justo –: nós não vamos obstruir, mas quero dizer que votaremos contra essa medida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa.

Passo a palavra, então, ao Deputado Felício Laterça.

Já tinha chamado V. Exa., mas V. Exa. não se encontrava. Concedo a palavra ao senhor em seguida.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, obrigado por retornar a palavra.

Senhores, por favor, só um minutinho.

(Soa a campanha.)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – É um importante momento de apresentação do relatório dessa medida da liberdade econômica de que fazemos parte. É um avanço para a economia brasileira. Entendemos que o liberalismo é o caminho.

Quero parabenizar todos pelo trabalho; o Presidente, pela condução dos trabalhos; o comando do Deputado Jerônimo Goergen, Relator dessa medida; a Senadora Soraya Thronicke, como revisora; o Deputado Marco Bertaiolli também, como 1º Vice.

Seguinte: nós apresentamos medidas, emendas a essa proposta por entender que a liberdade econômica, de fato, é o caminho, mas acabamos, num entendimento muito bem conduzido pelo Deputado Jerônimo, cedendo, por entender que a medida provisória não pode ter certos percalços. Nós construímos, ficou um compromisso aqui junto com o Deputado Hercílio de nós tratarmos da questão que muito interessa à liberdade econômica, e essa questão trata de produtos farmacêuticos, trata dos profissionais de farmácia.

Tão logo cheguei à Câmara dos Deputados, Senador, eu fiz um pronunciamento sobre a indústria das multas nos conselhos de Farmácia. E hoje eu vou trazer a vocês, dentro do possível, dentro do tempo, que é limitado, breves colocações a respeito disso agora no Senado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu tenho conhecimento do que aconteceu durante as fiscalizações dos conselhos. Isso já foi levado ao conhecimento deles. Eles multam a torto e a direito. Nós tentamos colocar a questão de o farmacêutico trabalhar em horário remoto, mesmo que por um período. O farmacêutico não pode se ausentar da farmácia. Os conselhos criaram uma espécie, com a aprovação de uma lei de 2014, de tornozeleira eletrônica ao farmacêutico, inovaram. O farmacêutico não pode se ausentar da farmácia nem para ir ao banheiro se a farmácia não tiver banheiro. Então, tudo é multa. As multas são redobradas, e os conselhos estão arrecadando milhões com essas questões. Milhões esses que não sabemos onde estão, porque cabe ao TCU, com as suas limitações perante a autarquia federal, fazer a devida fiscalização.

Então, nós tentamos amenizar para o empreendedor e para o farmacêutico também. Iríamos preservar o emprego do farmacêutico, como iríamos também, no caso do MIP, que é o medicamento isento de prescrição nos supermercados, ter farmacêutico lá trabalhando.

Nós queremos avançar, queremos, com isso, fazer com que o preço diminua, mas, neste momento, não foi possível. O Relator, para atender o todo, retirou a nossa emenda, mas nós vamos fazer um trabalho – há um compromisso do Governo Federal de trabalhar neste momento – diretamente com o Ministério da Saúde, vamos falar com os conselhos de farmácia, vamos falar com os empreendedores, vamos falar com os representantes de supermercados, vamos trabalhar muito para fazer o nosso País avançar.

Agora, não podemos permitir que o que vem acontecendo permaneça. Eu acho que o conselho entendeu. Nós tivemos uma conversa franca, dura, no gabinete do Deputado Hercílio, ontem, para tentar fazê-los entender que não adianta ficar aplicando multa de quase R\$5 mil para cada visita em que o farmacêutico não está lá.

(Soa a campainha.)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Se o farmacêutico for ao dentista, ele é penalizado, eles não recebem o atestado médico. Se o farmacêutico vai ao banheiro, como eu disse, no *shopping*, ele é penalizado. E o que diremos dos farmacêuticos do interior, que querem almoçar na sua residência, que são os donos do seu negócio, que costumam almoçar em casa, precisam ir ao banco, precisam cumprir outras obrigações?

Então, neste momento, não conseguimos... Estamos entendendo e cedemos em favor da aprovação da medida provisória, que é imperiosa para o Brasil crescer. A gente quer gerar emprego e renda, mas é preciso acabar com as distorções em nosso País. Conselho não pode ser sinônimo de sindicato pelego, não pode ser. Pessoas que querem se privilegiar arrecadam milhões, vão passear em *resorts*, vão fazer cursos que não têm, muitas vezes, nada a ver e nem sabemos com quem são feitos esses cursos de capacitação.

Fica registrada em público a questão do Conselho de Farmácia, a questão dos medicamentos, a questão do avanço do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP - RS) – A ausência do Deputado Felício eu já havia comunicado, mas o acordo é que o Governo criará por decreto um grupo interministerial para a formação desse novo projeto de lei, e aqui temos V. Exa., o Deputado Hercílio, o Deputado Hélio, o Deputado Cury, que gostariam de integrar, e a Senadora Soraya também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Muito bem.

Eu quero solicitar aos sentados na terceira fila que, em decorrência da chegada de Deputados e Senadores, possam desocupar os seus espaços para que os Parlamentares possam sentar-se.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Bem, como eu retornei à lista de inscrição – vou retornar, mais uma vez, à lista de inscrição –, vou dar a palavra ao primeiro inscrito, que é o Deputado Alexis Fonteyne. É isso, Deputado?

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Então, V. Exa. tem a palavra.

Eu tenho concedido a palavra por cinco minutos. Os Parlamentares anteriores foram...

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) – Mas eu não vou gastar cinco minutos, não. Vou ser objetivo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Fique à vontade.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Para discutir.) – Quero parabenizar novamente inclusive o Governo por ter emitido essa medida provisória da liberdade econômica. Eu mesmo, no primeiro dia, já grudei na porta do meu gabinete as dez medidas. A gente sabe a importância que têm essas medidas de liberdade para o Brasil.

Quero parabenizar o Relator, Jerônimo Goergen, e Senadora Soraya por esse trabalho muito bem desenvolvido.

Pegando um pouco as palavras do meu amigo Enio, com quem eu tenho tido um grande prazer de participar de algumas Comissões, CFT e tudo mais, a liberdade não é só do empreendedor, a liberdade é do consumidor. Nós estamos falando aqui principalmente da liberdade do consumidor. Todas as aberturas que nós estamos fazendo é para o consumidor ter mais opções. Inclusive, vai contra os oligopólios e os monopólios, porque, quando você tem um oligopólio ou monopólio, você não tem nenhuma opção para o cliente, nenhuma opção para o brasileiro. O brasileiro não tem a opção de comprar gasolina de outra empresa que não seja a Petrobras. O brasileiro não tem opção de mandar coisas pelo correio que não seja pelos Correios. E o que nós vemos é que são preços caros, serviço ruins e nenhuma liberdade.

Muito bem falada pelo que me antecedeu agora a questão dos conselhos. Os conselhos viraram uma nova ditadura. Eu estou falando agora do Conselho Regional de Engenharia, do CAU (Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo). Simplesmente impõem condições às empresas que são incríveis. Na minha própria empresa, vira e mexe, eu fico levando multa de Conselho Regional de Engenharia, porque eu tenho uma indústria química e o Conselho Regional de Engenharia quer um engenheiro químico, enquanto o Conselho Regional de Química quer que eu tenha um químico, quer dizer, ficam os dois disputando e eu que fico pagando os dois para saber quem é o responsável técnico da minha empresa.

Essa 881 mostrou claramente a sede de liberdade que nós temos, porque o que nós quisemos colocar de coisas dentro dessa medida provisória foi impressionante. Portanto, Gianluca, por favor, já vai emitindo outras de mais liberdade – liberdade dois, liberdade três – aqui, para a gente poder avançar aqui na nossa pauta de liberdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) – Mas você está convidado. É para poder melhorar o consumidor.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – O Enio vai assinar ficha no Novo daqui a pouco.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) – Vai, mas o Enio, quando consumidor, é um liberal de raiz; quando consumidor. Todos nós queremos pagar menores preços por melhores serviços e melhores produtos.

Então, parabenizo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Não vou me delongar aqui, mas acho que o espírito é este: entregar ao brasileiro a liberdade de fazer as suas escolhas.

Parabéns, Jerônimo; parabéns, Soraya.

Vamos em frente, porque o Brasil quer avançar e muito.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Bem, eu cumprimento o Deputado Alexis Fonteyne, que é o Líder do Novo e que fez uma bela expressão do que representa esta medida provisória.

Em seguida, vou conceder a palavra ao Deputado Marco Bertaiolli, que é o Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo pela condução desta Comissão Especial.

Quero cumprimentar a Senadora Soraya e, de uma maneira muito especial, cumprimentar o Relator desta medida provisória, o Deputado Jerônimo, que, de uma forma absolutamente democrática, com uma dedicação absurda a ouvir, a conversar não só aqui na Câmara dos Deputados, mas como em todo o Território nacional, se deslocou para tentar entender as necessidades daqueles que querem empreender no nosso Brasil.

O Deputado Alexis tem razão: a vontade, a ânsia de soltar as amarras que hoje prendem aqueles que querem realizar os seus próprios negócios no Brasil fez com que as demandas surgissem dos lados mais inesperados que nós poderíamos imaginar. Todos com uma ânsia muito grande de ter liberdade para empreender.

E aqui, Deputado Jerônimo – não quero me alongar nas congratulações –, quero parafrasear um grande defensor no Brasil, Senador Dário, das micro e pequenas empresas, que é o nosso Guilherme Afif Domingos, um homem que dedicou a sua vida a fomentar a micro e pequena empresa. E há uma máxima dele, do nosso ex-Deputado constituinte Guilherme Afif Domingos, que nós precisamos repetir aqui hoje e que dizia, Deputado Enio, com quem nós tivemos boas conversas sempre convergentes no sentido de melhorar o Brasil: se o Estado não puder ajudar o empreendedor, que, por favor, não atrapalhe. E não é que esta medida provisória esteja ajudando, Deputado Alexis, ela está deixando de atrapalhar aqueles que querem empreender. A liberdade de quem quer trabalhar precisa ser defendida por todos nós, principalmente na micro e pequena empresa, nas atividades de baixo risco.

Quero dizer que nenhuma medida provisória vai ser absolutamente perfeita, Deputado Jerônimo, atendendo a toda necessidade de uma sociedade empreendedora, de todo um sistema capitalista. Mas o que é fundamental dizer é que é a primeira vez que uma medida provisória foca na micro e pequena empresa e segrega aquilo que é uma atividade que precisa ser norteadas, regulamentada pelo Estado – e aí o Deputado Enio tem razão, vamos falar de oligopólios, de monopólios, mas é uma outra coisa –, e as atividades de baixo risco, que não necessitam de uma interferência absurda da prefeitura, do Estado ou da União. Quem quer empreender em casa, quem quer montar o seu pequeno negócio precisa ter liberdade e o direito de trabalhar à hora que quiser, quando e como quiser, desde que, obviamente, isso não cause incômodo à sua vizinhança, não cause um risco químico, não cause um risco acidental.

Então, o que nós estamos estabelecendo hoje é uma diferenciação no Brasil entre o que é uma microempresa, o que é uma atividade de baixo risco. Aí, sim, numa outra medida provisória, num outro momento, vamos tratar de oligopólios, de monopólios, de Petrobras, de grandes companhias. Mas hoje nós estamos focando.

Quero apenas agradecer ao meu partido, o PSD, por ter me dado a oportunidade de participar com companheiros tão competentes desta medida provisória e, mais uma vez, parabenizar o Deputado Jerônimo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero solicitar, Senador Dário, se for possível, em função do horário, que a gente possa continuar os debates, mas, se o senhor puder e todos concordarem, que possamos votar, para não comprometermos o horário da votação, e, na sequência, continuar os debates. Então, a minha sugestão é que a gente coloque em votação imediatamente a medida provisória com o seu novo texto nesta manhã.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Consulto o Plenário se há concordância quanto a anteciparmos a votação do relatório do Deputado Jerônimo Goergen.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM - PA) – Senador, se eu puder falar, eu agradeço. São dois minutos só e não vai atrapalhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Bem, então vamos continuar na nossa lista.

Em seguida, a Deputada Bia Kicis, Vice-Líder do Governo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Também serei muito breve para que possamos dar início à votação o quanto antes.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar o Relator, Deputado Jerônimo Goergen; parabenizar o nosso Senador Presidente, o Senador Dário Berger; a Senadora Soraya Thronicke, minha colega de Partido; o Deputado Marco Bertaiolli e todas as pessoas que trabalharam com afinco. Sabemos que ontem, até uma e meia da manhã, ainda o Relator e o Governo, a equipe da economia, trabalhavam para chegar a uma redação do relatório que pudesse levar a uma aprovação por acordo.

Sabemos que essa medida provisória é de uma importância ímpar, porque ela reverte a lógica que tem tratado o investidor como uma pessoa de má-fé, que tem que comprovar a sua boa-fé; então essa lógica é revertida, e o investidor passa a ser tratado como alguém de boa-fé, uma pessoa que merece o respeito. Porque o Estado não gera trabalho, não gera emprego. Quem gera emprego são aquelas pessoas que têm a coragem de investir neste País, uma das maiores economias do mundo, e que, no entanto, sofrem com o peso de um Estado paquidêmico. Então nós temos que, realmente, trabalhar não só com esta medida provisória como com outras que virão.

Como falou aqui o meu colega também, Deputado Alexis, nós temos sede de liberdade, por isso tantas demandas surgiram, e eu tenho dito que o Congresso, o nosso trabalho aqui, não é de gerarmos demanda; nós temos que buscar a demanda da sociedade e que as leis sejam uma resposta a essa demanda.

Parabéns a todos!

Vamos seguir então.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Muito bem. Cumprimento V. Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Vitor Lippi. V. Exa. tem a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Muito bem.

Agradeço a V. Exa.

E quero só fazer uma solicitação ao Plenário: de que, no caso de abrirem os trabalhos na Câmara dos Deputados, nós votarmos imediatamente, para que... Ou podemos votar agora, já? *(Pausa.)*

Então, vamos votar agora? Eu mantenho a discussão, porém coloco em votação...

O SR. HÉLIO LEITE (DEM - PA) – Presidente, quantos há inscritos ainda aí?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Há mais uma meia dúzia.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM - PA) – O.k. Então, vamos votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Mais uma meia dúzia.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. HÉLIO LEITE (DEM - PA) – Só para nós não correremos o risco em razão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Passamos então à votação da matéria.

Em votação...

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Mas, e nós não vamos falar?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Não, não. Vamos falar. Vamos falar. Vamos falar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Por que a votação não pode ser depois da discussão?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Não, é porque podem abrir a qualquer momento os trabalhos na Câmara dos Deputados, e aí cai a nossa sessão aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. *Pela ordem.*) – Gente, me desculpem, mas toda vida há esse tipo de coisa: é urgência. Eu, como médica, lhe digo o seguinte: urgência é parada cardíaca. Isso aqui é um assunto – eu já peguei o microfone – que interessa ao povo brasileiro.

Quero parabenizar o Deputado Jerônimo, Relator; o nosso Presidente, por quem eu tenho o maior respeito; o Senador, a Soraya Thronicke, mas queria dizer o seguinte aqui: meu voto é contra. Mas por quê? A quem nós estamos querendo enganar? Nós precisamos gerar emprego e renda, e eu queria que alguém dissesse aqui que um país em crise econômica saiu da crise sem o maior investidor do país, que se chama Estado brasileiro.

Vamos sair da crise? Querem criar emprego? Aqui só é medida provisória para reforma trabalhista que ia gerar emprego, e são 30 milhões de desempregados. Nada contra isso aqui. Eu não sou contra, por exemplo, se querem botar em casa. Mas o próprio Deputado Marco falou o seguinte: que qualquer pessoa deve ter a liberdade de abrir o seu negócio em casa se não existir alto risco. Quem vai dizer se tem alto risco se não são os conselhos? O Crea? Se não é o farmacêutico? Quem vai dizer para você montar um negócio? Então, é uma contradição.

Eu quero parabenizar pelo acordo que fizeram, já houve isso tudo. Agora: ou sentamos, este Congresso, para gerar emprego e renda... Por que não se estimula a construção civil? Porque o Governo deixa os bancos estatais terem lucros exorbitantes – R\$15 bilhões, a Caixa Econômica –, e não investe na construção civil, na infraestrutura, que dá emprego, sim, gente, ao homem rude, ao médico, ao engenheiro.

Então, eu quero dizer que o meu voto é "não", mas quero parabenizar pelo grande acordo que fizeram aqui. Mas não é tirando direito. O que vocês estão atrás é de o consumidor ter liberdade de escolher, e nós tínhamos é que criar emprego para poder ter renda para, então, haver consumidor. Não é com 30 milhões de desempregados que nós vamos ter consumidor, nem que o Governo vai arrecadar.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – V. Exa. era a Parlamentar, a Senadora inscrita em seguida, e realmente coincidiu com...

Eu vou colocar em votação a matéria.

Em votação, então, a matéria.

Foram apresentados sete requerimentos de destaque para aprovação em separado. A Presidência comunica que a apreciação da matéria dar-se-á da seguinte forma: votaremos em primeiro lugar o requerimento de admissibilidade dos destaques; em seguida, o relatório, ressalvados os destaques, e, por último, os destaques cuja admissibilidade tenha sido aprovada.

Bem, então submeto à votação dos Srs. Parlamentares o requerimento de admissibilidade dos destaques. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Rejeitado.

Em seguida, vamos votar o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contrários da Senadora Zenaide, do Deputado Enio Verri e da Deputada Margarida Salomão. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

E agora, então, aprovado, passamos à lista de inscrição, conforme estabelecido. O Deputado que tem a palavra agora é o Deputado Hélio Leite.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Vamos fazer uma salva de palmas aqui! (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO LEITE (DEM - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Dário, Deputado Jerônimo, Senadora Soraya...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Só um minutinho, por favor! Vamos deixar os cumprimentos para depois.

O SR. HELIO LOPES (PSL - RJ) – Presidente Senador Dário, Deputado Jerônimo, Senadora Soraya, eu quero, primeiro, começar, iniciar, parabenizando cada um dos senhores e das senhoras, pela construção deste momento. Eu acho que o relatório tentou abranger todos aqueles Parlamentares que estavam buscando inserir o que defendem nesta Casa, e estão de parabéns pela construção deste relatório. É evidente que nós vamos depois, no Plenário, reanalisar, rever, e é o nosso papel, mas eu quero dizer que aqui nós representamos o Brasil. Como brasileiros que somos, nós representamos cada segmento, temos uma visão diferenciada, como seres humanos que somos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. HELIO LOPES (PSL - RJ) – ... e aqui nós defendemos aquilo que é importante defender para cada momento.

Eu confesso que sou do interior do Pará, de uma cidade pequena, faço política em cidades que têm 10 mil, 20 mil, 30 mil, 40 mil habitantes, conheço a população de cada cidade e sei muito bem da importância de uma pequena farmácia: em cada lugar que existe, ela perpetua-se ao longo do tempo, com o farmacêutico sendo, anteriormente, até o médico da cidade, e geralmente me preocupa muito quando eu vejo a organização de grandes indústrias, de grandes comércios. É importante isso, porque praticam um preço bom, mas vão acabando com a tradição, acabando com aqueles que só sabem fazer isso a vida toda. E é evidente que eu estou aqui para defender esses que são hoje uma grande parte – estão em 5 mil Municípios deste País. É evidente que os grandes capitais estão em poucos Municípios e eu acho que é importante que nós possamos ter essa coerência nesta Casa de saber que há gente que está há muito tempo buscando esse entendimento, buscando esse momento tão importante de sobreviver. Eu defendo esses que, ao longo do tempo, têm salvado vidas, têm feito um papel até de médico – erroneamente –, têm ajudado a dar saúde às famílias.

Portanto, eu queria parabenizar o nosso Relator Jerônimo.

E quero também falar de outra questão: eu acho que aqui todos nós sabemos que o Brasil está precisando de ações nossas com responsabilidade; acima de tudo, colocando não o momento político, mas o nosso coração naquilo que é importante para este País. Eu acho que aqui não temos mais aquela de dizer: eu sou A, ou B, ou C; eu acho que nós temos que ser o Brasil, buscando o entendimento até de recuar em algumas coisas e avançar naquilo que é importante, para poder melhorar este País.

Este País está precisando desta Casa, que ela possa nortear o progresso, que possa normatizar aquilo que é importante para que nós possamos crescer, Sr. Senador, e, com certeza absoluta, cada um de nós tem





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que dar a sua colaboração ou com desgaste político ou com avanço político, mas nós não podemos passar nessa Casa por esse mandato e deixar este País afundando cada vez mais com o desemprego, com a falta de oportunidade, com pessoas formadas em terceiro grau que não têm emprego. Então, o discurso de que há muito brasileiro desempregado é um discurso bom, mas o discurso maior é que nós, com ações emergentes, pontuais, possamos melhorar este País.

E eu queria me somar a cada um de vocês aqui presentes, convidá-los mais uma vez para aderir a um projeto muito maior para o Brasil. Eu não faço parte de Governo, eu faço parte de Municípios, e sei da construção disso que é importante porque eu vivencio a minha vida no Município. Eu sou o autor daquela emenda de bancada que se tornou impositiva. Eu sei, Jerônimo, da importância que essa emenda, da importância que essa PEC tem para o País, e todos nós aqui concordamos e votamos quase por unanimidade. Eu acho que é preciso também rever conselho; é preciso, porque há posição de conselho, Senador Dário, que é importante rever, mas eu acho que é propício o momento que nós temos agora para rever todas as questões. Não podemos acabar com os profissionais, mas também não podemos deixar a exorbitância avançar neste País.

Portanto, muito obrigado e parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Cumprimentos a V. Exa.

Em seguida, vamos ouvir o Deputado Darci de Matos, de Santa Catarina.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eminente Senador Dário Berger, liderança significativa no nosso Estado e no Brasil, parabéns pela condução dos trabalhos nesta Comissão Mista da 881, que se revela da maior importância para a economia do nosso País.

Sr. Presidente, eu quero fazer menção elogiosa ao seu trabalho e ao relatório do Deputado Jerônimo ora apresentado, ora votado e aprovado, dessa medida provisória. Sr. Presidente, nós, a maioria absoluta da Câmara e do Senado, somos de posição liberal, Senadora, portanto, nós entendemos que fomos eleitos para promover e garantir a liberdade econômica, a livre concorrência. Isso significa trabalharmos para fazermos as grandes reformas de que o Brasil precisa e que merece. Ontem aprovamos a reforma da previdência, instalamos a Comissão Especial da Reforma Tributária, Senador, e vamos fazer a tributária, vamos fazer o enxugamento do Estado, o pacto federativo, continuar com o processo de privatização deste País, porque isso significa nós incentivarmos o setor produtivo do nosso Brasil. A origem está na geração de emprego e renda. Sem emprego e renda não temos impostos, não temos arrecadação, e, sem arrecadação, não temos políticas públicas. Portanto, essa medida provisória é um avanço significativo para o nosso País.

Estava conversando há pouco com o empresário Alexandre Fernandes, da área portuária do nosso Estado, Senador Dário Berger, seu amigo, nosso amigo, que começou com uma microempresa e hoje está empreendendo um porto na cidade de São Francisco do Sul, trouxe para o Brasil investidores internacionais. E ele me falava das primeiras perguntas dos investidores internacionais – e nós precisamos deles porque nós não temos poupança interna; eles perguntam o quê? "Como é que está a situação fiscal do Brasil?" Eles perguntam: "E a burocracia excessiva do Brasil?" Eles perguntam: "E a segurança jurídica que nós temos que ter para investir lá?"; "E a questão do licenciamento ambiental?"; "E as reformas?". E agora nós podemos responder: essas dúvidas estão sendo enfrentadas com coragem, com inteligência, com compromisso com os nossos trabalhadores, principalmente compromisso de tirar da fila do desemprego os 13 milhões de trabalhadores que foram jogados nas últimas décadas. Nós vamos fazer isso, e estamos fazendo isso.

Portanto, essa MP 881 é fundamental para que o Brasil possa voltar a crescer. Ora, se estamos avançando na reforma trabalhista, é isso que tem que ser feito. E nós temos que ir adiante: nós temos que





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

fazer o Simples trabalhista, porque uma microempresa que tem dois funcionários não pode responder por uma legislação trabalhista como uma multinacional que tem 50 mil trabalhadores.

Então, Sr. Presidente, eu encerro dizendo que estou feliz em poder estar aqui neste momento sob a sua liderança, acabamos de aprovar o relatório do Deputado Jerônimo, que é um liberal de carteirinha, e nós não estamos contra ninguém: nós somos pela liberdade econômica, nós somos pela geração de emprego, nós somos por um Brasil melhor. E ontem fiquei feliz de ver Deputados da oposição votando na reforma...

(Soa a campanha.)

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) – ... da previdência. Por quê? Porque demonstraram que a ideologia está abaixo do Brasil. O nosso compromisso é com o Brasil. O nosso compromisso é com o crescimento econômico. O nosso compromisso é com a geração de emprego e renda. O nosso compromisso é com todos, mas principalmente com quem gera emprego e principalmente com as futuras gerações.

Parabéns, meu Presidente, Senador Dário Berger, pelo trabalho. Estamos juntos, acreditando no Brasil.

O Brasil tem jeito e está dando certo, graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Cumprimentos ao Deputado Darci de Matos. Eu nem sabia que o Deputado Jerônimo era tão liberal assim quanto o Deputado Darci de Matos acaba de dizer.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – V. Exa. agora já pode entrar numa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Agora não há mais jeito.

Deputado Tiago Dimas, V. Exa. tem a palavra.

O SR. TIAGO DIMAS (SD - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, nosso Senador Dário. Bom dia ao nosso Relator, Deputado Jerônimo.

Quero aqui, só em rápidas palavras, parabenizá-los. Eu acho que todos os colegas já colocaram aqui a importância dessa medida. Eu só quero reiterar e reforçar o trabalho bastante democrático que o Deputado Jerônimo procurou fazer para construir esse relatório, ouvindo todos os segmentos, todos os setores, tanto do Governo quanto de oposição, as entidades, enfim, foi um debate muito amplo, embora num curto prazo, mas conseguiu – não é, Deputado Jerônimo? – conversar com todo mundo, fez os ajustes que foram solicitados, dentro das possibilidades, dentro daquilo que era possível, e, sem dúvida, quem ganha é o País.

Eu acho que essa medida precisa tramitar o quanto antes, para que os outros Municípios do País passem a regulamentar, para que os empresários se sintam mais confortáveis e seguros de estar fazendo o correto ante uma medida que não vai ser retirada lá na frente.

Então, eu acho que a Comissão está de parabéns – o Senador, pela condução; os outros participantes também, a Senadora Soraya, enfim, todos que participaram, os membros aqui da Comissão, os servidores.

Jerônimo, parabéns. Parabéns por construir esse relatório. O País só tem a agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Muito bem.

O próximo orador inscrito é o Deputado Dr. Jaziel. V. Exa. tem a palavra. *(Pausa.)*

Ausente.

Então, a Deputada Margarida Salomão. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG. Para discursar.) – Muito obrigada, Presidente. Quero cumprimentá-lo, quero cumprimentar a Mesa toda: quero cumprimentar o Senador Dário, cumprimentar o nosso Relator Jerônimo, com quem nós tivemos tantas conversas nos últimos dias, também





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

a Senadora Soraya, que também foi muito acessível nas negociações. E quero dizer que eu acredito que é no trabalho democrático que nós podemos encontrar convergências.

Nós votamos contra o relatório, porque, diferentemente de muitos Parlamentares que aqui se anunciaram como liberais, nós entendemos que é nosso dever buscar uma face civilizada para o capitalismo brasileiro. Não se trata aqui, neste Parlamento, nem há condições para isso, nem seria essa a possibilidade, de nós fazermos uma grande transformação, que sequer aconteceu nos últimos anos em que nós tivemos governos liderados pelo PT. Mas é necessário que a liberdade econômica se estabeleça sem atropelar a relevância social.

Então, eu penso que aqui, nesta Comissão e no Parlamento, nós temos um foro privilegiado para a expressão de pensamentos divergentes, mas que, não obstante, devem se respeitar e buscar convergência onde possível. Eu acho que nós ainda temos reservas que serão manifestadas em fórum próprio, no Plenário, mas conquistamos muitas coisas nesse processo de idas e vindas. Nós chegamos a alguns momentos assustadores na minha perspectiva, mas eu acho que chegamos, finalmente, a alguma coisa que pode garantir melhorias para a prosperidade da sociedade brasileira, e isso certamente é o nosso objetivo, o objetivo que nós todos buscamos.

Meus parabéns.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Presidente, só para registrar, no primeiro relatório, que foi quase um *vade mecum*, eu consultava aqui alguns colegas e perguntava: por que a Bancada do PT está tão quieta? Será que está tão bom o meu relatório? Não! É que eles ainda estão chocados, eles não conseguiram acordar ainda com o novo texto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Em seguida, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero, no nome de V. Exa., cumprimentar a todos, todas as pessoas que vieram compartilhar conosco deste momento tão importante.

E quero parabenizar, em especial, o nosso Relator, Jerônimo Goergen. Esse é o herói da liberdade econômica, porque, gente, ele trabalhou dia e noite. Ontem, era meia-noite e nós estávamos aqui no Senado. Eu fui embora e ele ainda continuava na reunião. Então, eu quero agradecer, Jerônimo, pela sua dedicação e habilidade de conseguir fazer com que todos chegassemos nessa convergência.

Deputada Margarida, obrigada mesmo, porque, por mais que vocês tenham divergências, eu percebo que tem muita coisa caminhando bem. Está todo mundo pelo Brasil, todos têm que ganhar dinheiro. Então, obrigada mesmo pela compreensão de todos vocês. Só o Brasil ganha, os brasileiros ganham. Não é a pauta do nosso Presidente, é do brasileiro.

E quero destacar aqui, o Deputado Enio saiu, mas é bom a gente lembrar que quando ele disse que é contra o liberalismo econômico – e ele é do PT, é o Vice-Líder –, é bom a gente lembrar que a própria China comunista, há 40 anos, programou a sua abertura de mercado e, no ano passado, comemorou os 40 anos e de uma forma bastante interessante, tamanha a evolução econômica da China. Então, um país comunista, há 40 anos, tinha um projeto de Estado, e não de governo, e foi dia a dia galgando, abrindo o seu mercado, e a China é gigante não só em relação ao seu território. Então, é algo para pensarmos. As maiores economias são liberais e, quanto maior a liberdade econômica, maior o IDH. Esse é um índice fatal. Então, quando temos a economia saudável tudo vem de reflexo. É importante lembrarmos isso.

O que nós temos aqui, na verdade, é bom que todos os brasileiros tenham isso na cabeça e marquem o dia de hoje, porque o Parlamento está dando a carta de alforria para o empreendedor brasileiro, para o





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

povo brasileiro. É uma carta de alforria. Nós vivemos com muitas amarras, com a indústria da multa. Nós vamos abrir com responsabilidade. Jamais abrir... Não é anarquia, são coisas absolutamente diferentes.

Então, teremos que crescer juntos, é um momento de equilíbrio. Vão abrir daqui a pouco o segundo turno da votação da reforma da previdência e muitos têm nos criticado, dizendo que nós estamos dizendo que a reforma vai resolver tudo. Não vai, não! A reforma é um ponto.

E a liberdade econômica que está nascendo junto com a reforma é outro ponto importantíssimo. As duas Casas já começaram a trabalhar na reforma tributária, e, dentro das nossas comissões aqui, eu posso dizer pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, estamos desburocratizando muita coisa para o Brasil conseguir produzir e exportar. Esse convênio entre a União Europeia e Mercosul também... Então, todas essas medidas do Governo vão propiciar que cheguemos aonde nós realmente merecemos. Maior do que o tamanho do Brasil vai ser a nossa economia, eu tenho certeza.

Muito obrigada.

E parabéns mais uma vez.

Parabéns ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Agora, vamos ouvir o Deputado Vitor Lippi.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Quero pedir desculpa mais uma vez ao Presidente da Frente Parlamentar da Indústria de Máquinas e Equipamentos, o Vitor, porque fui ausente membro dessa comissão nos últimos dias.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP. Para discutir.) – Quero cumprimentar primeiro o Senador Dário Berger, até porque ele foi liberal, inclusive, ouvindo todos os Parlamentares do Senado e da Câmara, enfim, a sociedade.

Nosso Deputado Jerônimo Goergen, V. Exa. teve um desafio muito grande, Jerônimo, porque todos nós ficamos muito assustados, pois tínhamos um inimigo que nós não poderíamos vencer chamado tempo, e nós tínhamos muita gente querendo contribuir: a Senadora, o Deputado Marco Bertaiolli. Nós queríamos isso, muita gente, porque esse sentimento era um sentimento... Todos nós temos o mesmo sentimento aqui, direita, esquerda, centro, não importa, pois o Brasil hoje sofre de uma doença grave chamada burocracia. As regras ficaram tão grandes para essa atividade meio do Estado que prejudicam a finalidade maior que é o País poder produzir, crescer, gerar empregos e promover o desenvolvimento econômico e social.

Então, isso é uma incoerência. O Estado veio para ajudar; hoje, o Estado atrapalha. E isso é um desvio de finalidade. Por isso o Brasil não está conseguindo produzir o que poderia produzir. O Brasil, nos últimos 30 anos, Senador, cresceu 50% menos que a média do mundo. Não é porque nós não trabalhamos, é porque nós temos um sistema equivocado; é porque o Estado brasileiro não soube modernizar o País e os outros países foram para frente, criaram empregos, melhoraram o seu IDH, e o Brasil continua um País líder, infelizmente, em desigualdades e líder em desemprego. Isso é uma tristeza para todos nós. O Brasil nunca teve tantos endividados, tantos desempregados. Isso não é uma coincidência, não é um azar, não é um sorteio; é consequência de todos nós, que não soubemos tomar as medidas adequadas.

Entre essas medidas, nós estamos resolvendo várias delas: a questão tributária do Brasil, que é o pior sistema tributário do mundo; as regras, hoje, do mercado; o engessamento; a dificuldade e complexidade de tudo. Hoje, o que é mais difícil no Brasil é ter uma empresa, produzir e gerar emprego. Isso é um absurdo! Deveria ser o inverso.

Então, nós estamos fazendo... Por isso esse tumulto. Todo mundo quer vir aqui e dizer que está muito difícil. Nós precisamos simplificar. Nós precisamos deixar o brasileiro produzir, trabalhar, gerar empregos,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

crescer. Então, essa é uma missão muito importante de todos nós. Não estamos falando aqui de empresa, estamos falando de emprego, porque só as empresas dão emprego.

Então, quando a gente vem aqui defender... Não é defender empresa, é defender o emprego, é defender a segurança, é simplificar a vida de quem produz. Hoje, é quase um calvário abrir uma empresa; fechar é impossível, e você está sempre endividado, você está sempre sofrendo uma fiscalização, muitas vezes, arbitrária. Nós estamos vivendo uma ditadura daqueles que fizeram concurso público no Brasil, porque dá a impressão de que as pessoas que são concursadas são mais importantes do que a geração de emprego, do que o empreendedorismo no Brasil. Isso não é verdade, nós temos que trabalhar juntos. O Estado é muito importante, mas, sem a atividade econômica, nós vamos viver na pobreza, todos nós, e é o que está acontecendo.

Essa é uma responsabilidade de todos nós, Senadora Soraya. V. Exa. disse com muita sabedoria que nós precisamos... A China fez isto: uma modernização do Estado. Mesmo com algumas questões que nós questionamos lá, hoje, eles têm muito mais riqueza. Aquele povo que passava fome hoje tem a segunda maior economia e vai ter a principal economia do mundo.

Então, o que nós esperamos aqui... Eu sei que o tempo foi pequeno e que vão surgir algumas críticas, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que isso faz uma grande diferença daqui para frente. Vamos defender, sim, a liberdade econômica e o empreendedorismo no Brasil. Não há outra forma de gerar empregos e gerar riqueza para os brasileiros.

Muito obrigado.

Parabéns pelo trabalho de todos vocês que estão aqui e que acreditam nessa missão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Agradecemos o Deputado Vitor Lippi e passamos a palavra agora para o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Para discutir.) – Presidente Dário Berger, nosso grande Líder, Presidente da Comissão de Educação e que preside essa medida provisória; Deputado Jerônimo Goergen, nosso amigo; nossa Senadora Soraya, nosso Deputado Bertaiolli, eu quero fazer um registro que considero justo de reconhecimento à assessoria do Relator e desta Comissão da medida provisória. Eu tive a oportunidade de, há poucos dias, presidir a Medida Provisória 869, que foi sancionada nesta semana pelo Presidente Jair Bolsonaro, que trata do estabelecimento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e acompanho algumas medidas provisórias na Casa nesses seis meses de mandato, nesse primeiro semestre. Nenhuma medida provisória teve uma tramitação paralela tão intensa quanto esta medida provisória. E a assistência dos assessores, dos Parlamentares, a assistência do Presidente, do Relator, em especial, foi muito importante. Foi uma medida provisória que realmente movimentou a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional. Então, a minha observação, além de parabenizar pela condução dos trabalhos, é para ressaltar o trabalho da assessoria, porque foi de uma assistência impressionante, tanto que eu disse ao Relator que só iria cumprimentá-lo hoje porque tinha medo de ele dizer "não", então só mandava as demandas.

É isso, Sr. Presidente. Parabéns, Senador Dário Berger, pela condução.

Eu sei que essa medida provisória muda a realidade econômica do País, a dinâmica, além de resolver muitos problemas, abre muitos debates propositivos sobre o fortalecimento da economia e das atividades no nosso País. A dificuldade maior ficou mesmo na pronúncia dos sobrenomes da Mesa.

Então, parabéns a todos. Foi um grande trabalho por nosso País.

Muito obrigado. (*Risos.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS. *Fora do microfone.*) – Está liberado. Não precisa do meu sobrenome...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – É só o primeiro nome. O meu não é tão difícil assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Alemão de pai e mãe.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores se deseja usar a palavra. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, eu vou partir para o encerramento. *(Pausa.)*

Antes do encerramento, vamos ouvir a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) – Eu quero pedir escusas à equipe.

Quero uma salva de palmas à equipe do Ministério da Economia. Eles vararam noites. Dos nossos gabinetes, o Victor Nepomuceno, que é meu assessor, me ajudou muito. Parabéns. Nos perdoem pelo estresse. Vocês foram fantásticos!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. JERÔNIMO GOERGEN (PP - RS) – Realmente, para encerrar, quero fazer um registro aqui. O Secretário Paulo Uebel foi quem conduziu esse trabalho. E eu vou fazer um elogio aqui, que para mim, é meio caro. Ele é, às vezes, mais agitado do que eu. Acho que esse é um problema da minha terra. Deve ser lá de Santo Augusto o problema. Mas quero homenagear o meu conterrâneo, que eu não conheci, lá de Santo Augusto, sou amigo dos pais dele, o Geanluca, que foi quem pilotou esse trabalho. Eu poderia dizer que o Brasil não vive sem Santo Augusto... *(Palmas.)*

... mas tudo bem, vamos deixar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Pela ordem, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Obrigado, Senador.

Quero só também fazer um registro. Deputado Jerônimo, parabéns pela condução dos trabalhos. O senhor foi muito hábil.

Geanluca, parabéns.

Equipe econômica, nós vamos continuar juntos nas batalhas. Eu vi pelas falas dos outros colegas Deputados e Senadores o quanto ainda nós precisamos avançar. Ficou bem claro isso.

O colega Deputado ali falou sobre a questão dos servidores públicos. Procuramos combater isso. Quanto à questão da fiscalização, que ela tenha o condão exatamente de correição, e não de punição. Então, a gente precisa ter correição em fiscalização neste País, e a gente tem que, de alguma forma barrar, porque nessa e nas outras esferas, nos entes estatais, nos entes municipais, as pessoas parece que não têm o que fazer e só criam dificuldades. Eu fui a um estabelecimento neste final de semana lá no meu Estado do Rio e havia lá uma placa – falaram: "Nós tivemos que fazer isso para cumprir as ordens municipais" –, havia um quadro com mais de 20 avisos: "O Procon avisa", "É proibido fumar", "É proibido isso"... Isso tudo é custo sobre o empreendedor.

O senhor falou sobre o servidor público, e não é só isso. Eu volto a essas questões do conselho que os colegas aqui reprisaram, e o outro colega que também saiu falou. A gente precisa realmente avançar nisso aí e entender, porque são pessoas nomeadas para atuar como fiscais que, ao invés de atender ao espírito





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

da questão – no caso, vou voltar a reprisar a questão da farmácia –, em vez de proteger o farmacêutico, o empreendedor... E é importante lembrar o seguinte: quem é punido não é o farmacêutico que está ausente – e eu quero proteger o farmacêutico –, é a farmácia. Então, é uma inversão total. Eu até fiz uma menção que vou reprisar: talvez, se a gente colocar uma tornozeleira eletrônica no farmacêutico, isso sacie a sede dos conselhos.

Muito obrigado pela participação de todos.

Foi um brilhante trabalho, vamos continuar juntos em prol do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Muito bem.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e da anterior.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. MDB - SC) – Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

*(Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 39 minutos do dia 09/07/2019.
Reaberta às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos do dia 11/07/2019.)*





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e treze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Wellington Fagundes e Isnaldo Bulhões Jr., reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019, com a presença dos Parlamentares Major Olimpio, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Irajá, Zenaide Maia, Telmário Mota, Mário Negromonte Jr., Bia Kicis, Hugo Leal, Otto Alencar Filho, Marcelo Ramos, João Roma, Beto Pereira, Eli Corrêa Filho, Juscelino Filho, Pr. Marco Feliciano, Marcos do Val, Márcio Labre, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Dagoberto Nogueira, Paulo Paim, Geninho Zuliani, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad e Felício Laterça. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Plínio Valério, Oriovisto Guimarães, Weverton, Eliziane Gama, Omar Aziz, Jean Paul Prates, Carlos Zarattini, Christiane de Souza Yared, Felipe Rigoni, Hugo Motta, Carlos Sampaio, André Figueiredo e Ivan Valente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** A Comissão é instalada, sendo eleito o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. para Presidente e designado Relator o Senador Wellington Fagundes. **2ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Lido e aprovado o Plano de Trabalho do Relator, Senador Wellington Fagundes (Requerimento nº 1). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos. É aprovada a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Isnaldo Bulhões Jr

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/26>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. PL - MT) – Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 1º Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 882, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico a todos que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicados para Presidente o Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, declaro eleito, para Presidente, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Passo a Presidência, então, ao nosso companheiro, Presidente, Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Boa tarde a todos. Cumprimento os funcionários do Congresso Nacional, os queridos Parlamentares, Senadores e Deputados Federais presentes.

Quero, em primeiro lugar, agradecer, Senador Wellington, a compreensão dos partidos que compõem os blocos parlamentares aqui no Congresso Nacional e por terem, em acordo definido, acataram a indicação do MDB, do Líder do Partido na Câmara dos Deputados, Deputado Baleia Rossi, do meu nome, para presidir esta Comissão, que apreciará uma medida provisória de tão relevante importância.

Então, em primeiro lugar, eu quero designar como Relator da Medida Provisória 882, de 2019, o Senador Wellington Fagundes.

Queria, Senador Wellington, Relator, aproveitar o momento e incluir, de ofício, o plano de trabalho que V. Exa. apresenta a esta Comissão, para que, diante da proximidade do nosso possível recesso, a gente possa definir já o início da agenda para que se dê andamento aos trabalhos.

Então, eu quero passar a palavra ao Relator para que faça a leitura da proposição do plano de trabalho.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, sendo a nossa primeira reunião, eu tenho aqui todo o plano de trabalho e vou tentar sintetizar um pouco, não aqui fazendo as exposições do que representa a medida provisória, até porque a isso já foi dada muita publicidade.

Então, eu quero aqui dizer que essa medida provisória retira a vinculação da Empresa de Planejamento e Logística à Secretaria do PPI, dentre outras.

Na Exposição de Motivos encaminhada, o Governo defende a necessidade de aplicação da irrecusabilidade dos pedidos de cessão de servidor demandados pela Presidência da República aos servidores de outros órgãos lotados no Ministério da Infraestrutura (Minfra) pelo fato de que esses, originalmente, haviam sido requisitados justamente pela Presidência da República, para atuar nas extintas Secretaria de Aviação Civil e Secretaria de Portos. Assim, tal medida tem por objetivo evitar transtornos aos quadros do Minfra, ocasionados pela eventual necessidade de retorno aos órgãos de origem dos servidores requisitados, bem como evitar prejuízos ocasionados pela perda de gratificações, progressões funcionais e promoções nas carreiras.

Quanto à alteração na composição do Contran, que passa a ser formado por ministros e por servidores de alto escalão ou de alta patente, o Governo a justifica pela necessidade de que sejam elevadas as discussões da regulamentação de trânsito a um nível estratégico. Acrescenta que existem demandas relacionadas à formação do condutor, ao emplacamento de veículos e ao relacionamento com a indústria





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

automotiva, com instituições bancárias, com departamentos estaduais de trânsito, com Municípios e com os demais órgãos da Administração Pública federal que requerem um olhar estratégico da alta gestão.

No que tange à transferência das competências relacionadas com a execução de obras portuárias da extinta SEP-PR para o DNIT, sua importância decorre da necessidade de desonerar o Minfra de atribuições de natureza operacional para que mantenha o foco em sua atuação na formulação de políticas de transporte.

A adequação das competências da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos é defendida como medida urgente para a retomada do crescimento e para a geração de mais empregos que requerem ser dada prioridade à busca de solução para os problemas e para os desafios existentes nos atuais contratos de parceria e nas obras públicas de interesse estratégico nacional.

Finalmente, justifica que “o processo de colação foi criado com o objetivo de desenvolver alternativas para atender as necessidades públicas e [que] inaugura na legislação pátria um instrumento moderno e eficiente de seleção de estruturadoras de projetos”.

Quanto à adequação financeira e orçamentária da Medida, a Consultoria de Orçamentos do Senado Federal se manifestou por meio da Nota Técnica de Adequação Financeira e Orçamentária nº 17, de 2019, da qual citamos o seguinte trecho:

De forma geral, as mudanças introduzidas pela MP 882/2019 dizem respeito à organização administrativa, tratando de procedimentos e de competências. Não identificamos, pelo menos de imediato, efeitos de tais mudanças sobre as receitas ou as despesas públicas, tampouco a exposição de motivos faz qualquer referência a essa questão. De todo modo, se houver dúvidas a respeito, podem ser pertinentes inquirições que visem a elucidar o tema, por exemplo, no que toca à alteração no funcionamento do Contran ou à disciplina aplicável ao PPI.

Prazos de tramitação.

A MPV nº 882, de 2019, foi publicada no Diário Oficial da União em 3 de maio de 2019. O prazo para o recebimento de emendas se encerrou em 9 de maio de 2019.

O prazo de vigência inicial, de 60 dias, expirará em 1º de julho de 2019. Entretanto, Sr. Presidente, por meio de ato, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional poderá prorrogá-lo por mais 60 dias.

A data exata de vigência da Medida Provisória dependerá, contudo, da existência ou não de recesso parlamentar no mês de julho de 2019. Não havendo recesso, sua vigência se encerrará em 30 de agosto de 2019; em havendo recesso, em 13 de setembro de 2019.

Emendas recebidas

Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 51 emendas.

O objetivo das audiências públicas que pretendemos fazer é recolher subsídios para permitir o adequado entendimento dos diversos pontos da proposição, sanar quaisquer dúvidas sobre eles, bem como recolher sugestões de aperfeiçoamento e expor posicionamentos sobre o tema. Caberá ao Relator, então, avaliar os ajustes que, eventualmente, poderão ser feitos ao texto da MPV nº 882, de 2019, e ainda preparar o Relatório sobre a proposição para apreciação pelos membros da Comissão e, posteriormente, pelos Plenários das duas Casas do Congresso Nacional.

Considerando os distintos temas tratados na Medida Provisória, sugerimos a realização do seguinte cronograma de audiências públicas, com os respectivos convidados:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A primeira audiência, Sr. Presidente, no dia 2 de julho de 2019, cujo tema é: análise macro da MPV.

O objetivo é analisar as alterações implementadas pela MPV.

O convidado: teríamos, então, como convidado, o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Nessa primeira audiência, então, no dia 2 de julho de 2019.

No dia 3 de julho seria a segunda audiência pública.

O tema: PPI

Objetivo: analisar formas alternativas de organização institucional para destravar o investimento em infraestrutura no País.

Justificativa: necessidade de agilização dos processos de desestatização e de fortalecimento da estruturação de projetos e seus respectivos instrumentos legais, de modo a concretizá-los.

Serão convidados, então, para esta audiência:

- Secretário Especial do PPI.
- Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e ainda
- Representante do Ministério da Infraestrutura;

Encerrando o Cronograma de Atividades, aqui sugerimos que, considerando a previsão de recesso parlamentar no mês de julho de 2019, bem como a necessidade de a Câmara dos Deputados e o Senado Federal terem um prazo adequado para apreciação da matéria, prevê-se o seguinte cronograma de atividades:

Aqui é uma sugestão, que caberá também à condução do próprio Presidente com o Plenário.

- Primeira reunião no dia 26 de junho de 2019: discussão e votação do Plano de Trabalho pela Comissão Mista.

- Segunda reunião no dia 2 de julho de 2019, para a primeira audiência.

E a terceira reunião no dia 4 de julho de 2019, que seria então a 2ª audiência pública proposta aqui pelo nosso calendário.

É claro que qualquer membro da Comissão poderá propor audiências, e aí a condução é pelo Presidente.

É isso que temos para início, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr., MDB - AL) – Quero registrar a presença do Deputado Geninho, do Democratas, São Paulo.

Quero colocar em apreciação.

Em discussão, em primeiro, o Plano de Trabalho apresentado pelo Relator, Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, Senador Wellington, e nenhuma observação a ser feita ao plano, está aprovado.

Solicito à assessoria desta Comissão que encaminhe a todos os membros titulares e suplentes o plano aprovado neste momento.

Não havendo mais a tratar, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro encerrada a primeira reunião.

(Iniciada às 15 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minuto





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Isnaldo Bulhões Jr. e Camilo Capiberibe, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Major Olímpio, Juíza Selma, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Hugo Leal, Pr. Marco Feliciano, Geninho Zuliani, Flávio Bolsonaro, Alexis Fonteyne, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Leila Barros, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Plínio Valério, Weverton, Eliziane Gama, Omar Aziz, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Mário Negromonte Jr., Carlos Zarattini, Bia Kicis, Christiane de Souza Yared, Felipe Rigoni, Hugo Motta, Carlos Sampaio, Eli Corrêa Filho, Leônidas Cristino e Ivan Valente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882, de 2019. **Participantes:** Natália Marcassa, Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura; Pedro Barros de Souza, Secretário de Coordenação de Energia e Aeroportos da Secretaria Especial do PPI; Eduardo de Araújo Jorge, Diretor Jurídico da Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimentos do Ministério da Economia. Eliane Aleixo Lustosa de Andrade, Diretora de Investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/09>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e um minuto do dia onze de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Plínio Valério e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Mecias de Jesus, Styvenson Valentim, João Roma, Marco Bertaiolli, Tiago Dimas, Izalci Lucas, Dário Berger, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Marcos do Val, Léo Moraes, Acir Gurgacz e Margarida Salomão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Weverton, Eliziane Gama, Omar Aziz, Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Mário Negromonte Jr., Isnaldo Bulhões Jr., Carlos Zarattini, Bia Kicis, Hugo Leal, Christiane de Souza Yared, Felipe Rigoni, Hugo Motta, Carlos Sampaio, Eli Corrêa Filho, Leônidas Cristino, Pr. Marco Feliciano e Ivan Valente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882, de 2019. **Participantes:** Senhor Mario Rodrigues Junior, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Senhor Francisval Mendes, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Senhor Bruno Lima e Silva Falcão, Superintendente Substituto de Regulação Econômica de Aeroporto da Agência Nacional de Aviação Civil; Senhor Nicola Espinheira da Costa Khoury, Coordenador-Geral de Controle Externo de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União; Senhor Alexandre Honorio Cayres, Superintendente Nacional da Vice-Presidência de Governo da Caixa Econômica Federal; Senhor Valter Casimiro Silveira, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Transportes; Senhor Marcelo Caldas, Gerente de Licitações e Contratos da Diretoria de Gestão da Empresa de Planejamento e Logística. Senhor Henrique Savonitti Miranda, Advogado da Associação Nacional de Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/11>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019 com a presença dos Parlamentares Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze e Rodrigo Coelho. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Plínio Valério, Oriovisto Guimarães, Major Olímpio, Weverton, Eliziane Gama, Omar Aziz, Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Mário Negromonte Jr., Carlos Zarattini, Bia Kicis, Hugo Leal, Christiane de Souza Yared, Felipe Rigoni, Hugo Motta, Carlos Sampaio, Eli Corrêa Filho, Leônidas Cristino, Pr. Marco Feliciano e Ivan Valente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882, de 2019. **Participantes:** ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA, Gerente Executivo da Secretaria de Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); CARLOS MAGNO, Diretor Substituto do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); JOSÉ HÉLIO FERNANDES, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - NTC. ISRAEL LACERDA DE ARAÚJO, Consultor Legislativo do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/16>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 882, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 06, 07 E 08 DE AGOSTO DE 2019, NO SENADO FEDERAL.

Às dezesseis horas e dez minutos do dia seis de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019, com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Mecias de Jesus, Plínio Valério, Oriovisto Guimarães, Major Olímpio, Juíza Selma, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Carlos Zarattini, Bia Kicis, Joice Hasselmann, Hugo Leal, Otto Alencar Filho, Christiane de Souza Yared, Marcelo Ramos, Felipe Rigoni, João Roma, Beto Pereira, Pr. Marco Feliciano, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Nelsinho Trad, Vinicius Poit, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Rodrigo Pacheco, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Pedro Lupion, Esperidião Amin, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Weverton, Omar Aziz, Mário Negromonte Jr., Hugo Motta, Carlos Sampaio, Eli Corrêa Filho, Leônidas Cristino e Ivan Valente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 882, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997- Código de Trânsito Brasileiro; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre e cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** No dia seis de agosto de dois mil e dezenove a Reunião é aberta. A Reunião é suspensa às dezesseis horas e dezesseis minutos e a reabertura é agendada para o dia sete de agosto de dois mil e dezenove. No dia sete de agosto de dois mil e dezenove a reunião é reaberta no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às dez horas e quarenta e três minutos. É lido o Relatório do Senador Wellington Fagundes. É concedida vista coletiva da matéria. A reunião é suspensa às onze horas e trinta e seis minutos e a reabertura é agendada para o dia oito de agosto de dois mil e dezenove. No dia oito de agosto de dois mil e dezenove a reunião é reaberta no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às dez horas e trinta e seis minutos. É lida a complementação de voto do Senador Wellington Fagundes. São apresentados os Requerimentos nºs 6 e 7, de destaque; e o Requerimento nº 8, de votação nominal. Os requerimentos são retirados pelos respectivos autores. É aprovado o Relatório do Senador Wellington Fagundes, nos termos de nova complementação apresentada durante a reunião, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela presença dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 882, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento das Emendas nºs 2, 5, 7, 14, 16 e 22, a rejeição





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

das Emendas nºs 1, 3, 4, 6, 8, 9 a 11, 13, 15, 17 a 21, 23, 25, 26, 28, 30, 32, 34, 36 a 39, 41, 42, 44 a 49, e a prejudicialidade das Emendas nºs 12, 24, 27, 29, 31, 33, 35, 43, 50 e 51, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão as atas da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. A presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado ISNALDO BULHÕES JR.

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 882, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/06>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/07>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/08>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Boa tarde a todos. Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 882, de 2019.

Quero cumprimentar todos os presentes, os Deputados, o Senador Wellington, Relator da Medida Provisória, colaboradores do Congresso Nacional, imprensa, todos os visitantes e também aqueles que quiserem participar de forma digital desta reunião.

Estando aberta, passo a palavra para o Senador Wellington Fagundes, Relator da medida provisória.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Como Relator.) – Meu caro Deputado, Presidente Isnaldo Bulhões, como todos sabem, nós estamos retornando os trabalhos depois de um recesso branco, mas, mesmo assim, nesse recesso estivemos conversando bastante com a Consultoria. Hoje de manhã, ontem, vários Parlamentares têm nos procurado ainda, e estamos concluindo ainda o nosso relatório. A própria Consultoria pediu mais um tempo, hoje à tarde, agora, daqui a pouco, ainda teremos algumas conversas, e eu gostaria de pedir aqui ao Presidente a possibilidade de suspendermos a nossa reunião.

Eu me comprometo a concluir esse relatório hoje ainda para que, amanhã, pela manhã, no horário em que V. Exa. entender mais oportuno – mas eu gostaria de sugerir que pela manhã –, já pudéssemos então entregar o relatório para que ele possa ser divulgado e amanhã, então, eu ler o relatório e ele poder ser analisado pelos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Vai falar?

Com a palavra o Deputado Hugo.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) – Não, Sr. Presidente, eu acho que é mais que natural. É óbvio que nós, na premência do tempo – essa medida provisória, salvo engano, terá eficácia até o final deste mês; se não é até o final deste mês, é muito próximo disso – temos muita preocupação. Esta medida provisória trouxe uma série de inovações, e é bom que nós tenhamos muita precaução. A única coisa que eu pediria a V. Exa., Presidente, é que, se for amanhã, pela manhã, que pudesse ser às 11h, porque temos vários conflitos de agenda, principalmente lá na Câmara, e eu tenho exatamente uma agenda às 10h. Mas isso, dentro das condições aí para nós podermos, amanhã, fazer a nossa tentativa de também votar esta matéria. Eu acho que seria do interesse de todos que essa medida provisória fosse aprovada para que tivéssemos tempo, não sei se ainda amanhã, mas na semana que vem, de votar no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Primeiro eu quero esclarecer que, no Plano de Trabalho apresentado pelo Relator, o Senador Wellington, sempre ficou muito claro que esta Comissão iria fazer todos os esforços possíveis e impossíveis para que nós passássemos a cumprir o prazo para que fosse remetida à Câmara para que ficasse apta a votar. Nós temos o prazo até o dia 12, isso é que ficou definido.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Doze aqui.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Doze aqui. A Comissão encerrar os trabalhos, apreciar e votar o relatório, e dia 12 é a próxima segunda-feira. Então, nós vamos cumprir esse cronograma.

E eu quero, de ofício, deferir a solicitação e a sugestão do Senador Wellington, suspender a reunião, e pedir a compreensão do Deputado Hugo. Como o relatório não é um relatório tão simples diante da matéria complexa a ser apreciada, são quatro leis modificadas pela mesma medida provisória, eu acho que, embora lúcida a sugestão das 11h, e a agenda é bem dura de todos nós, se o Deputado Hugo concordar, nós poderíamos, como exigência regimental, marcar o horário de 10h. Há uma flexibilidade, eu acho, de tempo para todos os membros desta Comissão cumprirem suas agendas, conciliarem com o andamento desta





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

reunião. Este Presidente e o Relator, naturalmente, ficam um pouco mais presos ao andamento da reunião, mas, talvez, às 11h, Deputado, isso passe a se estender um pouco mais. Se for razoável, a gente marca às 10h, porque temos, como se trata de suspensão, que deixar expresso e claro o horário de reabertura desta reunião.

Então, é natural o argumento do Senador Wellington. Diante de poucos pontos a estarem em busca de convergência, suspendermos a reunião neste momento e marcarmos a reabertura para amanhã, às 10h.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 16 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 17 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Bom dia a todas e a todos, Srs. Deputados e Senadores, colaboradores do Congresso Nacional.

Gostaria de pedir um pouco de atenção para que possamos dar início à reunião. Quero cumprimentar todos os colaboradores do Congresso Nacional, visitantes, imprensa aqui presente e todos que nos acompanham de forma digital pelas redes sociais do Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista que se destina a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 882, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Senador Wellington Fagundes, para que proceda à leitura do relatório da medida provisória.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para proferir relatório.) – Bom dia a todos e ao nosso Presidente Isnaldo Bulhões Jr.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente, antes de o Relator iniciar, eu só queria registrar o nosso pedido de vista, até para a gente poder se dirigir ao Plenário da Câmara, porque está iniciando a sessão lá, mas já deixar registrado o nosso pedido de vista, independente de o senhor fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Depois do conhecimento do relatório, todos os Deputados terão o direito de levantar, Deputado Zarattini, qualquer questionamento e, em consequência, caso julgar necessário, pedir vista do relatório após o conhecimento do voto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Bom dia a todos.

Quero registrar aqui a presença do Dr. Adalberto Tokarski, da Antaq, que, com esses óculos, ficou maravilhoso, registre-se.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir aqui a dispensa da leitura do relatório para ir direto para a análise, até porque, pelo que estamos vendo, já há um pedido de vista e, com isso, aqueles que tiverem acesso e quiserem olhar com mais cautela, para a gente não se alongar muito...

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Deferido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – ... porque já era extensa a análise.

Então, vamos lá.

Cabe a esta Comissão Mista avaliar os pressupostos constitucionais de edição da Medida Provisória, bem como dar parecer, no mérito, sobre a proposição.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Entendemos que a medida provisória, inquestionavelmente, atende aos requisitos de relevância e urgência, tendo em vista a absoluta imperatividade de, imediatamente, se estruturarem as áreas e órgãos objeto do ato normativo, com vistas a destravar a agenda econômica e as necessárias desestatizações. Essas modificações são cruciais para o alcance dos objetivos do Governo legitimamente eleito para fazê-las. Por conseguinte, são prementes para o Brasil.

Quanto à adequação financeira e orçamentária da medida provisória, as mudanças introduzidas dizem respeito à organização administrativa, tratando de procedimentos e de competências. Não identificamos efeitos de tais mudanças sobre as receitas ou as despesas públicas, tampouco a exposição de motivos faz qualquer referência a essa questão.

A MPV nº 882, de 2019, é absolutamente positiva no mérito e não incide em vedações previstas na Constituição Federal. Portanto, somos pela aprovação da Medida Provisória em sua essência, apenas com alguns ajustes que aprimoram o texto e que fazem adequações à realidade surgida após sua edição.

A seguir, trataremos do mérito dos pontos fulcrais do ato de emergência do Presidente da República, assim como das adequações por nós julgadas procedentes, analisando-as em três grandes conjuntos. No primeiro, serão estudados os arts. 1º a 4º; na segunda parte, serão consideradas as alterações nas estruturas do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Secretaria do PPI (SPPI) e também do Conselho do PPI (CPPI) contidas no art. 5º da medida provisória; na terceira etapa, será analisada a contratação direta do BNDES pelos órgãos e entidades da Administração Pública; e, no último bloco, será sopesada a novel modalidade licitatória denominada colação.

As emendas que sugerimos o acatamento ou a rejeição pelo mérito serão comentadas de forma também faseada, em cada um dos três conjuntos no qual dividimos a MPV.

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (PSD - BA) – Presidente, eu gostaria também de subscrever...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Não, aqui vai longe...

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (PSD - BA) – Acabou não?

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr., MDB - AL) – Assim que houver conhecimento do voto, Deputado Otto, com certeza, será concedida a palavra aos Deputados que a solicitarem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Em relação ao art. 1º, que trata da requisição de serviços pelo Minfra, anotamos que, quando as extintas Secretarias de Portos e de Aviação Civil solicitaram servidores de outros órgãos, por força do previsto no art. 2º da Lei 9.007, de 17 de março de 1995, que dispõe sobre a criação dos cargos em comissão que menciona e dá outras providências, o fizeram em caráter irrecusável, pois eram essas secretarias ligadas diretamente à Presidência da República. Com a posse do novo Governo e a nova arquitetura institucional derivada da MP 870, de 2019, essas duas secretarias foram transferidas para a estrutura do Minfra, criado naquela oportunidade. Assim, para evitar prejuízos tanto para os servidores cedidos como para o próprio ministério, o art. 1º da MPV determina que esses servidores continuem cedidos ao Minfra, que absorveu ambas as secretarias. Vemos que o comando da MPV é necessário e confere segurança jurídica, devendo ser mantido.

A matéria tratada no art. 1º é evidentemente de natureza transitória. É um equívoco de redação legislativa que conste do primeiro dispositivo da futura lei. Dessa maneira, realocamos o comando para artigo ao final do projeto de lei de conversão (PLV) que propomos.

Em relação às novas competências do Dnit (art. 3º), resultado de modificações na Lei 10.233, de 2001, afigura-se adequado que o departamento realmente seja o braço executivo do Minfra para as instalações portuárias geridas diretamente pela União. Parece-nos igualmente racional que a administração portuária faça ou fiscalize as obras de dragagem em seu canal de acesso (art. 4º) e não o ministério





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

diretamente, o que era atribuição da extinta SEP, da Presidência da República. Ainda quanto à Lei nº 10.233, de 2001, bem como sobre a Lei nº 12.815, de 2013 (Lei dos Portos), temos algumas emendas de relator a propor. A primeira delas diz respeito a uma ampliação no número de diretores da Antaq, de três para cinco. Essa alteração é necessária por alguns motivos. Em primeiro lugar, trata-se de uma questão de importância do órgão: ao determinar uma diretoria de apenas três pessoas, faz-se uma leitura incorreta de que a Antaq seria menos importante que ANTT e a Anac, que contam com cinco diretores. Além disso, por uma questão de paralelismo com essas mesmas agências do setor de transportes (ANTT e Anac), é necessário ampliar a diretoria da Antaq. Por fim, com uma diretoria tão pequena, ocorrem constantes dificuldades de quórum, o que atrapalha as decisões da agência.

Quero dizer que conversamos muito sobre isso com a própria associação, diretores da Antaq. Temos total entendimento dessa necessidade de ampliação, dada a importância da Antaq. Cada dia mais, tem cumprido o seu papel e, claro, quanto mais se desenvolver o País, mais importante também é a nossa navegação.

Além disso, a propósito das instalações portuárias, estamos incluindo no PLV alterações de modo a deixar claro na lei que todas as instalações portuárias, sejam elas localizadas dentro ou fora de portos organizados, devem ser exploradas como atividade econômica em regime de livre concorrência por preços. Essas alterações incidem tanto sobre a Lei nº 10.233, de 2001, como sobre a Lei dos Portos.

A última emenda de relator sobre a Lei dos Portos diz respeito à necessidade de se garantir o acesso a praias ou imóveis em que seja obrigatório atravessar áreas contíguas ao porto organizado (não ao porto em si), quando este for o único acesso disponível.

Com relação à nova composição do Contran, ainda que dirimidas as dúvidas apontadas anteriormente neste Parecer quanto à real composição desse colegiado, isto é, mesmo admitindo-se que o Contran passaria a ser composto apenas pelos Ministros de Estado listados no texto da MPV, ainda assim, há um problema de mérito na proposta oriunda do Executivo, como passaremos a expor.

De fato, infelizmente, as decisões do Contran têm sido marcadas por uma série de idas e vindas na edição de normas, acarretando incerteza jurídica para cidadãos e empresas e, muitas vezes, reflexos negativos também do ponto de vista econômico.

Parece-nos que a solução proposta pelo Executivo, que é a de substituir a composição atual por um colegiado formado por nove Ministros de Estado, tende a agravar os problemas do Contran. Não duvidamos, em nenhum momento, do enorme talento e conhecimento que a equipe ministerial possui. Isso é claro para todos. Se é o Ministro, claro, ali são pessoas escolhidas pelo Executivo, com alto gabarito.

O que nos parece claramente questionável é se um Ministro de Estado, independentemente de seu denodo e capacidade, terá o tempo necessário para se debruçar sobre as minúcias do funcionamento do sistema de iluminação de veículos ou sobre os detalhes das películas refletoras instaladas nas laterais dos caminhões, para citar apenas dois exemplos de matérias reais que são submetidas ao crivo do Contran, ou seja, todas as decisões teriam que reunir um volume de ministros e, com isso, seria realmente muito pouco provável que esse conselho tivesse condições de se reunir.

Além disso, não é difícil vislumbrar que esse colegiado terá enorme dificuldade de alinhar as agendas de tantas e importantes autoridades, ou seja, terá dificuldades de se reunir, o que tornará as decisões do Contran mais espaçadas e, portanto, mais engessadas.

Mesmo a alternativa proposta pela MPV de permitir a substituição dos ministros por alguns poucos funcionários graduados não resolve o problema. Seria, na verdade, o secretário executivo. Então, da mesma





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

forma, ele teria tanta função quanto os próprios ministros. Alguns secretários DAS-6 dos ministérios têm agenda tão lotada quanto a dos próprios ministros.

Assim, parece-nos que a melhor alternativa para o Contran seja adotar outro caminho. Vislumbramos dois eixos de atuação. O primeiro é reduzir o tamanho do Contran para cinco membros, de forma a facilitar a reunião do colegiado e estimular o debate, em que todos os seus membros tenham tempo para expor suas opiniões. O segundo eixo é buscar aumentar o perfil técnico de seus membros.

Na prática, o que propomos é uma estrutura com, primeiro, o Ministro da Infraestrutura como Presidente do Contran; o diretor do Denatran como Secretário-Executivo; um diretor do Detran estadual, para que a realidade local seja ouvida, de um dos Estados; um representante de um dos ministérios que tenha interesse no tema da reunião específica que ocorrerá, ou seja, o assunto em pauta; e, ainda, um representante da sociedade civil, que também será membro rotativo, cuja alternância ocorrerá em função da pauta a ser discutida, de forma a trazer *expertise* técnica para os debates.

Ademais, vislumbramos a necessidade de uma espécie de *vacatio legis* de dez dias para a efetiva entrada em vigor das normas emanadas do Contran. De fato, tencionamos aproveitar a Emenda nº 14, do Senador Jean Paul Prates, que visa a determinar que as decisões do colegiado sejam submetidas a uma consulta pública antes de sua entrada em vigor. Essa consulta tanto funcionará como a mencionada vacância quanto servirá para que os eventuais problemas dessas normas sejam avaliados pela sociedade e pelos demais interessados antes que a regulamentação ganhe força, que é uma situação muito distinta da atual, em que esse escrutínio público só ocorre após a entrada em vigor da norma editada.

Assim, com uma estrutura mais ágil, o Contran, se necessário, poderá voltar a se reunir para alterar ou mesmo suspender alguma norma que venha a se revelar problemática.

Em razão dessas alterações, propomos, na composição do Contran, e rejeitamos a Emenda nº 22, do Deputado Arnaldo Jardim, que pretende ampliar suas composições por meio de inclusão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como a Emenda nº 16, do Deputado Hugo Leal, que visa a corrigir a duplicidade de membros do Contran.

Em relação às partes, aos arts. 1º ao 4º da MPV, acataremos também a Emenda nº 7, do Deputado Hugo Leal, que altera os arts. 2º ao 6º da MPV, para suprimir a participação do Contran como instância recursal de penalidade interposta por órgão ou entidade de trânsito da União.

Somos pela aprovação da matéria, pois ela alinha o texto do art. 289 do CTB à supressão do Contran como instância recursal do Sistema Nacional de Trânsito.

Por ter sido proposta depois, a Emenda nº 12, de autoria do Deputado Nicoletti, deve ser considerada prejudicada. Contudo, sua redação é melhor e servirá de base para a incorporação da matéria ao PLV.

A Emenda nº 43 trata do mesmo tema das outras duas e também está prejudicada.

Por fim, as Emendas nºs 8, 13, 14, 15, 21 e 48 estão sendo rejeitadas porque suas matérias merecem um debate legislativo mais longo, incabível em sede de medidas provisórias. Elas têm condições de constituir projetos de lei autônomos e tramitar independentemente no futuro.

No momento, antes de propor mais ajustes, entendemos necessário dar um voto de confiança à estrutura proposta pelo Governo e confiar em que ela funcionará na prática.

Em relação às alterações e inclusões feitas à Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), veiculado pela MPV nº 882, verificamos que vários dos seus dispositivos foram alterados pela MPV nº 886, editada posteriormente e ainda não apreciada pelo Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Diante disso, propomos alterações no texto desses dispositivos ao PLV, apresentando, ao final desse parecer, de modo a compatibilizá-lo com as disposições da MPV nº 886.

A MPV 886 também revogou o art. 7º-A da Lei nº 13.334, de 2016, que tinha sido alterado pelo art. 5º da MPV em análise e criou o art. 7º-B, exatamente com a mesma redação que consta no projeto em escrutínio.

Diante disso, é necessário rejeitar esse dispositivo nesta oportunidade para evitar a vigência de comandos idênticos em dispositivos distintos. Tal rejeição em sede de tramitação nessa medida provisória alinha-se ao pretendido nas Emendas nºs 5, 33 e 51, que também pretendem suprimir do conteúdo da futura lei o mesmo dispositivo.

Desta forma, a Emenda nº 5 é acatada na forma do PLV e as Emendas nºs 33 e 51 serão prejudicadas, pois foram apresentadas posteriormente.

O BNDES tem autorização para constituir e participar do Fundo de Apoio à Estruturação de Parcerias (Faep). Parece-nos evidente que ao Faep deva ser dado o mesmo tratamento tributário de outros fundos congêneres, motivo pelo qual adicionamos comando, no sentido de dar às receitas auferidas pelo Faep o tratamento previsto no art. 97 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014. Nesse sentir, resta evidente que é imperioso também ampliar o limite até o qual a União pode participar do fundo de que trata o art. 1º da Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, destinado exclusivamente a financiar serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Incluímos dispositivo com essa finalidade no PLV. Acreditamos que essa alteração possibilitará o auxílio aos entes subnacionais para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, o que, embora de forma distinta, caminha no mesmo sentido da proposta pela Emenda nº 49, do Senador Davi Alcolumbre.

Também no sentido de prover Estados e Municípios com mais recursos disponíveis para aplicar em infraestrutura, estamos acatando a Emenda nº 17, do Deputado Hugo Leal, que permite o repasse de parte do valor das outorgas obtidas pela União com a desestatização de infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroportuária e aquaviária. Como alega o nobre Deputado, tal repasse se justificaria como uma espécie de compensação financeira decorrente da exploração do serviço no território dos entes federados e em função dos inegáveis impactos no valor das tarifas cobradas dos usuários.

A medida provisória prevê que o BNDES pode ser contratado diretamente por órgãos e entidades da Administração Pública para prestar serviços técnicos profissionais especializados que visem à estruturação de contratos de parceria e de medidas de desestatização.

Contratos de parceria ou medidas de desestatização serão licitadas e o banco deve ser remunerado pelos serviços prestados e ressarcido pelos gastos efetuados com terceiros, conforme já estava consignado na medida provisória. Resolvemos, contudo, deixar expresso que, na hipótese de êxito da licitação, poderá ser prevista a transferência desses pagamentos ao vencedor da licitação da obrigação. Igualmente, incluímos dispositivo que permite ao BNDES dispensar a cobrança desses valores.

Consignamos no PLV que a remuneração do BNDES será cabível, inclusive quando atuar como Gestor do Fundo Nacional de Desestatização, função que lhe compete, conforme o art. 17 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Em razão dos comandos inseridos no PLV, é necessário revogar o art. 21 da referida lei.

Para que consiga prestar os serviços técnicos profissionais especializados a órgãos e entidades da Administração, o BNDES poderá ter que contratar outros profissionais ou empresas. Para tanto, criou-se a nova modalidade licitatória denominada colação.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O PLV contempla melhorias na colação, direcionadas ao respeito a direitos e princípios constitucionais: a) a obrigatoriedade de ampla divulgação de que se está fazendo consultas em colação; b) a necessidade de que uma consulta na colação já defina clara e completamente o objeto, os critérios de aceitação e de julgamento das propostas, as sanções pelo inadimplemento, as cláusulas do contrato que será assinado, bem como a indicação do dia, hora e local para entrega das propostas; e ainda c) a previsão de recurso contra a decisão que indicar a proposta vencedora e a ordem de classificação dos demais consultados.

A Emenda nº 2 modifica o §3º do art. 16 da Lei nº 13.334, de 2016, por alteração no art. 5º da MPV, para que seja previsto prazo para ingresso de outros interessados na colação. A ideia fundamental da Emenda nº 2 está integrada ao PLV.

A Emenda nº 6 modifica o inciso I do §4º do art. 16 da Lei nº 13.334, de 2016, alterada pelo art. 5º da MPV, para que passe a ser exigida motivação para o BNDES incluir ou excluir consultados na colação. Pelos mesmos motivos expressos em relação à Emenda nº 2, a Emenda nº 6 está sendo formalmente rejeitada, sem prejuízo de seu aproveitamento no PLV.

Então, Presidente, vamos agora ao voto.

Diante do exposto, votamos pela presença dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 882, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento das Emendas nºs 2, 5, 7, 14 e 17, e ainda a rejeição das Emendas 1, 3, 4, 8, 6, 9 a 11, 13, 15, 16, 18 a 23, 25, 26, 28, 30, 32, 34, 36 a 39, 41, 42, 44 a 49, e a prejudicialidade das Emendas nºs 12, 24, 27, 29, 31, 33, 35, 43, 50 e 51, na forma do projeto de lei de conversão abaixo.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Em discussão o relatório.

Deputado Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (PSD - BA. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu gostaria de saudar V. Exa.; o Relator, Dr. Wellington; e todos os colegas aqui que estão presentes.

Eu gostaria também de subscrever o pedido de vista, mas obviamente isso num intuito positivo. O PSD tem interesse na matéria, sabemos da importância dos programas de parcerias de investimentos, parcerias público-privadas, concessões. E eu mesmo vim dessa área, trabalhei 3,5 anos nessa área de concessões e PPPs, e sete nessa área de logística como operador logístico também. E acredito muito que nós precisamos realmente destravar os investimentos no Brasil, acabar com essa burocracia, como o Relator Wellington estava justamente focando, e eu concordo plenamente.

Agora, eu queria destacar uma questão que eu acho importante na atuação do BNDES. Eu fui Presidente da Desenbahia e sempre fui contra a que bancos de desenvolvimento e agências de fomento participassem desses projetos de parceria público-privada e concessões através da aquisição de ações e cotas.

É um grande problema na minha opinião que, por exemplo, o BNDES tenha ainda o BNDESPar. Por que eu digo isso para vocês? Porque investir em ações, apoiar a empresa, a iniciativa privada através da aquisição de ações e cotas é especulação. Então, na minha opinião, empresas, instituições financeiras que têm o objetivo de fazer o desenvolvimento econômico e social não podem participar de especulação, principalmente na questão do desenvolvimento de projetos de grande monta como são esses projetos de parcerias público-privadas e concessões. Então, realmente na minha opinião, o BNDES tem que focar na





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

avaliação adequada de bons projetos e apoiar esses projetos através do investimento, através do financiamento desses bons projetos.

Então, está aí o meu pedido, Relator, para que a gente possa avaliar bem a utilização desses recursos públicos. O BNDES vai passar por muitas alterações este ano e eu acho que esta é uma questão importante: acabar com essa questão de utilização de recursos públicos para especulação.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Para discutir, Deputado Pedro Lupion.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros, eu gostaria também de pedir vista, até em nome da Liderança do Governo no Congresso Nacional. São 13 páginas de PLV, imagino o trabalho árduo que teve o Relator para analisar todos esses temas, esses itens em relação a essa medida provisória, como disse o Deputado Otto, de suma importância e relevância para o atual momento em que vivemos, mas há sim a necessidade de nós analisarmos as alterações propostas pelas emendas feitas pelo competente Relator. E, por isso, eu faço esse pedido de vista para que possamos analisar mais profundamente o projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Continua a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, Deputado Wellington, Relator... Desculpe, Senador Wellington, é o costume, Senador, da convivência, do cotidiano na Câmara. *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco/PL - MT) – Eu mesmo, às vezes, me chamo de Deputado também. *(Risos.)*

Afinal de contas, foram 24 anos naquela Casa e, claro, a convivência com todos os companheiros é muito saudável.

Falaram que vir para cá seria vir para o céu, e eu vim exatamente na época em que aqui está um inferno, não é? *(Risos.)*

Então, me enganaram. Eu acho que lá na Câmara continua pelo menos mais movimento. *(Risos.)*

Mas eu gostaria aqui de ir na linha do Deputado Otto – parabenizando-o principalmente pela sua juventude, por ser um dos Deputados mais votados do Brasil; e há o Senador Otto aqui também, que é um dos Parlamentares extremamente atuantes aqui no Senado da República –, essa questão eu acho que é válida, a observação, mas não tivemos nenhuma emenda no sentido e nem sei se poderíamos estar debruçados nesse aspecto, mas eu creio que seria uma discussão que o Deputado poderia colocar até em um projeto de lei. Aí a gente poderia, em outro momento, realmente discutir esse aspecto, e realmente eu acredito que quem é dono e possa ter um interesse, possa ter alguma vertente. Mas eu também tenho que acreditar na capacidade técnica do BNDES.

E aí é importante expor isso aqui a toda a população, porque, dentro do próprio Governo, existiam divergências; muitos, dentro do próprio Governo, entendendo que a Caixa Econômica deveria também ter acesso a esse instrumento da colação, assim como também alguns Estados entendendo que as agências também dos Estados poderiam tê-lo. O que nós estamos aprovando aqui, se aprovarmos? Nós estamos aprovando um novo sistema; assim como foi o RDC à época da Copa, nós estamos aprovando um novo sistema em que o próprio banco e o setor, principalmente a área econômica do Governo, coloca que é uma experiência nova e que é importante que comece concentrado no BNDES, que já tem uma experiência de estar lidando com projetos de maior vulto principalmente, e que posteriormente, se isso realmente se demonstrar um sistema ágil, viável, poderá ser depois repassado também principalmente para agências estaduais; mas, neste momento, o Governo tem a temeridade e nós também, porque é um instrumento novo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, dentro desse aspecto que estamos aprovando ainda, digamos, dando uma exclusividade ainda ao BNDES no sistema de colação.

Eu acredito que é essa a observação, Sr. Presidente, e também não me oponho, claro, nem poderia me opor à vista, porque eu acho que é importante que cada Parlamentar aqui possa fazer a crítica. E eu sempre disse, em outros momentos: o bom relatório é aquele que pode ser aprovado e, para ser aprovado, eu penso que não pode ser aprovado no atropelo, não pode ser aprovado no rolo compressor, principalmente porque nós estamos tratando aqui da possibilidade de geração de emprego para o País, dos investimentos principalmente na área de infraestrutura. E aí, quando a gente está falando em infraestrutura, são estradas, portos e rodovias, ferrovias, habitação, aeroportos, são esses que vão gerar empregos para o País no momento em que o Brasil tanto está precisando da retomada do desenvolvimento para a geração de emprego e distribuição de renda também, porque, se você tem investimento, ele acaba sendo uma grande forma de distribuição de renda.

Então, eu acredito que é necessário e é importante que a gente possa se debruçar de hoje para amanhã sobre isso e ter a aprovação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Deputado Zarattini, para discutir.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentar o Senador Wellington por seu relatório, mas, como ele propõe até bastantes modificações aí, nós gostaríamos de ter um tempo maior para fazer essa avaliação e o debate. Então, apesar de o Presidente da Câmara ter imposto um prazo até segunda-feira – se não me engano, é isso – para a aprovação, eu acho perfeitamente possível, como não vai haver sessão na segunda-feira, que a gente possa fazer essa discussão, que a gente não encerre a discussão aqui hoje, que a gente possa discutir e votar – e nós não nos oporemos a votar – na terça-feira. Isso permitiria que a gente fizesse uma boa análise do projeto, que viéssemos aqui com condições de fazer essa discussão. E o projeto, tendo a sua aprovação na terça, pode ser lido na Câmara na mesma terça. Portanto, não alteraria em absolutamente nada o cronograma do Presidente Rodrigo Maia de forma objetiva: em vez de o projeto chegar lá na segunda, chegaria na terça, sendo que não há sessão na segunda.

Então, eu queria solicitar que o senhor marcasse a reunião para terça-feira. Nós, da Bancada do PT, não faremos nenhum tipo de obstrução, simplesmente vamos emitir a nossa opinião, debater e votar.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Deputado Zarattini, eu até entendo a proposta de V. Exa., mas eu queria a sua compreensão – esta Presidência gostaria bastante da compreensão de V. Exa. – e, logicamente, de todos que fazem o Partido dos Trabalhadores, para que a gente possa colaborar e respeitar o cronograma sugerido pelo Relator, orientados, acima de tudo, pelo ofício encaminhado pelo Presidente da Câmara para que, no dia 12, visto que expira o prazo dia 30, esta Comissão encerrasse os trabalhos e tivesse o relatório apreciado para que fosse encaminhado para a Câmara dos Deputados. Então, o intuito desta Comissão, desde o primeiro momento, é cumprir esse prazo. Nós tivemos oportunidade, estamos tendo, de discutir com muita tranquilidade esta medida provisória.

Parabenizo o Senador Wellington Fagundes pelo relatório objetivo, simples e, tenho certeza, com o acatamento do mais importante que foi apresentado pelos Srs. Deputados sob a forma de emendas. Então, como houve a oportunidade de se discutir à exaustão – fizemos algumas audiências públicas, e o Relator esteve aberto sempre a todos os Deputados e Senadores, assim como a esta Presidência, aos órgãos externos, de governo ou não –, eu gostaria de compreensão para que nós pudéssemos acatar e deferir o pedido de vista proferido – de acordo com o art. 132, § 1º, concedendo a vista coletiva –, mas que nós suspendêssemos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

a reunião e retomássemos a discussão, com a compreensão de todos, para que venhamos a apreciar e votar o relatório amanhã.

Eu acho que fica muito mais fácil para a agenda dos Deputados e dos Senadores, Deputado Zarattini, que a gente venha a apreciar amanhã e não na terça-feira. Na terça, nós estaremos apenas disponibilizados pela manhã, à tarde teremos plenário, e o retorno dos Deputados e dos Senadores, na terça, é ajustado de acordo com a agenda. Mas com certeza, na quinta-feira, a grande maioria dos Deputados e dos Senadores ainda estarão aqui pela manhã. E na terça nem sempre.

Então, eu acho que não haverá nenhum atropelo. Acredito que o prazo de 24 horas é um prazo justo e acho que será mais conveniente e cômodo para os Senadores e Deputados que esta reunião seja reaberta amanhã, às 10h da manhã.

Portanto, essa é a decisão desta Presidência, e agradeço bastante a discussão, a sugestão...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – O Senador Wellington ainda quer a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – ... eu gostaria, aqui... Ninguém faz nada sozinho, principalmente um trabalho árduo como esse, técnico, bastante técnico. Eu gostaria de registrar aqui a colaboração e a participação dos consultores da Casa. Vou fazê-lo ainda no encerramento, mas acho que este é um momento também oportuno.

Então, em nome do Francisco Eduardo Carrilho Chaves, também da Liliane Colares, do Túlio Leal, e ainda dos assessores – da Maria Inês e da Marisa Duarte –, além também do pessoal da Comissão – o Marcos Melo, que é o coordenador –, com todos os seus colaboradores também... Eu gostaria de registrar o agradecimento e, principalmente, o trabalho de todos. Ontem, por exemplo, varamos a noite. Fomos até lá pela madrugada, por telefonema, e fomos até hoje de manhã, para que a gente pudesse estar aqui com este relatório, digamos, para atender à maioria, para tentar atender.

Este relatório está pronto desde a semana passada. Está pronto. Mas ainda nós tínhamos muitos apelos de Parlamentares, colocando posições, discussões... E ouvimos a sociedade também, porque, como eu disse, é importante a gente fazer um relatório que seja fruto do entendimento de todas as partes e um relatório que seja realmente possível de ser aprovado.

Agora, quero destacar, a meu ver, a importância que representa a aprovação dessa matéria, porque o Brasil, neste momento, realmente, nós estamos aí na necessidade de buscar o aquecimento da nossa economia. A geração de emprego é fundamental.

Nós tivemos agora um recesso branco, eu tive oportunidade de viajar um pouco pelo Brasil e pelo meu Estado, e a gente já chega a ver algum desespero de pessoas no interior, procurando emprego, e o pior: a gente vendo a necessidade de se construir a infraestrutura, os empresários querendo trabalhar, o mundo querendo investir no País, principalmente com os juros negativos que estão lá fora... Ou seja, o Brasil é um país emergente, é um país em desenvolvimento, um país em que temos capacidade de responder rapidamente aos investimentos, sejam nacionais ou internacionais. Por isso, eu acredito que aprovar essa matéria hoje é tão importante quanto as reformas que nós estamos votando, seja a reforma da previdência...

A meu ver, a reforma tributária é mais urgente ainda, e o Congresso aqui, principalmente o Senado, também colocou como prioridade na pauta, mas acredito que neste semestre nós teremos principalmente essa responsabilidade de dar resposta ao País. E essa medida provisória, sem dúvida nenhuma, abre essas condições para que a gente possa, verdadeiramente, receber os investimentos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ainda quero colocar que, em todas as reuniões – e falo aqui também como Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura e Logística – que a gente faz com os empresários, sejam nacionais ou internacionais, a grande reclamação é exatamente a falta de segurança jurídica. Então, tudo que puder trazer mais segurança é importante.

E outra coisa: no Brasil, hoje, nós temos um volume de mais de 7 mil obras inacabadas, e a obra inacabada nem sempre é por falta de recursos. Eu quero dar um exemplo aqui no meu Estado, o Estado de Mato Grosso, uma obra de um hospital universitário, em que o Governo Federal – isso, no Governo da Presidente Dilma ainda, me parece – repassou 100% do recurso através do Ministério da Educação. A obra começou seis, sete anos atrás, uma obra de um hospital, e ficou parada até hoje, com dinheiro na conta. Por quê? Porque é um projeto que, às vezes, não foi bem feito.

Então, todo projeto mal elaborado redundará numa obra com problema até depois da conclusão. Eu não sou engenheiro, mas a gente sabe que, no dia a dia, é isso que acontece. Então, ter um projeto...

Inclusive, quanto ao sistema da colação, o novo sistema prevê não só preço, mas principalmente a qualificação daqueles que irão participar do projeto. Essa capacidade de selecionar primeiro pela qualificação da empresa que fará o projeto.

Eu creio que isso é extremamente importante para o País, porque projeto bom redundará em obra boa; projeto ruim redundará em prejuízo para a Nação. Eu sempre tenho dito que uma obra inacabada não serve para nada; ela só dá prejuízo, porque é um dinheiro desperdiçado. Se o Estado, o Poder Público quiser manter, vai gastar dinheiro para manter a obra parada; se não fizer, vai piorar mais ainda, e o recomeço sempre é muito pior, muito mais desperdício de recurso público.

Então, Presidente Isnaldo, eu quero agradecê-lo também por sempre estar atento, colocando-se à disposição para fazer a reunião na hora que for possível e por ser realmente um orientador nosso, do nosso trabalho. Então, agradeço imensamente.

Espero que, então...

Pela sua decisão ficou, então, para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Para amanhã às 10h.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Amanhã estaremos aqui prontos, para que possamos ouvir ainda as críticas.

E quero sugerir aqui aos Parlamentares, não só para amanhã, mas se algum Parlamentar quiser ainda fazer alguma sugestão, estou pronto para conversar, porque ainda temos oportunidade, se for o caso, para fazer qualquer alteração. O.k?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Suspendemos a sessão. Retomaremos a discussão amanhã, às 10h da manhã, dia 8 de agosto, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 3.

Fica concedida a vista...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) – Presidente, eu só gostaria de fazer uma solicitação ao Senador Wellington Fagundes.

Eu tenho uma emenda apresentada, Senador, a Emenda nº 8, para a qual eu gostaria de pedir de V. Exa. uma atenção especial nesse processo de vista que nós estamos apresentando.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Os argumentos que eu usei na apresentação da emenda são argumentos bastante sólidos, e houve uma negativa por parte de V. Exa. no atendimento.

Talvez, conversando com V. Exa. depois da reunião, quando apresentarei os argumentos em relação à Emenda 8, eu gostaria que V. Exa. pudesse ter essa atenção especial para com essa proposta que fiz durante os estudos que V. Exa. fez para a apresentação do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Eu queria, antes de conceder a palavra, cumprimentar o Deputado Vanderlei, e, antes de conceder a palavra ao Relator, o Senador Wellington Fagundes, eu gostaria de solicitar ao Deputado Otto Alencar Filho que pudesse assumir esta Presidência, em tempo que eu me desculpo, porque eu vou ter que me ausentar em função de uma agenda agora, às 11h30, porque acho que já estou até atrasado.

Mas já está deferida a vista coletiva. Retomaremos amanhã, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 3, às 10h, a discussão do relatório.

Deputado Otto, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Deputado Vanderlei Macris, eu pedi ao Presidente e ele já queria encerrar, porque tem também compromisso, para que o Deputado Otto assumisse aqui, porque é importante fazer a explicação a V. Exa.

Ontem, nós estivemos até meia-noite conversando com setores da sociedade, inclusive com as entidades, sobre esta questão da emenda de V. Exa., e o que ficou decidido... Na verdade, é porque há uma complexidade muito grande, porque o que está proposto pela emenda de V. Exa... Eu tenho certeza de que o objetivo é fazer com que, principalmente, aqueles empresários, as empresas que precisam entregar as mercadorias nos grandes centros, hoje, têm muitas dificuldades, porque, muitas vezes, a cidade não tem uma sinalização adequada...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – ... não tem o ponto de parada para entrega das mercadorias... Mas, dada a complexidade, as próprias entidades entenderam que, como existe um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados, seria mais oportuno esse assunto ser discutido mais amiúde no projeto de lei. Mas eu inclusive disse, ontem, que estaria disposto a aceitar, acatar, se tivesse uma redação que fosse possível. Como foi pedido vista, se V. Exa., hoje ainda, quiser dialogar sobre o aspecto e encontrarmos alguma coisa que possa satisfazer ou que possa ajudar, principalmente... Eu sei que o problema é nos grandes centros, nas cidades maiores, inclusive com a questão de rotatividade de veículos, outras situações, porque há uma cidade grande, e a cidade menor, ao lado, não tem a rotatividade, mas o produto precisa sair dali para ser entregue...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) – E muitas vezes se comete muita injustiça, não é, Senador Fagundes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Exatamente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) – E eu gostaria de agradecer a V. Exa., que abre essa oportunidade para que a gente possa dialogar e, quem sabe, ainda buscar uma alternativa que possa ser positiva na elaboração do seu relatório.

Eu agradeço muito a V. Exa. Farei isso, com certeza, dialogando com V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Mas quero dizer, Deputado Vanderlei Macris, que eu também sofro a mesma angústia de V. Exa. Eu gostaria de encontrar alguma redação, para que a gente pudesse contemplar, realmente, essas dificuldades. Estou aberto... Agora, compreendendo que não





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

teremos mais oportunidade de discutir a medida provisória com a sociedade nem trazer mais o Contran ou organismos aqui, para estarem discutindo sobre o assunto, mas estou acessível e pronto.

Muito obrigado.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) – Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar Filho. PSD - BA) – Mais uma vez eu agradeço ao Senador Relator, Wellington Fagundes, a todos os Deputados Federais colegas, a todos aqui presentes.

Declaro então suspensa a presente reunião, marcada a reabertura para o dia 8 de agosto, amanhã, às 10h, na sala Senador Alexandre Costa, Plenário 3.

Muito obrigado.

(Iniciada às 16 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 17 minutos do dia 06/08/2019. Reaberta às 10 horas e 42 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 36 minutos do dia 07/08/2019.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar os Srs. Deputados, os Srs. Senadores; cumprimentar todos os colaboradores do Congresso Nacional, os visitantes, imprensa aqui presente e aqueles que nos acompanham via digital ou por meio da televisão.

Declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória 882, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 7 de agosto, o Senador Wellington Fagundes procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Passo a palavra ao Relator, o Senador Wellington Fagundes, para suas considerações. Com a palavra o Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT. Para proferir relatório.) – Bom dia ao Presidente Isnaldo, a todos os companheiros aqui que estão nos acompanhando nesta sessão.

Eu quero aqui agradecer, primeiro, o trabalho, mais uma vez, de toda a assessoria, que, daqui a pouco, vou nominar. Ontem, nós estivemos até praticamente meia-noite.

Como eu disse ontem na abertura e como foi pedida a vista, estaríamos à disposição de todos aqueles que quisessem fazer alguma sugestão de aprimoramento do relatório. Assim o fizemos. Durante todo o dia, conversamos, recebemos a todos que nos procuraram e discutimos também com toda a Consultoria e a nossa assessoria.

Sr. Presidente, eu vou aqui já ler uma complementação de voto, que foi fruto exatamente desse trabalho de ouvir a todos que nos procuraram.

Ontem, dia 7 de agosto do corrente ano, apresentamos nosso voto acerca da MPV nº 882, de 2019. Nessa reunião, foi concedida vista coletiva de um dia para que o texto que apresentamos pudesse ser mais bem analisado e para que eventuais ajustes pudessem ser realizados no conteúdo de nossa proposta do PLV.

De fato, diversos setores do Governo e da sociedade, representando cada um dos temas tratados na MPV, compareceram a nosso gabinete, onde, após discussões que adentraram a noite, foi possível construir o texto aqui oferecido.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Em primeiro lugar, destacamos algumas alterações em relação ao Contran. O presidente do Denatran, com bastante franqueza... Aqui vamos corrigir, que é o Diretor do Contran, com bastante franqueza e humildade, reconheceu os problemas que expusemos em nosso parecer acerca da atuação do Contran, mas frisou que o novo Governo tem atuado de forma incansável para corrigir esses erros, aperfeiçoar os processos, bem como as normas geradas por esse colegiado. Após a discussão, principalmente com os setores de transporte, que estavam na reunião, decidimos dar um voto de confiança ao Ministério da Infraestrutura e manter a estrutura proposta pela MPV, apenas acrescida da participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos da Emenda nº 22 do Deputado Arnaldo Jardim. E explico também: hoje, principalmente as máquinas agrícolas que são de tamanho bastante expressivo, às vezes, têm que se deslocar de uma propriedade para outra, passando pelas rodovias. Por isso, então, achamos pertinente e todos chegamos a esse consenso também da inclusão do representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ressaltamos aos representantes do Governo, contudo, que permaneceremos vigilantes para evitar que o Contran caia em um estado de paralisia, como no passado, e que exigiremos mudanças caso essa situação venha a ocorrer.

Nesse debate com o Denatran, pudemos avançar em um outro tema, que é o das multas devidas a condutores não identificados e que são multiplicadas de forma progressiva em função do número de vezes em que justamente o condutor não foi identificado. Pela proposta acertada, o multiplicador fica suprimido, e a não identificação do condutor passa a resultar apenas no valor equivalente ao de uma multa grave, sem progressividade. Tal proposta vai ao encontro da preocupação demonstrada pelo Deputado Vanderlei Macris, cujos objetivos, da emenda que apresentou ficam, em parte, alcançados. Claro, principalmente também os transportadores, que alegaram, principalmente nos grandes centros, a dificuldade que é para fazer uma entrega de mercadoria e poder, então, fazer o fluxo do desenvolvimento do País.

Quanto à emenda que ressalta o fato de que os terminais arrendados praticam preços livres e que atuam em regime de livre concorrência, a Secretaria de Portos nos fez algumas sugestões, que acatamos, para modificar a redação inicialmente proposta, de forma a restringir a informação de preços à necessidade de averiguar abuso de poder econômico e para deixar explícito que é objetivo da Antaq atuar no controle de tal infração.

Outra sugestão da Secretaria de Portos que consideramos pertinente foi acrescentar que a concessão de acesso livre às praias contíguas à área do porto organizado deve respeitar as normas de segurança que forem necessárias.

Por um apelo do Ministério da Infraestrutura, retiramos a proposta de autorizar a repartição das licenças de outorga das concessões com Estados e Municípios. Foi-nos argumentado que essa nova sistemática poderia colocar em risco os vultosos investimentos que o Minfra está programando com esses recursos.

Modificamos nossa proposta de permitir que as confederações setoriais tivessem assentos no Conselho do PPI para algo que entendemos seja mais proveitoso: que o PPI mantenha canal aberto para as confederações e as frentes parlamentares setoriais.

Está aqui o nosso companheiro Deputado Edinho Bez, que hoje é o Secretário Executivo da Frenlog. E o objetivo também é exatamente estar permitindo que as frentes parlamentares, no caso específico da infraestrutura, também nesse caso, possam ser convidadas e participar das discussões do setor e, com isso, então, possam apresentar seus estudos e ponderações técnicas de forma a subsidiar a tomada de decisões do Governo sobre os investimentos de infraestrutura.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Sabemos que as federações, as confederações têm os seus institutos, assim como a Frenlog e também o IBL. Por isso, as próprias frentes e, no caso, as federações e confederações podem perfeitamente contribuir muito com o Governo no aprimoramento de qualquer proposta que venha a ser analisada, discutida sobre a infraestrutura. Por exemplo, agora, inclusive, a questão do frete mínimo, todas essas discussões em que eu penso que seria importante a participação, porque nós aqui temos o papel exatamente de sermos o mediador entre o Governo, a sociedade e o Legislativo – e esse é o papel principalmente das frentes.

Em relação às preocupações trazidas pelo BNDES, propusemos ajustes na redação do mecanismo de colação, de forma a não descaracterizá-lo, e para garantir a ampla e plural participação de interessados, mas sem que, com isso, atrapalhássemos a própria essência do mecanismo criado, que é justamente a de escolher os melhores serviços técnicos para sustentar os estudos dos projetos de infraestrutura mais relevantes do País.

Nesse aspecto, inclusive, o fundo da Caixa Econômica, que é o FEP, exatamente, nós inclusive mantivemos com o valor duplicado, permitindo, assim, que a Caixa Econômica, principalmente, possa ter condições de fazer os projetos, principalmente na área de saneamento básico, ou seja, não tendo, inclusive, concorrência com o próprio BNDES. Seriam os projetos menores, para atender os Municípios brasileiros.

Por fim, o inciso IV do art. 12 da Lei nº 13.334, de 2016, não havia sido transcrito da MPV para o Projeto de Lei de Conversão. Portanto, corrigimos esse lapso.

Por isso, então, identificamos a necessidade de aperfeiçoar a redação do §4º do art. 15 da Lei nº 13.334, de 2016, que trata do processo de colação. A saber: "§4º O BNDES poderá dispensar a cobrança de remuneração e o ressarcimento dos gastos de que tratam [...] os §§1º e 2º, desde que a dispensa esteja prevista, respectivamente o, no ato de contratação do Banco [...] [devendo ainda ser explicitada] no edital da licitação". Claro que estamos tratando de um banco público e que é perfeitamente possível o banco poder subsidiar um projeto. Vamos dizer que seja de custo inviável para um empreendedor bancar o projeto.

Vamos, então, agora, ao voto, Sr. Presidente e todos os companheiros.

Diante do exposto, votamos pela presença dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 882, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento das Emendas nºs 2, 5, 7, 14, 16 e 22, sendo que aqui, na redação, fica a correção também como rejeitada a nº 17, além das: 1, 3, 4, 6, 8, 9 a 11, 13, 15, 18 a 21, 23, 25, 26, 28, 30, 32, 34, 36 a 39, 41, 42, 44 a 49, e a prejudicialidade das Emendas nºs 12, 24, 27, 29, 31, 33, 35, 43, 50 e 51, na forma do Projeto de Lei de Conversão abaixo. Sr. Presidente, é isso, mas, mais uma vez eu quero, de antemão, agradecer a participação de todos aqueles que estiveram conosco ontem. Foi um dia bastante exaustivo, mas o importante é que tudo o que estamos produzindo aqui foi fruto de um consenso com todos aqueles que nos procuraram até a meia-noite de ontem.

Portanto, é esse o nosso relatório. Espero que a gente possa cumprir aquilo que nós falamos aqui: o bom relatório é o relatório que possa ser aprovado. Então, fica aí a análise de todos os companheiros, na esperança de que a gente possa, então, cumprir a nossa meta, que é aprovar a MP hoje, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr., MDB - AL) – Para discutir, por ordem de inscrição, o Deputado Hugo Leal, por cinco minutos.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, serei breve, mas tendo em vista que o Senador Wellington Fagundes mencionou esse expresso da meia-noite e eu não tive a oportunidade de participar desse expresso da meia-noite, obviamente fui surpreendido pela retirada da Emenda nº 17, que é da minha autoria, emenda que exatamente faz todo o sentido para uma matéria como essa. Surpreende-me que essa matéria tenha sido objeto de manifestação do Ministério da Infraestrutura dizendo que, se houver





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

possibilidade de partição da outorga com Estados e Municípios – abro aspas aqui –, "a nova sistemática colocaria em risco os vultosos investimentos para o Ministério da Infraestrutura". O que vai colocar em risco? Ou seja, a possibilidade de a repartição de uma parcela da outorga estar insculpida no sistema legislativo coloca em risco? Em risco deve ser o cargo do Ministro, ou outras coisas, porque a pressão vai ser grande. Mas é óbvio: esta Casa aqui, em que nós estamos, o Senado, é a Casa que representa os Estados. Nós estamos falando em reforma tributária e essa questão da outorga é fundamental também, porque se concede um aeroporto, um porto, uma rodovia, uma ferrovia, que passa por Estados e Municípios. Não passa pela União, passa por Estados e Municípios. O que eu estou propondo aqui é que uma parcela, que seja avaliada pelo Ministério, seja concedida para que os Estados e Municípios se adequem na sua realidade e infraestrutura.

Estava lá, o Senador Wellington Fagundes entendeu, deu até uma redação que não é a redação original da emenda que eu fiz e colocou lá: fica autorizada – autorizada, não obrigada – a repassar a Estados e Municípios até a metade dos recursos obtidos pelo pagamento da outorga. Faz uma outorga em um aeroporto lá, próximo da região do Major Olimpio, R\$20 bilhões, não dá tempo de tirar 10% para ajustar as estradas, os acessos? Só isso. Não pode? Vai colocar em risco – olha só: em risco! – os vultosos investimentos? Olha, eu não vou criar caso, não vou pedir verificação, porque para mim é um acinte nós, aqui, Legislativo, no Senado, representantes dos Estados brasileiros, e a Câmara, representante da população, entendermos que esse dinheiro tem que ficar todo para o Governo Federal, tudo concentrado, para virar o quê? Superávit primário? "Vamos investir em obras". Que obras? Não pode nem colocar essas obras nos Estados e Municípios. No Estado do Senador Wellington, há necessidades de fazer intervenções nesse sentido. Pois eu vou falar do meu Estado, o Rio de Janeiro. Outorga do aeroporto do Galeão. Foram feitos R\$19 bilhões. O Estado está precisando de recurso para poder fazer uma nova adequação, um novo acesso. Não pode. Paga R\$1,200 bilhão por ano, mas não pode direcionar uma parcela para adequação da própria concessão que foi feita.

Senador, Relator, é lamentável. Entendo a posição de V. Exa., atendendo a um apelo de consenso, mas é lamentável que tenha sido retirado o dispositivo que V. Exa. conduziu com a sua assessoria. Repito: eu não participei desse expresso da meia-noite. Esse trem eu não vi passar, literalmente. Eu sei que nesse expresso da meia-noite não foi o Deputado Hugo Leal que perdeu. Quem perde são Estados e Municípios.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) – Só quero deixar registrado.

Ademais, acho que a modificação do Contran foi o equilíbrio. Conheço muito bem o Diretor-Geral do Denatran hoje, uma pessoa extremamente equilibrada, conhecedor do tema. Não tenho nenhuma outra manifestação das outras emendas que fiz, mas eu vejo como lamentável a retirada desta Emenda nº 17, que era o art. 28-A e o art. 30 da Lei nº 10.233.

Bom, é uma etapa. Esta aqui é uma etapa, Presidente Isnaldo Bulhões. Vamos avaliar as novas etapas. Eu quero só deixar registrado: não vou criar nenhum tipo de celeuma, mas vou deixar aqui esse voto de protesto para quando o relatório for manifestado, mas de antemão não vou criar embaraço, porque eu entendo a importância dessa medida provisória. Mas, como eu disse, é apenas uma etapa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr., MDB - AL) – Agradeço ao Deputado Hugo Leal. Não poderíamos esperar comportamento diferente de V. Exa. Pela importância e proximidade do prazo que





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

temos para entregar esse relatório apreciado, V. Exa., com toda a legitimidade, registra o seu protesto sem usar nenhum instrumento de obstrução que viesse a prejudicar o andamento desta reunião.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) – Só para deixar claro: não vou usar o instrumento aqui, mas temos outros. Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Nesta reunião.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) – Nesta seara. É exatamente para evitar... Porque o debate é rico. Provavelmente nós poderemos ter outro expresso da meia-noite no Plenário da Câmara, no Plenário do Senado. Com certeza, serão outros modais.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Nesta fase, não é, Deputado Hugo Leal?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Nesta fase, em respeito a V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Eu quero deixar bem claro que a construção dessa redação inicial realmente foi em comum acordo. Eu quero aqui colocar o meu posicionamento como municipalista. Entendo que é importante, realmente, essa discussão ser aprofundada, possivelmente, inclusive, em outro momento. É claro, aqui nós temos a exiguidade do tempo para aprovar a MP. Essa discussão já foi muito grande, porque, infelizmente, o Governo tem, a meu ver, usado desse expediente. Não sei se é de propósito ou não, mas acaba sendo muito curto o prazo que nós temos para fazer a discussão das medidas provisórias e até para a produção do relatório final.

Eu quero também só, a título de esclarecimento, Deputado Hugo Leal, não para polemizar... V. Exa. usou um bom exemplo que foi exatamente a concessão da Ponte Rio-Niterói – eu, como Presidente da Frenlog, participei efetivamente àquela época. E discutimos muito, porque ali havia algumas obras necessárias, como o agulhão e os acessos. Para isso, em qualquer processo de concessão, existem as audiências públicas. Então, tanto os Municípios como o Estado podem perfeitamente fazer as suas reivindicações hoje, inclusive, imposições, através das audiências públicas. Naquele momento, inclusive, nós cobramos muito para que a nova licitação incluísse essas obras. Infelizmente, à época, o Governo entendeu que não deveria. Eu acho que é um bom exemplo, porque é uma concessão como aquela em que se discutiu muito – isso há quantos anos, há 30 anos – que seria uma privatização, e, na verdade, concessão não é privatização. O tempo passou, e venceu o prazo. O Governo poderia, inclusive, aproveitar essa nova licitação e atualizar a tarifa, e o Governo, ao contrário, foi se preocupar só com o preço. Eu penso que, na verdade, aquela concessão ali poderia ser uma grande oportunidade para o Rio de Janeiro melhorar muito o sistema viário daquela região, mas, então, o Governo perdeu uma oportunidade que, pela legislação... E a medida provisória que nós estamos aprovando aqui não impede que, em qualquer concessão, os Municípios e os Estados possam participar. Já que V. Exa. também aqui reconheceu que o que estávamos colocando era autorizativo e o principal argumento do Governo... E estou falando isso, porque eu também tenho que dar satisfação como Relator, já que eu defendo, inclusive, a tese de V. Exa., como municipalista. Eu penso que poderíamos colocar, inclusive, só para Municípios. Eu quero aqui, inclusive, com isso, dar satisfação também, porque o Governo alega que, neste momento em que as concessões estão no mercado internacional, isso poderia gerar uma instabilidade dos investidores.

Por isso, eu sucumbo neste momento, dando um voto de confiança a um Governo que está começando. Nós estamos votando aqui as reformas, e, claro, toda mudança, principalmente uma reforma da previdência, vem para tirar benefícios de muitos. Agora, como Relator aqui, nós esperamos que este Governo dê uma resposta rápida à Nação pelo voto de confiança que estamos dando.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Ainda em discussão...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) – Presidente, eu só...

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Pois não, Deputado.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) – Obviamente, entendo, mas, com certeza, não concordo com a retirada. Continuará assim a minha manifestação, mas, repito, vamos às novas etapas.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Por ordem de inscrição, ainda para discutir, o Senador Jean Paul Prates, por cinco minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Para discutir.) – Meus amigos, obrigado.

Parabéns pelo trabalho de vocês e do Relator, Senador Wellington. Obrigado também pelo esforço de ter estado ontem até tarde, esperando as alterações.

Basicamente, há um ponto, que é o art. 5º, quanto ao mérito... E isso tem a ver com a coerência que nós temos tido no sentido de dar poder ao Congresso, Senador Wellington, de discutir privatizações e desestatizações, como se queira chamar, principalmente na área de infraestrutura, em ativos considerados estratégicos, ativos em que o Estado serviu para abrir caminhos, para montar infraestrutura, para que a própria iniciativa privada se desenvolva.

O que nós estamos tentando solicitar aqui, mais uma vez – eu sei que é uma insistência talvez um pouco extemporânea –, é mais tempo para discutir, tentar verificar... Eu sei que há um compromisso de, na segunda-feira, ter a questão resolvida e que, na terça, já seria um dia a mais, mas, se nós pudéssemos ganhar um tempo para discussão e para apresentação de uma alteração especificamente em relação ao art. 5º, que não seja apenas a sua supressão, nós teríamos a nossa preocupação atendida. No art. 5º – e eu não vou nem cansá-los com a leitura –, há vários pontos aqui que nós listamos que consideramos problemáticos. Agora, com o exíguo tempo que foi dado, mesmo com a sua paciência de ter estado até tarde aqui, nós não conseguimos apresentar uma situação mais elaborada que meramente a supressão do artigo. Então, estamos solicitando aqui a anuência da Mesa, a compreensão para que chegássemos a um acordo de algum tempo de revisão, junto também à Presidência da Câmara, para que pudéssemos, então, na terça, fazer essa discussão. Eu não sei se isso é possível.

Essa é a primeira solicitação que faço aqui, neste momento, sem usar todo o tempo, apenas poupando todo o nosso tempo na discussão de hoje.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Senador Jean Paul, em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-lo até pela sugestão. Essa sugestão foi até dada ontem pelo querido amigo Deputado do Partido dos Trabalhadores também, coincidentemente, nosso querido companheiro Zarattini. O Zarattini propôs ontem essa prorrogação até terça-feira. E eu me posicionei pela impossibilidade e tive, antes e depois, oportunidade de bater um papo com ele em *off* e explicar com mais clareza.

O Congresso Nacional tem passado duros momentos em apreciações de medidas provisórias que, por não se seguir a orientação e não se conseguir cumprir o calendário sugerido pelo Presidente da Câmara, principalmente, chegam a caducar ou chegam para o Senado apreciar em um espaço muito curto de tempo. Isso tem sido até motivo de um trabalho, de uma modificação legal para que esses prazos fiquem bem claros e sejam respeitados pelas duas Casas.

Nós tivemos um amplo debate diante desta medida provisória, do trabalho desta Comissão. O Relator Wellington Fagundes foi sensível em todos os momentos. E isto aqui não é missa de corpo presente. Ele sempre deixou claro e faz questão de repetir que relatório bom é aquele relatório que venha a ser aprovado, que tenha condição de convergir no que for possível, com ideias que cheguem à redação ideal ao final do trabalho. E, enfim, prorrogar até terça-feira... Primeiro, nós passamos a não cumprir o calendário sugerido





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pelo Presidente Rodrigo Maia, que é dia 12, na segunda-feira. Poderíamos até prorrogar para segunda-feira, mas a nossa convivência aqui no Congresso Nacional faz com que a gente, falando de uma forma bem clara, não aconselhe a fazer às segundas porque é o dia do deslocamento dos Srs. Parlamentares, alguns até chegam na terça-feira. Então, é um sacrifício ou um trabalho que não vale a pena gastar essa energia para que aconteça.

Então, eu quero bastante pedir a colaboração do Senador. Ao Deputado Hugo eu já agradei por ele não, mesmo registrando a insatisfação pela a emenda dele não ter sido incluída no relatório, mas não usou de nenhum artifício de obstrução.

Então, como o Zarattini colocou ontem para mim e entendeu, eu gostaria bastante que o senhor pudesse compreender o intuito desta Comissão de entregar esse relatório no prazo apto sugerido pelo Presidente Rodrigo Maia e que dê tempo suficiente para que a Câmara e o Senado apreciem e tenham condição de votar porque o prazo final é até dia 30 de agosto. Não há nenhum problema em esticar prazo, não haveria, na verdade; o único problema aqui é o intuito desta Presidência e desta Comissão de procurar cumprir esse prazo para não colaborar com que essa medida provisória de extrema importância venha ser prejudicada e a gente fique com essa culpa na frente.

Então, eu quero, assim, apelar a V. Exa. e solicitar que seja compreendido o pensamento nosso e que a gente possa cumprir o calendário sugerido no cronograma dos trabalhos na primeira sessão pelo Senador Wellington, Relator dessa matéria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Presidente Isnaldo, só para eu saber se haveria uma possibilidade. Nós temos duas possibilidades aqui: uma é a supressão do artigo. Se o Relator pudesse se manifestar e a gente pudesse pensar em dois cenários, o plano um seria a questão da supressão do artigo; o outro, nós obtermos aí um compromisso – nós todos, na verdade, nós todos – de discutir esse processo futuramente, antes do término do procedimento todo, em relação a essa questão das estatais, a questão da desestatização discutida no Congresso. Nós acreditamos que é necessária essa discussão. Isso empodera as nossas Casas. É fundamental que a gente...

E outra coisa: como eu disse, eu não quis ler aqui para não os cansar, mas existe uma preocupação, particularmente da minha parte, em relação às empresas de energia, que diz respeito ao que fazer com essas verbas ou com essas receitas arrecadadas e o sentido estratégico de você quebrar, por exemplo, como está acontecendo com a Petrobras, a verticalização da empresa, uma coisa que todas as empresas de petróleo sonham em serem uma empresa vertical.

Então, há que ter um pouco mais de clareza nesse processo e não apenas um procedimento de venda para fazer caixa. Acho que isso é ruim para todos: para a direita, para a esquerda, para todo mundo. Você quebrar, no sentido de cadeia produtiva, uma empresa para vendê-la para fazer caixa... Por exemplo, vender refinarias em separado ou vender grupos de ativos ou, como já foi feito na questão da malha de gás do Nordeste e do Norte, primeiro, quebrando essa verticalização, e segundo, que é o mais grave para mim, sem compromisso assumido perante o Governo brasileiro de incremento da estrutura, de investimento adicional. No caso do Gasene, da TAG, por exemplo, simplesmente se vendeu um ativo, quer dizer, é a mesma coisa que vender a casa para morar pagando aluguel, vender a própria casa e pagar aluguel, porque o que entrou de dinheiro, que deu esse lucro da Petrobras agora aqui, que é uma falsa esperança, deu um lucro ali porque entraram 9 bilhões do pagamento desse ativo que foi vendido, agora vai sair em suaves prestações de sei lá quantas vezes, 60 vezes, todo o dinheiro que entrou vai sair de volta, porque vai ter que pagar aluguel do duto. E o pretexto para vender essa malha era de que a Petrobras seria monopolista. Na verdade, ela não é monopolista porque o monopólio de um gasoduto é natural, só pode ter um dono, só pode ter um consórcio





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

e só pode ter uma via, é um monopólio natural, um conceito econômico, não é um conceito político. E esse monopólio natural foi simplesmente passado da Petrobras para outra empresa. A agora a própria Petrobras, que é a maior usuária dele, por isso o construiu e o operava, vai passar a pagar um aluguel, um pedágio, alguma coisa para uma empresa que não tinha nada no negócio. Isso não facilita nada a concorrência, isso não baixa preço de gás coisa nenhuma, foi feito sem pensar e nós aqui do Congresso poucos puderam discutir isso. Três ou quatro Senadores me ouviram falar sobre isso, outros cinco entraram em discussões em audiências públicas porque nós solicitamos.

Então, o fulcro disso aqui não é atrapalhar essa medida provisória, ela é importante, ela é boa, tudo bem, não tem problema, a gente entende. A eleição foi legítima e o Governo tem todo o direito de andar para o lado político, para o espectro político que ele quiser, agora, nós precisamos ter salvaguardas mínimas. Então, é basicamente disso que se trata. Esse art. 5º libera geral, e a gente não quer essa liberação geral; a gente quer discutir, inclusive votar, aprofundar o debate e saber principalmente, porque às vezes você perde uma votação, perde uma ação legislativa de uma casa ou uma discussão, um debate, mas você consegue do outro lado assumir compromissos de salvaguardas. O que nós queremos com esses debates é que, por exemplo, os ministros, os feitores desses processos expliquem qual é a razão, qual é o fim final. Eu vendo uma refinaria para quê? Boto dinheiro em caixa para quê? Se a resposta for porque a Petrobras está endividada, porque ela está altamente alavancada, nós temos contra-argumentos. Nós vamos dizer que toda empresa de exploração de produção que acha uma grande reserva se endivida, é um período dela, ela faz uma barriga de endividamento e depois ela passa a produzir e paga seus empréstimos, paga seus financiamentos.

Então, essas coisas têm que ser discutidas. Como são empresas estratégicas, ativos estratégicos, ativos que funcionam ao longo de duas, três décadas, não são de curto prazo, essas vendas, se forem afoitas e malfeitas, equivocadamente justificadas, podem prejudicar sobremaneira o futuro do Estado brasileiro, não do Governo. Ajudam um governo a fazer caixa, um governo de ocasião, quatro anos, oito anos, qualquer que seja, poderia ser da esquerda, da direita, tanto faz, ajuda aquilo ali, um momento de superávit primário ou o que for, o balanço, e depois vai prejudicar estruturalmente o setor como um todo.

Então, é por isso que a gente está querendo aqui trabalhar nessas duas hipóteses: ou eliminação do artigo, atendendo a emenda supressiva, ou pelo menos um compromisso firme de nós todos de que tenhamos esse processo, inclusive colaborando com o próprio Ministro Tarcísio, que tem sido um parceiro de todos nós, e nós temos sido parceiros do Estado brasileiro através dele, relatando o projeto das ferrovias, como estamos fazendo, com ajuda da Liliane, que está aí na Mesa, com ajuda do Relator, Wellington Fagundes, que é Presidente e participa ativamente do setor de logística do País.

Então, nós estamos irmanados nisso aí, agora, nós queremos ter de fato voz ativa. O Congresso precisa ter essa voz ativa. Nós todos aqui somos membros dessas Casas. Passar do ponto desvalorizando o papel que nós podemos ter como discutidores desses processos, como consultorias especializadas, como nós mesmos, como pessoas eleitas pelo povo para estar aqui, acho que é desmerecer o papel que podemos ter diante desses setores tão importantes.

Então, é isso. Desculpe a verborragia.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Senador Wellington.

Antes de o Senador Wellington tomar a palavra, eu quero, Senador Jean Paul, dizer a V. Exa. que, de minha parte, o compromisso de lutar para avançar nesse sentido, o senhor pode ter certeza de que já o tem de minha parte, da parte do MDB da Câmara. Não tenha nenhuma dúvida, acho que é extremamente necessário a gente continuar essa discussão e ampliá-la nesse sentido.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Senador Jean Paul, ontem... Por isso faço questão e fiz questão de relatar, dizer aqui da nossa insistência em que todos nos procurassem para conversar, sempre para a gente é um aprendizado e ontem foi mais um aprendizado em que nós cobramos inclusive muito do Governo. Sentimos bastante, por parte do Governo, que é um... Poderia até ser natural a gente dizer, porque é um Governo que está começando, mas é claro que quando muitas ideias são divergentes dentro do próprio Governo, isso causa certa dificuldade inclusive para a gente produzir o relatório. Isso foi realmente, quero aqui constatar a V. Exa., inclusive nós estivemos no Ministério da Economia, e eu mesmo cobrei do próprio Ministro, dos Ministros, ontem estive o Ministro da Segov aqui, estive o Ministro Luiz Eduardo, quando também coloquei para o Ministro: "Ministro, o Governo precisa unificar as suas ideias, porque, para o Parlamento, nós queremos discutir, nós queremos qual o propósito do Governo em cada área em que está atuando".

Como eu disse que é um aprendizado, houve inclusive esse compromisso do Governo de, pelo menos do Ministro falando em nome do Governo, de realmente passar a nos ouvir melhor. Por exemplo, nessa medida provisória, nós não tivemos a presença de nenhum ministro aqui, e nós convidamos. Uma medida provisória de tanta relevância como essa, de tanto interesse do Governo, que está nesse momento de concessões, privatizações, um governo liberal, e não se apresentou aqui o Ministro para que essa conversa pudesse ter talvez ocorrido de forma mais ampla, tanto é que o Ministro foi ontem, ao apagar das luzes, para ter essa conversa conosco.

Então, eles assumiram comigo, como Relator, e com o Presidente, esse compromisso que V. Exa. pede aqui do diálogo, tanto que nós incluímos até como possibilidade de convidados a participação até das frentes parlamentares – neste caso específico, é o caso da Frente Parlamentar de Infraestrutura.

Em relação... Nós, na medida provisória, não estamos mudando a configuração do conselho, não é isso? O CND antes tinha todos esses representantes. O que agora... O Conselho do PPI tem mais órgãos representativos. Então, eu não vou aqui enumerar, porque são tantos. Aqui, como a nossa consultoria colocou, o CPPI assumiu as funções do CND, que era o antigo. Ocorre o CPPI tem composição mais ampla para decidir sobre as desestatizações. São oito ministros e três presidentes de bancos. Antes já havia o Presidente... Não, havia também, não é? E o CND tinha apenas seis ministros, a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Nesse caso aqui, precisa passar pelo Congresso, no caso da Petrobras, especificamente. V. Exa. é bastante conhecedor disso, porque é uma área em que V. Exa. tem bastante conhecimento.

Eu já falei isso, que ela não foi alterada pela medida provisória.

Então, eu não sei se isso atende a V. Exa., mas aqui o compromisso feito pelo Ministro Tarcísio, através de seu representante, é exatamente no sentido de poder amanhã dialogar de forma mais ampla.

Mas é uma correção que publicamente eu quero aqui também fazer da necessidade de esse Governo ter essa cultura.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Seria possível ao Relator alterar de ofício, colocar essa consideração da revisão pelo Congresso, no caso dessas empresas, ainda hoje?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Eu acredito que seria muito mais fácil, já que vai para o Plenário da Câmara e do Senado, ser feita uma emenda no Plenário, porque aí daria mais tempo de discutir. Nós, até agora, já estamos no momento, nós teremos que suspender a reunião para poder discutir de forma mais...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – É, isso seria o ideal. Em vez de deixar para semana que vem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Eu sugiro a V. Exa. que qualquer Parlamentar poderia apresentar isso como emenda no Plenário.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Não há emenda. Parece que no Plenário não há possibilidade de emenda, só de redação.

Vamos deliberar aqui juntos, rapidamente.

Há mais alguém inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Ainda há. Posso passar e o senhor retornar depois, para a gente ir...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Vamos ver, porque a questão é um pouco complexa. Deixe-me averiguar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Pronto. Vamos conversando, enquanto os outros...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Por ordem de inscrição, para discutir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Aqui a consultoria, Senador Jean Paul, está inclusive esclarecendo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – ... porque agora não há nenhuma emenda nesse sentido.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Exato. Não há.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Então...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – É porque a questão do tempo justamente não nos permitiu fazer nada mais elaborado do que a supressão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – É. Exatamente, estamos sendo pressionados pelo tempo.

Então, na Medida 886, que está em tramitação, isso seria possível.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Certo. O.k. Vamos verificar aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – É a orientação que nós estamos recebendo. É perfeitamente possível.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Vamos conversar e compor.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Vamos, vamos compor.

Deputado Vinicius Point, por ordem de inscrição, para discutir.

Point, não; Poit, não é Vinicius?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Para discutir.) – Pode ser Poit, Point. Obrigado. Como ficar melhor aí.

Obrigado pela palavra, Presidente Isnaldo; Senador Wellington Fagundes, Relator; meus colegas aqui.

Eu não sou nem membro dessa MP 882, mas fiz questão de vir aqui, porque eu sugeri uma emenda, a Emenda 41, e eu a considero extremamente importante. Eu peço até, se meus colegas quiserem prestar a atenção aí do lado... Vou esperar o pessoal prestar atenção aqui, porque eu acho que é importante, senão a gente conversa muito e deixa passar algo que faz a diferença na vida de todos. Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu estou falando da Emenda 41, que fala da extinção da EPL, e ainda sugeri algo intermediário, que é transferir, de repente, os funcionários e algumas responsabilidades para a Valec, para não falar na extinção das duas empresas, que é o que eu defenderia no nosso País. Com tanta prioridade, com tanta coisa para a gente fazer no Brasil, a gente tem duas empresas que talvez não tenham uma finalidade tão grande neste momento e que trazem um custo importante para o Brasil.

Mas, focando na EPL, Senador – e aí eu senti falta de ser mencionada alguma coisa no relatório sobre a EPL –, a EPL é – não sei se todos conhecem aqui – a Empresa de Planejamento e Logística do nosso País. Ela foi responsável pelo trem-bala e gastou R\$1 bilhão para construir o trem-bala, senhores assessores que estão conversando ainda – eu acho que estão conversando e não viram isso. A EPL gastou R\$1 bilhão para construir o trem-bala que ligou o São Paulo ao Rio de Janeiro para a Copa do Mundo. Os senhores usaram esse trem-bala para ir à Copa, alguém usou esse trem-bala para ir à Copa? Não usou, porque ele não saiu do papel.

Desculpem a forma de falar, mas é para reforçar e marcar, para a gente não esquecer isso.

A EPL gasta R\$100 milhões por ano, gente. Ela foi criada para usar o trem-bala, para construir o trem-bala. Não saiu do papel, gastou R\$1 bilhão. A gente vê o déficit da previdência, vê a necessidade de saneamento básico para 100 milhões de brasileiros que não têm esgoto e não têm água em casa. Aí, mudou-se o fim dela. Ela se transformou numa empresa de planejamento e ela está rodando.

Então, é um protesto um pouco forte, Senador, e peço a compreensão de vocês, porque a gente tem que marcar isso, a gente tem que discutir. Se isso não for resolvido aqui nesta Comissão, a gente pode discutir isso em Plenário, pode ser objeto de um outro plano ou projeto depois, Deputado Isnaldo, mas não pode ficar assim. Uma empresa que falam que querem transformar até na Consultobras, uma empresa brasileira para prestar consultoria. Não faz sentido. Vamos extingui-la. Depois vamos falar da Valec. Bota essa responsabilidade diretamente no Ministério da Infraestrutura, com o Dnit, por exemplo. Há gente competente lá para tocar esses assuntos de planejamento e consultoria.

Então, eu queria registrar. Peço a compreensão de vocês. Eu pedi só o silêncio para marcar, ter certeza de que ninguém vai mais esquecer esse comentário sobre a EPL. Eu estou à disposição para o diálogo. Agradeço a oportunidade, Presidente Deputado Isnaldo Bulhões, de deixar este pequeno protesto aqui sobre a Emenda 41, que não foi considerada. Com todo o respeito, Senador, é para marcar, para a gente começar a dar um outro tom para o nosso País, para um país eficiente, para um país que não desperdiça dinheiro e para um país que utiliza os recursos com as prioridades para o cidadão. Infraestrutura é uma delas, lógico, estrada, ferrovias, mas saneamento – nossa, senhora! – é uma prioridade enorme para 100 milhões de brasileiros que não têm esgoto em casa – o Deputado Geninho está relatando lá –, educação básica, saúde, segurança.

Agradeço novamente a compreensão e obrigado pela atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Pela ordem de inscrição, Senador Major Olimpio

Cinco minutos, Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, todos os membros...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Senador Major...

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Senador, só uma observação, eu concedi, desculpa pelo lapso, ao Deputado Vinicius o uso da palavra e não perguntei ao Relator se ele queria...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Já consideramos aqui pelo olhar e pelos gestos. Então, está considerada aqui a observação do Deputado, mas eu queria, na verdade, pedir um intervalo de pelo menos quatro minutos, para a gente poder dar uma respirada no banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 11 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 38 minutos.)

(Continua suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Declaro reaberta a reunião.

Faculto a palavra aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores, já que não há mais inscrição, na continuidade da discussão. *(Pausa.)*

Senador Major Olimpio, por favor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou uma das pessoas acompanhando, pois não sou membro desta Comissão.

Cumprimento a todos pelo exaustivo trabalho e pelo esforço.

O meu pedido e o destaque que estou apresentando, encarecendo ao Sr. Relator, é simplesmente para uma alteração no §2º do art. 19, pois, no texto do Relator, que não é o texto original, está que "a administração do porto assegurará o acesso livre [está aqui], sem ônus, de pessoas e coisas aos imóveis, bem como às praias contíguas". A área do porto organizada.

O meu pedido de supressão é simplesmente o que foi acrescido, esse texto "e coisas".

Hoje nós temos empresas que têm esteiras que acessam pela área dos portos, pagam por esses acessos e, com a inclusão do "e coisas", deixarão de pagar por isso. Isso implica ônus verdadeiro, hoje, à administração dos portos.

Então, eu encareceria ao eminente Relator que aquiescesse esse sentido das coisas, para que nós pudéssemos ter, de maneira mais saudável, sem perda, porque vai implicar decisivamente – há empresa que vai ser impactada com grande benefício em relação a isso... Que nós suprimíssemos o "e coisas" desse texto, que é o que está no destaque supressivo. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Sr. Presidente, enquanto, ali, o Senador decide – parece que estão ainda no diálogo, não é? –, eu vou aqui fazer uma correção. Apenas aqui... É só correção, Sr. Presidente.

No art. 16, §12, da Lei 13.334, de 2016, onde diz: "O BNDES publicará, de acordo com o disposto no art. 40 desta lei, regulamento relativo aos procedimentos operacionais do processo de colação, respeitados os princípios que regem a Administração Pública previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal".

Então, leia-se, na mesma Lei 13.334, de 2016, art. 16, §12: "O BNDES publicará, de acordo com o disposto no art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamento relativo aos procedimentos operacionais do processo de colação, respeitados os princípios que regem a Administração Pública previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal". Correto?

Ainda aqui, de acordo com todo o diálogo que tivemos, e eu quero aqui agradecer também a compreensão do Senador Jean Paul pelo diálogo... E aqui, nesse aspecto também, é meramente para que a gente tenha uma melhor participação do próprio Congresso Nacional, que, como eu tinha dito antes, acho extremamente justo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O art. 9º da SPPI manterá mecanismos de diálogos com as confederações nacionais, patronais e setoriais – e comissões temáticas e frentes parlamentares do Congresso Nacional – do setor de infraestrutura, que poderão contribuir com estudos, pesquisas e análises temáticas, para subsídio na tomada de decisões de caráter estratégico para a agenda de infraestrutura do País.

Então, é apenas a inclusão de comissões temáticas.

Quanto a isso, eu penso que não só traz mais fortalecimento, como mais importância para o Congresso Nacional, que é exatamente o nosso papel, como eu já havia dito aqui antes.

Eu até elogio, nesse caso aqui, o Senador Jean Paul, porque está contribuindo para uma maior participação, já que todos nós somos aqui procurados por todos os setores da sociedade e representamos a população.

Então, essa discussão é sobre a inclusão das comissões temáticas, como nós tínhamos incluído também, ontem, as frentes parlamentares do Congresso e, é importante dizer, do setor de infraestrutura. Nesse caso aqui, que trata de PPI, então, do setor de infraestrutura. Para que amanhã uma Comissão temática da Educação ou outra qualquer, de Direitos Humanos, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Como discutimos dois pontos do texto, é pela ordem.

Senador Major Olimpio e, logo após...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Eu queria indagar ao Senador Jean Paul se está...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Não, apenas para confirmar o nosso entendimento aqui.

Essa forma democrática de trabalhar, que caracteriza esta Casa e, por isso, justamente a importância de fazermos isso a cada caso. Justamente por isso a inserção.

Acho que o importante é justamente ter o debate, ouvir, fazer com que nós produzamos pareceres internos com as consultorias – que são tão competentes – aqui, de ambas as Casas, discutir o assunto à exaustão, trazermos as próprias frentes parlamentares... Não faria sentido colocar as frentes parlamentares sem haver as comissões temáticas. Isso atende ao processo de discussão de transparência que nós preconizamos aqui, até para sabermos para onde parte desses recursos será destinada, já que estamos falando de vendas também, de participação em vendas e privatizações de ativos.

Não temos, como todos aqui sabem – a esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores, eu, particularmente, a nossa bancada –, absolutamente nada contra o uso das concessões, das autorizações, das permissões, a entrada do capital privado nos investimentos, nos setores onde pode ser complementado – forças estatais e onde é a atividade precípua da atividade privada, do capital privado realmente, até estrangeiro, sem problema nenhum. Apenas achamos que isso deve ser discutido quanto a ativos estratégicos, setores estratégicos, e o setor da infraestrutura é um deles, onde o Estado brasileiro faz esforço para abrir caminhos, constrói ferrovias, constrói rodovias, constrói portos, constrói aeroportos e, depois, pode, eventualmente, decidir em que momento essa operação e essa manutenção desses ativos podem ser feitas, via atividade privada e investimento privado.

Então, como se trata do Estado brasileiro como dono desses ativos, como operador inicial desses ativos, nós achamos importante que a gente discuta isso.

As comissões temáticas atendem ao processo, as comissões temáticas – estamos colocando aqui – do Congresso Nacional – portanto, da Câmara dos Deputados e do Senado. E, tendo em vista esse atendimento, eu quero aqui retirar os dois pedidos, o pedido de requerimento de destaque e o pedido de votação nominal, pois foram atendidos esses quesitos que nós solicitamos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E quero pontuar, especificamente, que nós, de fato, pratiquemos o que nós estamos colocando aqui, no art. 9 da lei, que foi alterada pelo Relator e pela medida provisória, para que a gente tenha, de fato, uma discussão concreta, sem prejuízo dos dois projetos de lei que eu mesmo apresentei, para que seja autorizada pelo Congresso Nacional a venda de ativos estratégicos e as ações em subsidiárias também de algumas estatais, quando isso implicar na perda de controle estatal.

Então, esse processo vai continuar, essa é a nossa luta, mas, neste momento aqui, consideramos importante prosseguir a MP.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Retirados os requerimentos de autoria do Senador Jean Paul...

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – ... com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP. Pela ordem.) – O saudoso Vicente Matheus já dizia: "O importante é o principal, o resto é secundário".

Então, contribuindo para o avançar da medida provisória, a premência de tempo, ontem, Senador Fagundes, nós ficamos duas horas brigando se o animal era uma coisa ou se era um ser, e nós não conseguimos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Eu, como médico veterinário, não quis intervir naquela discussão, porque ali seria muito mais complexo, do ponto de vista da Medicina Veterinária.

O SR. MAJOR OLIMPIO (PSL - SP) – E, agora, nós estamos nos debruçando, de novo, com a palavra "coisa" ou o que a substitui. Enquanto se evolui no trabalho, quero cumprimentar V. Exa.

Se for o caso, vamos trabalhar depois, no Plenário, o que poderia substituir a palavra "coisa", mas eu retiro o destaque também, exatamente em nome da agilidade que está sendo requerida em função dessa medida provisória.

Parabéns aos senhores pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Retirado o requerimento do Senador Major Olimpio também.

Passo a palavra, antes de encerrar a discussão, para o Sr. Relator, para saber se há algumas considerações.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Presidente, eu acredito...

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Até porque, cumprindo o Regimento, as modificações deverão ser feitas antes do encerramento da discussão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Aqui nós já fizemos todas as correções, não há nenhuma dúvida da consultoria.

(Intervenções fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Só para que fique bem claro, eu vou ler novamente aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Mas eu faço questão de ler...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – ... o §3º.

"§3º Em licitações destinadas a concretizar contratos de parceria ou medidas de desestatização estruturadas pelo BNDES, mediante a contratação prevista no *caput*, as obrigações de pagamentos ao Banco da remuneração e do ressarcimento dos gastos de que tratam os §§1º e 2º poderão ser transferidas ao vencedor do certame".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Não, mas eu já li, conforme ficou. Certo? Então, eu li aqui a redação final.

Para que não fique dúvida, vou ler novamente como ficou o relatório. Ou seja, suprimimos a palavra "nesta ordem". Então, como está, como ficou então o relatório:

"§3º Em licitações destinadas a concretizar contratos de parceria ou medidas de desestatização estruturadas pelo BNDES, mediante a contratação prevista no *caput*, as obrigações de pagamento ao Banco da remuneração e do ressarcimento dos gastos que tratam os §§1º e 2º poderão ser transferidas ao vencedor do certame".

Certo? Nenhuma dúvida mais?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) – Presidente, então, todas as correções foram feitas.

Então, eu quero aqui agradecer a todos.

Mas vamos primeiro, então, à votação.

Concluindo a votação, eu gostaria aqui de fazer o meu registro final.

Não com o trem das 24 horas. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Encerrada a discussão, sem mais quem queira discutir, em votação o relatório, nos termos do complemento apresentado e das considerações feitas pelo Relator.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão.

Aprovado o relatório, agora sim, Senador Wellington Fagundes, para fazer as considerações finais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. PL - MT) – Sr. Presidente, eu quero aqui, em nome de todos os membros desta Comissão especial para analisar esta medida provisória, agradecer aqui também, mais uma vez, à consultoria, a todos os consultores, em nome da Liliane Colares, do Túlio Leal e do Francisco Chaves, e ainda dos assessores do meu gabinete Mariza Duarte, Marinês Kellen, Fernando Damasceno, e aos desta Comissão, em nome do Marcos Mello, que é o coordenador das comissões mistas.

Então, esses são os técnicos aqui que, em nome de todos, estiveram nos assessorando, como eu disse, porque em nenhum trabalho ninguém faz nada sozinho. Principalmente num trabalho técnico como este, é extremamente importante o trabalho feito por aqueles que estão aqui, no dia a dia, que são os servidores concursados, que às vezes não são nem vistos.

Nós estamos aqui com a nossa companheira Liliane, que está aqui hoje, ao meu lado. Mas, às vezes, o servidor que faz um trabalho tão relevante é questionado pela própria sociedade, ao dizer: "Aquele pessoal





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que está lá no Congresso Nacional, que ganha muito bem e que trabalha pouco". Na verdade, essa não é a realidade do dia a dia nosso aqui. Às vezes, varam a madrugada, enfim...

O importante é que, como eu disse, para que a gente consiga aprovar um relatório como este, a gente tenha que fazer todo um diálogo, bem como concessões de ambas as partes. Foi nesse sentido, sabendo, para aprovar o relatório ideal, que é aquele que pudesse ser aprovado, que a gente foi até à exaustão, no sentido de poder conversar com todos.

Então, eu quero agradecer aqui também a todos os consultores, a todos os assessores, em nome de todos aqueles que estão no PPI, e todos os ministérios envolvidos.

Ontem, nós tivemos a presença do Ministro Luiz Eduardo Ramos aqui, por quase duas, três horas, quando tivemos a oportunidade de conversar. Por isso, eu disse aqui que também é um aprendizado para nós, tanto os Parlamentares que estamos relatando, como também para um Governo que está se instalando.

E eu não tenho dúvida de que todos aqueles que estiveram lá estiveram conversando, no sentido de buscar aprimorar o nosso trabalho aqui.

Portanto, eu quero agradecer, principalmente, Presidente Isnaldo Bulhões, a V. Exa., que, como Presidente, também esteve à disposição de marcar as reuniões num horário e num dia possíveis, ou seja, atendendo aqui às angústias também do Relator.

Então, eu agradeço aqui de público a V. Exa., principalmente pela prestimosidade de estar à disposição do Relator, para que a gente pudesse concluir este nosso trabalho.

Espero – aqui fica um recado para o Governo, de público – que o Governo realmente, principalmente os ministérios envolvidos nessa área, porque eu acredito ser fundamental... O Brasil está precisando sair dessa crise acumulada, uma crise política e uma crise econômica, ao mesmo tempo, que têm levado, às vezes, até à desesperança da população – o desemprego aumentou muito...

E eu acredito que é exatamente o trabalho que fizemos aqui e eu acredito que é a infraestrutura, a recuperação, o investimento na infraestrutura brasileira que vai levar à retomada dos postos de emprego, tão fundamentais.

Repito mais uma vez: a grande reclamação de todos os investidores, sejam nacionais ou internacionais, é exatamente a de que o País possa oferecer uma segurança jurídica, que traga, realmente, solidez, principalmente para investimentos de longo prazo. E é nesse aspecto que eu acredito.

Tenho certeza de que aqui, Sr. Presidente, fizemos um grande trabalho, no sentido de contribuir com o País, principalmente buscando fazer, nesse relatório, uma visão de política de Estado, e não apenas uma política de Governo. Mas, claro, também confiando, dando voto de confiança ao Governo, neste momento em que algumas coisas precisam ser feitas, inclusive até experimentação.

No Governo passado, por exemplo, nós tivemos a Copa do Mundo, onde tivemos um instrumento novo de licitação, que foi o RDC, que foi fundamental para que as obras acontecessem, mesmo ficando aí um legado de muitas obras inacabadas. Mas foi um sistema inovador naquele momento. Por isso, nós acreditamos também que a colação é um sistema novo, que o Governo terá inclusive que aprender ainda, na execução desse novo sistema.

Então, são essas as palavras.

Agradeço e espero que a gente possa, então, neste semestre, dar uma grande resposta para o País, com a reforma tributária que chegou agora, aqui no Senado da República, que está tomando a dianteira nesse aspecto. Eu acho ser ela a mais fundamental, porque hoje, infelizmente, nós temos não só a carga tributária, mas um volume de impostos tão grande... São 63 impostos e taxas no Brasil, que fazem com que o empreendedor, aquele que quer gerar emprego, tenha muitas dificuldades.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas também a Câmara dos Deputados acabou de votar ontem, concluindo a reforma da previdência. Caberá ao Senado... Entendo que nós aqui, todos os Senadores, mais o Congresso Nacional teremos que dar essa resposta, exatamente procurando, no consenso, votar matérias importantes e relevantes como essa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Muito bem, Senador Wellington.

Antes de fazer as considerações finais e encerrar os trabalhos, a Deputada Bia Kicis acabou de chegar aqui na Comissão. Então, concedo o tempo de cinco minutos para a Deputada Bia, que ora usará aqui o tempo de Liderança.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela Liderança.) – Bom dia a todos, quase boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, meus colegas Parlamentares, todos os presentes.

Usarei bem menos do que isso. Na verdade, falo também como o Vice-Líder do Governo, apenas para agradecer, reconhecer o trabalho que foi feito, que não foi fácil, mesmo de longe, porque aqui a gente participa de várias frentes ao mesmo tempo.

Eu estava, como Presidente, lançando a Frente Parlamentar Mista do Agronegócio Familiar, que tem muito a ver também com essa visão empreendedora do novo Governo, de apoiar o livre mercado, o comércio, e, por isso mesmo, todas as questões ligadas à infraestrutura, do nosso Ministro Tarcísio, são tão importantes para este País. Felizmente, hoje o desemprego já começa a cair, a taxa de juros já começa a cair, o mercado começa a dar sinais bastante positivos.

Quero agradecer, então, porque somente com a união, com a construção pelo diálogo – às vezes um diálogo acirrado, mas que é necessário para que se chegue a um consenso – é que conseguimos, no Parlamento, chegar a soluções que vão beneficiar o País.

Sempre a minha conduta tem sido no sentido de construir, de muito diálogo, e isso se verificou nesta Comissão.

E eu quero parabenizar o Relator, parabenizar o Presidente, e deixar os agradecimentos do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Isnaldo Bulhões Jr.. MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu queria, em primeiro lugar, iniciar pelos agradecimentos também, como o Relator aqui fez, e agradecer a todos os colaboradores do Congresso Nacional.

Eu sou um Deputado novato aqui. Eu costumo sempre falar que sou novato aqui, mas sou antigo na política.

Estou tendo a oportunidade de exercer meu sétimo mandato: um de vereador, cinco de Deputado Estadual, e agora aqui, no Congresso Nacional. E a cada dia, Senador Wellington, Deputada Bia, eu me surpreendo aqui no Congresso, tanto na Câmara como aqui no Senado, com o excelente corpo técnico e a tamanha dedicação que esse corpo técnico deste Congresso tem.

Agradeço profundamente a todos vocês, a todos que aqui passaram, também representando órgãos que foram essenciais, que vieram a contribuir com o debate, prestando esclarecimentos, encaminhando sugestões ao Relator, e também, acima de tudo, quero agradecer a todos os Senadores e Deputados Federais que compõem esta Comissão.

É a primeira vez que estou tendo a oportunidade de presidir uma comissão aqui no Congresso. Veio esta oportunidade, e quero aqui agradecer também, registrar a confiança, do meu Líder lá da Câmara, o Deputado Baleia Rossi, Líder do MDB, a confiança de a mim incumbir a missão de presidir um debate de uma medida provisória de tamanha importância. Então, nós avançamos.

Senador Wellington, eu quero registrar também a grande satisfação que talvez seja o que eu vou levar de melhor dessa experiência, que foi te conhecer, ter essa aproximação contigo. Nós temos vários amigos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

em comum, mas, assim... Eu quero parabenizá-lo pela forma aberta, democrática, pela experiência que você tem, pelo trato franco e consegui concluir, sempre diante do que o senhor colocou desde o primeiro momento. Isso eu aprendi e sempre vou citá-lo, que é a premissa de que relatório bom é aquele que possa ser aprovado. Então, meus parabéns mesmo. Levo daqui a experiência e quero registrar também a importância dessa medida provisória, quando ela for convertida em lei. Nós aqui chegamos a um texto em que conseguimos fortalecer os conselhos, fortalecer as agências de controle, estabelecer novas regras para a administração de obras portuárias e, acima de tudo, dar oportunidade para que o Congresso Nacional ofereça ao Brasil, Deputada Bia Kicis, uma forma de estruturação dos programas que vierem a surgir, para que proporcionem os investimentos nas parcerias.

O Brasil tem o maior potencial do mundo de parcerias de investimento. Portanto, o que ficou concluído no relatório aprovado por esta Comissão é que esses programas de parcerias de investimentos terão um caminho mais curto e, com certeza, uma possibilidade maior de estruturação. Muito obrigado.

Encerramos os trabalhos desta Comissão.

E, antes de encerrar, eu quero propor a esta Comissão a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores, e os Parlamentares que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Estão encerrados os trabalhos desta Comissão. *(Palmas.)*

(Iniciada às 16 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 17 minutos do dia 06/08/2019.

Reaberta às 10 horas e 42 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 36 minutos do dia 07/08/2019.

Reaberta às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos do dia 08/08/2019.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 884, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia dez de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Nelson Barbudo e Jose Mario Schreiner, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 884, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Neri Geller, Paulo Bengtson, Zé Vitor, Marcelo Ramos, Rodrigo Agostinho, Aroldo Martins, Beto Pereira, Pedro Lupion, Pr. Marco Feliciano, Pastor Eurico, Juíza Selma, Dário Berger, Confúcio Moura, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jarbas Vasconcelos, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz, Gilberto Abramo, Arolde de Oliveira e Capitão Wagner. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Weverton, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Irajá, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Sergio Souza, Nilto Tatto, André de Paula, Carlos Sampaio, André Figueiredo e Fred Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação. Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Deputado Jose Mario Schreiner e o Senador Marcio Bittar, e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Senador Irajá e o Deputado Nelson Barbudo. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Jose Mario Schreiner

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 884, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/10>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Nelson Barbudo. PSL - MT) – Boa tarde, senhores. Obrigado pela presença; obrigado ao meu colega Deputado e vizinho de Estado Jose Mario, lá do nosso querido Estado de Goiás.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 884, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece o rodízio na direção das Comissões de medidas provisórias, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o nobre Deputado Jose Mario e, para Vice, o Senador Marcio Bittar.

Consulto agora o Plenário se podemos fazer a eleição por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito Presidente desta Comissão o nobre Deputado Jose Mario Schreiner e Vice-Presidente o Exmo. Sr. Senador Marcio Bittar.

Neste momento, passo a presidência da Comissão ao agora eleito Deputado Jose Mario, do meu querido e amado vizinho Estado de Goiás.

Parabéns, Jose Mario!

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Quero cumprimentar todos os Srs. Senadores, Deputados, Deputadas, Senadoras, agradecer a todos os que estão aqui, agradecer pela confiança ao nosso Presidente eventual, o nosso amigo Nelson Barbudo, Deputado Federal do Mato Grosso.

E designo, como Relator, o Senador Irajá Abreu. Designo também, como Relator revisor, o Deputado Nelson Barbudo.

Então, eles ficam designados Relatores desta Comissão Mista que vai tratar exatamente da MP nº 884, que trata do CAR, do Cadastro Ambiental Rural, tão importante para o nosso País, tão importante para o setor produtivo rural, e também do PRA, que é o plano de recuperação ambiental.

Então, são ajustes extremamente importantes no Código Florestal que precisam ser revisados, haja vista que a Medida Provisória nº 867 não conseguiu prazo suficiente para ser avaliada aqui, pelo Senado Federal.

Dito isso, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

E marcaremos, em data oportuna, a próxima reunião, em que trataremos do plano de trabalho.

Obrigado e boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 885, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Alessandro Vieira e Guilherme Derrite, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 885, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Antonio Anastasia, Major Olímpio, Juíza Selma, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério, Santini, Felício Laterça, Daniel Silveira, Joaquim Passarinho, Marcelo Ramos, Gilberto Abramo, Beto Pereira, Capitão Wagner, Léo Moraes, Paulo Ganime, Dário Berger, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Pedro Lupion, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues e Pr. Marco Feliciano. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Alvaro Dias, Fabiano Contarato, Lucas Barreto, Humberto Costa, Telmário Mota, Marcos Aurélio Sampaio, Carlos Zarattini, Wellington Roberto, Tadeu Alencar, Carlos Sampaio, Elmar Nascimento, Subtenente Gonzaga e Adriana Ventura. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação. Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Alessandro Vieira, e designado Relator o Deputado Capitão Wagner. O Relator apresenta o Plano de Trabalho (Requerimento nº 1), que é aprovado pela Comissão. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alessandro Vieira

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 885, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/10>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Derrite. PP - SP) – Senhoras e senhores, boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 885, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das Comissões de medidas provisórias, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunica que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Exmo. Sr. Senador Alessandro Vieira.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Declaro eleito, então, Presidente o Exmo. Sr. Senador Alessandro Vieira, passando, nesta oportunidade, a presidência da Comissão para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. CIDADANIA - SE) – Agradeço ao nobre colega Parlamentar pela confiança e aos demais colegas.

E, sem mais delongas, designo como Relator o Deputado Capitão Wagner.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Capitão Wagner, para que faça as suas considerações.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) – Sr. Presidente, Senador Alessandro Vieira, para mim é uma honra poder relatar esta matéria. Eu queria saudar também o Deputado Capitão Derrite, Parlamentar atuante da Câmara dos Deputados.

Eu queria aproveitar a oportunidade, para que a gente demonstre a proatividade da Comissão ora formatada, para já fazer a leitura do Plano de Trabalho da Comissão, para que a gente possa agilizar os trabalhos e logo, em agosto, com o retorno do recesso, dar prosseguimento à Comissão.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação do Plano de Trabalho da Comissão Mista da Medida Provisória nº 885, de 2019, que "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para alterar disposições acerca do Fundo Nacional Antidrogas, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público".

Justificação.

A Medida Provisória nº 885, de 17 de junho de 2019, conforme as razões apresentadas na Mensagem nº 253, do Senhor Presidente da República, altera a redação de artigos da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e recentes alterações, e da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para dispor sobre questões afetas ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad), dar efetividade à alienação de bens apreendidos por força do tráfico ilícito de entorpecentes, e autorizar a contratação temporária de encargos temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais.

Encerrado o prazo regimental, foi contabilizada a apresentação de 36 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Srs. Parlamentares.

Trata-se, assim, de alteração importante e substancial de diplomas legais, a merecer a detida e aprofundada análise no âmbito desta Comissão Mista, conjuntamente com as 36 emendas apresentadas durante o prazo regimental, acrescida igualmente das considerações e subsídios a serem colhidos em





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

audiência pública com os representantes do Governo Federal, especialistas em segurança pública, juristas e demais representantes da sociedade.

Método e cronograma de trabalho.

Para o bom desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão Mista, o Presidente da Comissão, Senador Alessandro Vieira, do Cidadania de Sergipe, e o Relator da matéria, Deputado Capitão Wagner, do PROS do Ceará, consideram importante neste Plano de Trabalho, além das reuniões deliberativas, a realização de audiência pública com representantes do Governo Federal, especialistas em segurança pública, juristas e demais representantes dos segmentos da sociedade, com a finalidade de colher o máximo de contribuições, sugestões e subsídios para formação do convencimento dos nobres integrantes da Comissão.

Nesse sentido, propõe-se a realização de audiência pública em data única, que poderá ser dividida em duas Mesas ou em datas consecutivas, a critério desta Comissão Mista, em virtude de eventual indicação de um maior número de convidados e participantes.

Para tanto, sugere-se a adoção do seguinte cronograma de atividades:

1ª Reunião – Dia 10 de julho de 2019, quarta-feira, às 14h40:

Instalação, eleição, apresentação e aprovação do Plano de Trabalho e apreciação de possíveis requerimentos, que é o que estamos fazendo neste momento.

2ª Reunião – 06 ou 07 de agosto de 2019, horário a definir.

Realização de Audiência Pública com os seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
2. Representante do Ministério da Economia;
3. Diretor-Geral da Polícia Federal;
4. Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal;
5. Representante do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia;
6. Representante do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares;
7. Representante do Ministério Público Federal.

3ª Reunião – Dia 13 de agosto de 2019, terça-feira:

Leitura do Relatório da MPV nº 885, de 2019, perante esta Comissão Mista.

4ª Reunião – Dia 14 de agosto de 2019, quarta-feira:

Discussão e Votação do Relatório da MPV nº 885, de 2019, perante esta Comissão Mista.

Conclusão.

Acreditamos, assim, que a adoção do presente Plano de Trabalho e o desenvolvimento das atividades, reuniões e audiência pública no cronograma acima proposto, que poderá ser alterado a critério das necessidades identificadas pelos Srs. Parlamentares, propiciará a esta Comissão Mista a apresentação de um texto que reúna e consolide as medidas necessárias à aplicação de recursos financeiros provenientes de bens apreendidos em prol de políticas públicas que de fato beneficiem a segurança pública do País.

Contamos, desta forma, com a precisa colaboração e participação ativa de todos os membros desta Comissão Mista.

Sala da Comissão, 10 de julho de 2019.

Deputado Capitão Wagner

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. CIDADANIA - SE) – Os Parlamentares que concordam com o Plano de Trabalho apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aprovado.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 2 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 885, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia seis de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Alessandro Vieira e Capitão Wagner, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 885, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Angelo Coronel, Felício Laterça, Marcelo Ramos, Beto Pereira, Adriana Ventura, João Roma, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Joice Hasselmann, Dário Berger, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Pedro Lupion, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Marcos do Val e Pr. Marco Feliciano. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Alvaro Dias, Major Olimpio, Fabiano Contarato, Lucas Barreto, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Marcos Rogério, Guilherme Derrite, Marcos Aurélio Sampaio, Carlos Zarattini, Joaquim Passarinho, Wellington Roberto, Tadeu Alencar, Gilberto Abramo, Carlos Sampaio, Elmar Nascimento e Subtenente Gonzaga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento nº1, Plano de Trabalho. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 885, de 2019. **Participantes:** Luiz Roberto Beggiora, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Fabiano Bordignon, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Marcelo Andrade, Delegado da Coordenação-Geral de Repressão a Drogas, da Polícia Federal; Rogério Henrique Rezende Oliveira, Diretor da Coordenação de Repressão às Drogas, da Polícia Civil do Distrito Federal, e representante do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil; Neleide Ábila, Diretora do Departamento de Provimento e Movimentação de Pessoal, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia. Aloísio Antônio Andrade de Freitas, Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de Minas Gerais. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Alessandro Vieira

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 885, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/06>



CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 885, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia treze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 885, de 2019, com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Major Olímpio, Oriovisto Guimarães, Fabiano Contarato, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Carlos Viana, Marcos Rogério, Guilherme Derrite, Santini, Daniel Silveira, Pedro Lupion, Subtenente Gonzaga, Capitão Wagner, Léo Moraes, Paulo Ganime, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Bira do Pindaré, Rodrigo Cunha, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Alvaro Dias, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Marcos Aurélio Sampaio, Carlos Zarattini, Felício Laterça, Joaquim Passarinho, Wellington Roberto, Tadeu Alencar, Gilberto Abramo, Carlos Sampaio e Adriana Ventura. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 885, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para alterar disposições acerca do Fundo Nacional Antidrogas, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Capitão Wagner. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Deputado Capitão Wagner, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Medida Provisória e das 36 Emendas apresentadas, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, na forma da minuta do Projeto de Lei de Conversão (PLV) apresentado, mediante acatamento das Emendas nºs 1, 3, 7, 9, 24, 27, 28 e 30 e rejeição das Emendas nºs 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35 e 36. A presidência submete à Comissão as atas da presente reunião e da anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alessandro Vieira

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 885, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/13>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. CIDADANIA - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 885, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Capitão Wagner, para que proceda a leitura do relatório.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Para proferir relatório.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os presentes, queria saudar a assessoria desta Comissão, saudar a nossa assessoria, saudar, também, a assessoria do Ministério da Justiça e Cidadania, da Senad, da Casa Civil e demais assessores que nos ajudaram na confecção desse relatório.

Queria pedir a permissão aqui do Presidente para ser sucinto, o relatório tem 45 páginas, mas gostaria de ir direto ao voto, registrando que tivemos 36 emendas, emendas de Deputados e Senadores da base, da oposição, da esquerda, da direita e do centro.

Nós tivemos o trabalho e a labuta de conversar com as assessorias, de tentar, não para agradar os Parlamentares, Deputado Gonzaga, mas, principalmente, para enriquecer a medida provisória e acatar emendas de todos os setores.

A gente fica muito feliz ao registrar aqui que acatamos, sim, emendas da esquerda, emendas da direita e do centro, porque nós acreditamos que essas emendas são benéficas ao projeto e à futura lei.

Indo direto aqui ao registro, depois de analisar as emendas que a gente vai anunciar, as que foram acatadas ou não, queria também registrar que nós fizemos, a partir da coletânea que nos foi apresentada pela assessoria, algumas alterações, algumas modificações, pelo menos três, para melhorar ainda mais essa medida provisória, pois, como eu falei na reunião passada, na audiência pública, a gente tem orgulho e agradece ao Congresso Nacional de estar com a sua relatoria.

Então, vou fazer aqui o registro das alterações que eu fiz, além das emendas. Concluída, então, a análise das emendas, tomamos a liberdade de incluir, ainda, três pontos relevantes, com a devida pertinência temática – foi preocupação nossa sempre, na discussão do relatório, a pertinência temática –, destinando-se o primeiro a deixar mais claro, nos arts. 61, em seus §§9º e 10, e 63-C, em seus §§5º e 6º, da Lei nº 11.343, de 2006, que a partir do momento da apreensão não podem incidir sobre os bens apreendidos quaisquer ônus, uma vez que eles se sujeitarão ao rito da alienação. Justifica-se, assim o esclarecimento de forma expressa no texto da lei, uma vez que essa lógica não tem sido observada por algumas unidades da Federação, que ainda vêm exigindo da União ou de arrematantes que realizem o pagamento de tributos, multas ou outros encargos para proceder à regularização dos bens. Então, para evitar que haja prejuízo quem arremata o bem, nós fizemos essa alteração.

Em segundo plano, a fim de complementar e conferir efetividade às disposições acima, julgamos adequado inserir regra específica no texto do Código de Trânsito Brasileiro, para incluir parágrafo único ao art. 124 do referido diploma legal, estabelecendo que a exigência de comprovação da quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito vinculados ao veículo, para a expedição do novo Certificado de Registro do Veículo, não se aplica à regularização dos bens apreendidos ou confiscados na forma da Lei nº 11.343/2006.

Por fim, em terceiro lugar, não menos importante – acho que o Deputado Gonzaga vai gostar –, igualmente entendemos necessário e pertinente incluir a destinação das armas de fogo apreendidas em poder do narcotráfico às instituições que fazem o serviço da segurança pública no Brasil, na esfera distrital, estadual e municipal e sistema penitenciário dos Estados – as polícias militares, as polícias civis, a Polícia Federal, as próprias guardas municipais, os agentes penitenciários...

A propósito, o art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) define crimes e dá outras providências", conhecida como Estatuto do Desarmamento, assim dispõe:





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta lei.

Assim, tal previsão revela-se, no quadro atual, como incongruente, tendo em vista que as armas que são apreendidas hoje, em vez de serem destinadas para as instituições de segurança pública no Brasil, são danificadas, ou melhor, são destruídas pelo Exército Brasileiro.

Desta forma, a inclusão da previsão de destinação das armas apreendidas em poder do narcotráfico para os órgãos de segurança pública contribuiria de forma ainda mais efetiva com o reforço do aparato de segurança pública, tão necessário para a sociedade.

Só lembrando que até recebi uma mensagem no meu WhatsApp de um oficial da Polícia Militar do Ceará, pedindo para a gente incluir, Presidente, que as aeronaves que fossem apreendidas pudessem ser destinadas aos órgãos de segurança, mas, na verdade, a MP já vem com essa previsão. Não houve necessidade de emenda.

Além disso, importa ressaltar que os Estados vivem peculiar situação de penúria fiscal, o que compromete não só os gastos com investimentos e o próprio custeio da máquina pública.

Destarte, a modernização e equipagem dos órgãos de segurança pública e dos sistemas penitenciários restam sobremaneira comprometidos. A finalidade da alteração pretendida é no sentido de que as armas e as munições apreendidas com o tráfico, e encaminhadas para o Comando do Exército sejam, após perícia ou vistoria de que estão em bom estado, destinadas com prioridade para os órgãos de segurança pública e do sistema penitenciário dos Estados.

É importante destacar que os órgãos de segurança pública e do sistema penitenciário possuem equipamentos de qualidade e capacidade inferiores aos dos delinquentes e que, infelizmente, há pouco investimento na aquisição de armamento para as polícias militares dos Estados. Relewa considerar, também, que os delinquentes possuem armas mais bem preparadas ou melhores do que muitas corporações.

Tal providência que ora se sugere ajudaria a melhorar o combate à criminalidade nos Estados e Municípios, cujas populações, atualmente, estão sujeitas à maléfica atuação do crime organizado e de quadrilhas de delinquentes que revivem, no interior do País, a época dos jagunços do início do século passado.

Em razão do exposto acima, incluímos na minuta de projeto de lei de conversão que acompanha o presente parecer, um §1º-B ao art. 25 da Lei nº 10.826, de 2003.

Sob o aspecto da técnica legislativa, buscamos adequar o texto da medida provisória, sem comprometimento de seu conteúdo, ao regramento da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona". Para tanto, nos valem também de seu regulamento, o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que "estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado", que pode ser aplicado subsidiariamente ao processo legislativo em trâmite no Congresso Nacional. O mesmo procedimento foi adotado em relação à redação das emendas acatadas.

Quanto às alterações redacionais, visando a agregar o conteúdo das emendas acatadas, foi alterada, também, a redação do art. 1º, de modo a nele inserir a sigla da Senad, consignada no inciso VII do art. 5º e no *caput* do art. 5º-A da Lei nº 7.560, de 1986. Também foi atualizada a sigla do antigo Conselho Federal





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de Entorpecentes (Confen), consignado no art. 3º da lei, para Conselho Nacional Antidrogas (Conad), em virtude da nova redação do dispositivo, nos termos da Emenda 9.

Segundo os princípios da técnica legislativa, nos dispositivos alterados foi adaptada a regra de que as formas verbais dos dispositivos categóricos devem ser redigidas na terceira pessoa do singular do tempo presente do modo indicativo, assim como as dos dispositivos condicionais sejam redigidas terceira pessoa do singular do tempo futuro do presente do modo indicativo.

Outra alteração de redação consistiu na eliminação da grafia numérica a partir da grafia literal, pois, segundo a mencionada norma sobre técnica legislativa, as referências numéricas devem ser escritas apenas por extenso, desprezando-se a escrita em algarismos... Decreto mencionado, cuja alínea "i" do mesmo dispositivo excetua somente a transcrição de valores monetários entre parênteses. Outras adaptações ligeiras quanto à forma foram igualmente adotadas, sem afetar o conteúdo.

Para efeito da correspondência lógica dos diplomas alterados, deu-se nova redação à ementa, incluindo a referência à Lei nº 10.826, de 2003, à Lei nº 9.503, de 1997, e à Lei nº 13.756, de 2018, esta, em razão do conteúdo da Emenda 28.

Diante do exposto, nosso parecer é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 885, de 2019, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da medida provisória e das 36 emendas apresentadas, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação na forma da minuta do projeto de lei de conversão, PLV, que ora ofertamos mediante acatamento das Emendas nºs 1, 3, 7, 9, 24, 27, 28 e 30, e rejeição das emendas nºs 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35 e 36.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. CIDADANIA - SE) – Em discussão a matéria. Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) – Sr. Presidente Senador Alessandro Vieira, prezado Relator, meu amigo, Deputado Capitão Wagner, é só para registrar mesmo a satisfação da iniciativa. Primeiro, da iniciativa da medida provisória e da celeridade inclusive com que o trabalho desta Comissão se deu porque, efetivamente, o Estado brasileiro não aguenta mais a gestão desse passivo, que são os produtos oriundos do crime. Não há como fazer essa gestão, acumulando produtos, veículos, aeronaves, enfim.

Então, para registrar. Agradecer a todos, agradecer ao Relator e também para pedir o apoio. Nós temos um projeto, que está hoje na CCJ do Senado, está na relatoria do Senador Major Olímpio. Ele não entregou ainda a relatoria, mas eu já quero antecipar meu pedido de apoio, que é também alterando a Lei de Drogas para impor que os veículos utilizados no tráfico sejam apreendidos. O mesmo ritmo que se dá aqui.

Porque o que a lei diz hoje? Admite apreensão dos veículos de origem ilícita e que tenham sido de uso recorrente ou preparado. Os julgados que nós temos nos tribunais vêm sempre com essa expressão, se ele foi preparado, se tem um fundo falso, se tem uma porta falsa ou se é de uso recorrente. Os de uso casual e de origem lícita não são apreendidos. A lei manda liberar em 5 dias. Então, é isso que faz com que helicópteros, navios, aviões, bicicletas, enfim, sejam liberados.

Então, esse projeto nosso já foi aprovado na Câmara e está na CCJ do Senado aguardando o Senador Major Olímpio apresentar. Eu acho que ele soma a essa iniciativa da medida provisória. Eu até quis emendar a medida provisória para adiantar, mas houve a compreensão de que poderia haver um conflito por se tratar, via de regra, de matéria processual. Então, não caberia na medida provisória, por isso que eu não emendei, por essa compreensão. Não seria acatada, por razões legais.

Mas já peço o apoio e cumprimento. Essa medida provisória, de fato, vai dar uma grande contribuição para a segurança pública, para a eficácia da segurança pública.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. CIDADANIA - SE) – Agradeço as palavras e me somo à sua cobrança e à defesa do projeto, que me parece bastante meritório.

Sem mais quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria. Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião e da anterior.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) – Queria só fazer um registro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) – Queria aqui, primeiro, agradecer o Deputado Gonzaga, que está aqui presente, que é um Deputado extremamente atuante nessa área de segurança pública, é nosso professor aqui, na Casa.

Agradecer também à Consultoria Legislativa que, até os últimos minutos da conclusão do relatório, estava muito presente, sempre nos assessorando. Em nome da Consultoria, eu queria agradecer ao Consultor Rocha, chefe da Consultoria.

Fazer um registro também de agradecimento ao Deputado Eros Biondini, que não está aqui, mas que, na discussão da definição de quem seria o Relator da matéria – o Deputado Eros tem uma atuação muito voltada para essa questão das drogas, do combate às drogas, da prevenção, inclusive é um dos defensores das casas que recuperam os usuários de droga; o Gonzaga é do Estado de Minas Gerais e conhece o trabalho do Eros –, eu queria aqui agradecer a ele porque, na discussão da definição da relatoria que foi feita junto ao Governo, ele abriu mão para que a gente pudesse ser indicado, e eu queria fazer este agradecimento público a ele e à Deputada Joice também, que trabalhou nessa articulação, e ao Presidente Rodrigo Maia.

Quero agradecer também ao Presidente da Comissão, Senador Alessandro, pela confiança que depositou no nosso trabalho, e dizer que me sinto extremamente feliz pela oportunidade que me foi dada aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. CIDADANIA - SE) – Com certeza, Wagner, não poderia estar em melhores mãos.

Um trabalho muito bem realizado, um relatório primoroso.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e da anterior.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 05 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

